



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 82

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 15 de janeiro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Graça Silva (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Marta Couto) e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Marco Costa)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se para a [Interpeleção ao Governo Regional sobre “Pobreza e exclusão social”](#), solicitada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e apresentada pela Sra. Deputada Rute Gregório.

Pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), André Bradford (*PS*), José Contente (*PS*), as Sras. Deputadas Marta Matos (*PS*), Renata Correia Botelho (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*).

No decorrer do debate pediram a palavra para protesto o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*), o Sr. Deputado André Bradford (*PS*) e o Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*), tendo usado da palavra para contraprotesto, respetivamente, os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

De seguida, foi apresentada pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XI – “Transparência da atividade dos serviços inspetivos da Administração Regional Autónoma dos Açores”](#).

Para o efeito, participaram no debate os Srs. Deputados Jorge Paiva (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Corvelo (*PCP*), Bruno Belo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Vasco Costa (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Ainda durante o debate, pediu a palavra para um protesto o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Pediu a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*).

Por último, foi apresentado o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XI – “Décima segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril e 1/2018/A, de 3 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”](#), pelo Grupo Parlamentar do BE.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, usou da palavra a Sra. Deputada Graça Silva (*PS*), os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), Bruno Belo (*PSD*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais. Um bom ano também a quem ainda não tive oportunidade de o fazer pessoalmente.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Paulo Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Marta Ávila de **Matos**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame** **Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Elisa Lima **Sousa**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Jorge Azevedo **Paiva**
Rute Isabel Rodrigues Dias **Gregório**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**
Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**
Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos dar-se-á com a interpelação que consta do ponto um da nossa Agenda: **Interpelação ao Governo Regional sobre pobreza e exclusão social**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, são aqueles que habitualmente utilizamos nesta figura regimental e estão assim distribuídos: o interpelante, o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem de 32 minutos;

o PSD, 24 minutos; o Bloco de Esquerda, 12 minutos; o PCP e o PPM, 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra a Sra. Deputada Rute Gregório.

Deputada Rute Gregório (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pobreza é um fenómeno multidimensional (económico, cultural, relacional e simbólico) e é uma das dimensões, talvez a mais evidente, da exclusão social.

O problema da pobreza nos Açores e, portanto, das formas de exclusão que lhe são inerentes, é uma realidade inequívoca dos já largos 40 anos da democracia autónoma da Região.

Apesar de construídos com metodologias e bases de dados distintas, e apenas com o foco nos rendimentos, os indicadores da 2.^a metade da década de 1990 já espelhavam, um arquipélago com a mais alta ou a segunda mais alta taxa de pobreza do país, abrangendo uma variação entre 2/5 e 1/3 de pobres entre a população residente. Em estudo científico de 2011 confirmava-se, não só, e estou a citar, “a persistência da pobreza no tempo” como o facto de esta constituir, e volto a citar, “um problema central nos Açores”.

Portanto, o atual “mar de pobreza que faz das ilhas o lugar de maior risco”, como no fim do ano passado enunciaram tristes parangonas, tem antecedentes e não é, infelizmente, fenómeno de hoje.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Os dados mais recentes que conhecemos, também apenas sob o enfoque dos rendimentos e comparativamente com o todo nacional, continuam a atribuir ao arquipélago o último lugar, agora na mais evoluída e chamada taxa de risco de pobreza.

31,5%, o pior resultado do país, é o triste número que nos marca nas estimativas de representação da pobreza nas regiões portuguesas; 31,5% é a percentagem que nos confronta de forma muitíssimo agravada com a já de si triste média

nacional de 17,3%; 31,5% é o número que representa a proporção de açorianos que têm rendimentos inferiores a cerca de 5 600,00€ anuais ou cerca de 460,00€ mensais (segundo a linha ou limiar de pobreza nacional); 31,5% é o número que nos diz que, praticamente, um entre três açorianos vive situações de inequívoca privação.

Registaram os mais otimistas, no tocante a estes dados recentes, que não estaremos pior relativamente a décadas ou anos anteriores: fraca consolação para os que se satisfazem com uma transição de entre 2/5 e 1/3 de pobres na segunda metade de 1990 para praticamente 1/3, vinte e dois anos depois.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Registaram os mais otimistas que a situação até pode ser vista com olhos mais positivos se considerarmos, não a linha/limiar de pobreza nacional, mas a linha/limiar de pobreza regional, mais baixa do que a nacional em mil euros, mas que ainda assim nos apresenta a significativa percentagem de 21,6% – fraca consolação, também, para aqueles que aceitam que a linha de pobreza nos Açores pode ser mais baixa e é compaginável com o que almejamos para todos os nossos cidadãos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É certo, não obstante, que as estatísticas e os números valem o que valem; que são apenas representações abstratas de fenómenos e condições e, principalmente, que sempre escamoteiam fatores importantes e inconsiderados na elaboração dos cálculos (e isto, tanto para o melhor, como para o pior). Mas, e definitivamente, o que as estatísticas não são mesmo é as pessoas reais nem as suas vidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lamentável!

A Oradora: Não obstante, na leitura possível dessas pessoas e das suas vidas, os dados são maus e nem são inesperados. Se considerarmos que nos Açores, paralelamente e não por acaso, e relembramos o RSI apresenta uma média 3,5

vezes superior à média nacional, a taxa percentual de abandono precoce da educação e formação é mais do dobro da média nacional, a taxa percentual da população com 15 ou mais anos sem ensino secundário apresenta 9 pontos percentuais acrescidos relativamente à média nacional, a proporção de pessoas entre os 18 e os 64 anos que participou em atividades de aprendizagem ao longo da vida é pouco mais de metade dos homólogos nacionais, entre outros indicadores que se poderiam invocar; estamos, de facto, perante o cerne da questão: as medidas tomadas, enfatizadas e repetidas não têm sido suficientes para afastar o espectro de uma pobreza que se apresenta crónica, estrutural e intergeracional, como aliás o é em todo o país.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: A integração e a adaptação sociais, a autonomia e a dignidade individuais e das comunidades em situação de pobreza, podem e devem passar pelo acesso a apoios sociais estatais de várias ordens, estaremos todos de acordo; A integração e a adaptação sociais, a autonomia e a dignidade individuais e das comunidades em situação de pobreza, pressupõem, muito naturalmente, a integração no mercado de trabalho – ninguém o questionará;

Mas a integração e a adaptação sociais, a autonomia e a dignidade individuais e das comunidades que passam, essencialmente, pela educação, pela formação, pela escolarização – que não são sinónimos –, pelo desenvolvimento de competências intelectuais, pelo desenvolvimento de competências técnicas e profissionais - estimulantes e gratificantes -, mas muito particularmente passam pelo desenvolvimento das conhecidas competências comportamentais, relacionais, sociais, mentais, que permitam a adaptação à árdua tarefa que é viver na atual sociedade, principalmente quando o ponto de partida é tão vulnerável.

Por tudo isto é que defendemos, reiteramos e frisamos que a verdadeira mudança se faz pela e com a educação / formação.

Mas com a educação / formação, registre-se, que nesta matéria não deve incidir apenas nos que vivem em situação de pobreza, mas também nas comunidades envolventes. E nas comunidades envolventes no que toca ao reforço inequívoco de princípios e valores de comunidade, de partilha, de respeito pelo próximo e de integração.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E se isto pode e deve caber a todos sem exceção, mas se cabe a todos sem exceção, cabe também e muito particularmente, às instituições e aos órgãos de poder.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo e, particularmente, Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social:

Com tão elogiados, técnica e politicamente irrepreensíveis, Diagnósticos, Estratégias e Planos de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, alicerçados em medidas já em curso, antes do plano ser anunciado, e em programas de governo que já têm mais de 20 anos, questionamos:

Por que é que a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social e o Plano de Ação de Combate à Pobreza e Exclusão Social, tão importantes para uma Região que desde 1990 apresenta os resultados que vimos, foi apenas formalmente assumida 22 anos após o início da governação socialista?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Por que razão é que os indicadores de pobreza atuais se mantêm, apesar de tudo, ainda tão próximos dos relativos aos anos finais de 1990?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Estima-se 2028 - ou que anos -, como ponto-charneira para a desejada inversão significativa dos níveis de pobreza? Como e porquê?

Por que razão, e já fizemos esta pergunta anteriormente, é que a meio do designado Plano de Ação de Combate à Pobreza e Exclusão Social para o

biénio 2018-2019, foi o orçamento da Secretaria Regional da Solidariedade reduzido em quase 11 milhões de euros, o que, aliás, a revisão do plano plurianual em outubro de 2018 não fazia prever?

Também já fizemos esta pergunta anteriormente, mas reiteramo-la, em que ponto de situação se encontra cumprida, ou em vias de cumprimento, a Prioridade 4. da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão, que contempla a criação de um Sistema Integrado de Informação – dito “estruturante da implementação da estratégia” – e do designado Observatório das Dinâmicas Sociais dos Açores?

Quais as medidas do Plano Estratégico (cerca de 60%) que se encontram implementadas e quais os impactos previstos dessas medidas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Quais as medidas do Plano Estratégico (cerca de 40%) que não se encontram implementadas, porquê e quais os impactos previstos dessas medidas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Como é que o poder executivo pensa objetiva e concretamente ultrapassar o impacto da dita territorialização do fenómeno da pobreza?

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: O que é que sabemos sobre a relação entre pobreza e emprego, nomeadamente no seio “dos mais pobres entre os mais pobres” que são os beneficiários do Rendimento Social de Inserção?

Quais são as expetativas relativamente ao impacto da atribuição do RSI e do respetivo contrato de inserção?

Qual tem sido a real abrangência e impacto da designada “educação parental”?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O que é que sabemos sobre o número e as condições de vida daqueles que se encontram um pouco acima da referida linha/limiar de pobreza e que não deixam também de estar em risco ou de viver situações de privação?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Qual o nível de conhecimento e aceitação da sociedade, em geral, relativamente ao Plano Estratégico de Combate à Pobreza e à Exclusão Social?

Deputado André Bradford (PS): A gente vai perguntar à sociedade em geral!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, que não está aqui mas que eu gostaria que estivesse,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas devia estar!

A Oradora: ... Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP deixa aqui 13 questões, entre muitas outras possíveis, para que no âmbito das matérias de responsabilidade governamental executiva fiquemos mais cientes do que foi real e concretamente feito, do que está a ser feito, do que tem falhado e do que virá a ser feito para debelar o flagelo da pobreza nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Trezes questões norteadas pelo princípio de que é preciso integrar, autonomizar e dignificar a vida dos que estão em situação de pobreza, não pela via das dependências, de situações de sujeição e de estigma que atravessam gerações, mas pela respetiva capacitação, pelo “empoderamento” e perdoem-me o neologismo—, e pelo fortalecimento das respetivas capacidades.

Deputado André Bradford (PS): Está perdoada, Sra. Deputada!

A Oradora: Servir todos os açorianos é a missão da Autonomia; servir os açorianos que se encontram em privação e em situação de maior vulnerabilidade (sejam em que número forem) é uma exigência e uma obrigação prioritária!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Cardoso*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Há precisamente um ano atrás estávamos aqui reunidos para debater o tema da pobreza e exclusão social no seguimento de uma iniciativa da Representação Parlamentar do PPM.

Gostaria, pois, de aproveitar esta nova oportunidade para relembrar alguns aspetos que mencionei nessa altura e dar conta das iniciativas que durante os últimos 12 meses foram implementadas na Região nesse âmbito.

Começo por relembrar que no início da legislatura e dando cumprimento ao programa do XII Governo arrancou o processo de construção de uma estratégia regional de longo prazo desenvolvida pelos vários organismos do Governo Regional e em estreita colaboração com a sociedade civil com o objetivo último de reduzir os níveis de pobreza na Região e simultaneamente promover a coesão dos diferentes territórios que a constituem.

A Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 foi apresentada publicamente a 11 de dezembro de 2017 e esteve em consulta pública até 30 de janeiro de 2018. Revisto o documento em função dos contributos recebidos foi a sua versão final aprovada em Concelho de Governo a 20 de junho de 2018, sendo de salientar que as áreas propostas de intervenção prioritária no combate à pobreza e à sua reprodução entre gerações mereceram acolhimento entre os vários cidadãos e entidades que entenderam participar no referido processo de consulta pública.

Falamos, relembro, de quatro prioridades, de quatro grandes prioridades definidas: a primeira, assegurar a todas as crianças e jovens desde o início da sua vida um processo de desenvolvimento integral e inclusivo, reforçar a coesão social na Região, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... promover uma intervenção territorializada, garantir o conhecimento adequado sobre o fenómeno da pobreza na Região.

Sendo a estratégia um documento de grandes linhas orientadoras da ação para uma década definiu-se também que a sua operacionalização seria feita através de planos de ação de duração bianual.

Este plano que arrancou com a elaboração de um diagnóstico em vigor para o primeiro biénio é constituído por um conjunto de 83 ações, 80% destas já em execução. Parte das ações são de melhoria face aos procedimentos e metodologias já implementados, mas a maioria são ações novas.

Este é um plano exigente e abrangente que envolve 15 organismos do Governo, enquanto entidades responsáveis das ações, e um conjunto alargado de parceiros ao nível das várias direções regionais, escolas, unidades de saúde, museus, municípios, juntas de freguesia, casas do povo, associações culturais e desportivas, profissionais, agricultores e pescadores, universidades e por último, mas não menos importante, os empresários.

Este plano será, portanto, focado nas políticas públicas em matéria de saúde, educação, emprego e solidariedade social dando enfoque às crianças e jovens, uma questão que mereceu plena concordância dos membros que constituem a comissão científica que suporta esta estratégia.

De facto, as desigualdades começam muitas vezes na barriga da mãe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Antes da barriga da mãe!

A Oradora: Importa, pois, desde a primeira hora, garantir que todos, incluindo as crianças de ambientes mais vulneráveis, tenham acesso a serviços públicos

de qualidade e promotores de um desenvolvimento saudável, equilibrado e potenciador das suas capacidades.

Naturalmente todos sabemos que o combate à pobreza é um processo longo, exigente e de muita persistência, que não se compadece com imediatismos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ponha em prática!

A Oradora: É importante que todos tenham consciência que quando alocamos recursos em medidas destinadas à promoção do desenvolvimento das crianças e jovens não há impacto direto nos indicadores do rendimento atual das famílias ou na redução da taxa de risco de pobreza.

É, pois, um investimento de longo prazo, que permitirá, pela via da educação e da qualificação, que as crianças de hoje tenham, efetivamente, acesso a padrões de qualidade diferentes dos seus pais. É esse o caminho que escolhemos. É esse o caminho que estamos a trilhar.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Sabemos também que nos é exigido um esforço acrescido de convergência decorrente dos condicionalismos naturais, históricos e sociais que enfrentamos. Quando comparamos uma região pequena e arquipelágica como a nossa com o território nacional o nosso ponto de partida e o caminho a percorrer são substancialmente diferentes.

Também sabemos que as características das famílias açorianas são uma variável relevante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

A Oradora: Segundo os dados dos últimos censos de 2011 as famílias com cinco ou mais elementos representavam 6% da população a nível nacional, quando nos Açores tinham um peso de 14%, chegando em alguns concelhos da ilha de São Miguel a valores acima dos vinte.

A opção por uma família numerosa levanta desafios acrescidos face ao rendimento disponível e explica parte dos níveis de pobreza apurados para a Região.

Igualmente os níveis salariais praticados em setores com um peso expressivo na nossa economia, como a agricultura, as pescas, a construção civil e nos últimos anos o turismo, associados a uma maior dimensão das famílias ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... colocam proporcionalmente mais pessoas abaixo do limiar da pobreza que no resto do país.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Existe, porém, na Região um quadro de políticas de reforço do rendimento de que são exemplo o valor acrescido de 5% no salário mínimo face ao salário mínimo nacional, o complemento regional de pensão, o complemento regional ao abono de família para crianças e jovens ou a remuneração complementar.

Não é por acaso que o rendimento bruto das famílias por habitante na Região é, segundo os dados de 2016, superior aos valores nacionais. Falamos de 12.446€ contra 12.066€.

Deputado André Bradford (PS): Bem lembrado!

A Oradora: É também relevante a facilidade de acesso aos serviços públicos, como por exemplo, as menores taxas moderadoras no acesso à saúde ou a disponibilidade de médicos dentista em todas as unidades de saúde, situação sem paralelo no contexto nacional.

Ou as menores participações por parte das famílias no acesso às respostas sociais, ou ainda o acesso à habitação a custos reduzidos e com renda apoiada. Falamos de dimensões não monetárias do rendimento, mas que objetivamente se traduzem na elevação da qualidade de vida dos cidadãos.

Tendo a noção clara do muito que há ainda por fazer não posso de maneira nenhuma deixar de referir a profunda evolução que a Região fez nas últimas duas décadas nas várias dimensões da nossa vida coletiva e muito nos anos mais recentes.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Atentemos, por exemplo, à esperança média de vida à nascença. Os dados constantes do diagnóstico correspondem a 2014-2016 e situam este indicador na casa dos 77 anos na Região, nos Açores, e 80 anos no país.

Dirão: abaixo da média nacional.

É verdade. Não estamos satisfeitos, mas os dados recentes entre 2015-2017 mostram que em cinco anos o indicador da esperança média de vida à nascença foi reforçado em mais de um ano e meio de vida e encurtámos a diferença face à média nacional num caminho de convergência.

Ao nível da promoção de hábitos de vida saudáveis, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Somos os últimos!

A Oradora: ... o plano regional de promoção de alimentação saudável está no terreno e o nosso compromisso é reduzir até 2022 os valores de 2016 de 17 para 8% na obesidade e 31,6 para 20% no excesso de peso.

Será um trabalho de todos, dos profissionais de saúde, dos professores e muito das famílias.

Relativamente à gravidez na adolescência, uma problemática que continua presente nos Açores

Os dados da taxa da fecundidade na adolescência que constam do diagnóstico que são de 2016 e situavam-se nos 18.2 por mil, uma diferença de dez pontos face aos valores nacionais.

Já temos dados disponíveis para 2017, onde consta que este valor baixou para 15 por mil, encurtando o diferencial em apenas um ano para cerca de sete pontos por mil habitantes.

Ao nível da educação e olhando a taxa bruta de escolarização dispomos de dados de 2016-2017 que cifram nos 95% quando no ano anterior eram de 93.1. Se olharmos para o ponto em que estávamos há duas décadas atrás, 68.5, é bem claro o investimento contínuo que tem sido feito nessa área de forma a garantir às crianças açorianas a frequência do ensino pré-escolar, aspeto promotor do seu desenvolvimento e potenciador do seu sucesso, permitindo-nos, inclusive, posicionarmo-nos nesta matéria acima da média nacional.

Ainda na área da educação e relativamente ao sucesso escolar das crianças e jovens consideremos a taxa de retenção e de desistência do ensino básico.

Em 2013-2014 estávamos no valor de 17%; em 2016-2017 alcançámos a taxa de 8.5%.

Se estamos satisfeitos?

Não estamos, mas em matérias tão complexas como a educação reduzir este indicador para metade em quatro anos, encurtando em muito a distância face à média nacional, mostra que o caminho que estamos a seguir é efetivamente o da convergência.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: No que diz respeito ao emprego não podemos deixar de realçar o comportamento da taxa de desemprego sistematicamente de redução depois do pico de 18% registado no início de 2014. Temos hoje uma taxa na ordem dos 8% já muito próxima da taxa nacional.

Não são apenas números. São 14 mil açorianos e açorianas empregados. São mais 14 mil açorianos e açorianas empregados!

Deputado André Bradford e Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Segundo os dados disponíveis no inquérito ao emprego referentes ao terceiro trimestre o peso dos trabalhadores que auferiram menores rendimentos de trabalho com salário mensal líquido inferior a 600€ que em

2017 era 27,9% passou agora para 20,9%. Estamos perante uma economia que cria mais empregos e cada vez melhor remunerados.

Estamos satisfeitos?

Não, queremos mais.

Ainda recentemente o Presidente do Governo Regional fez um apelo aos empresários do setor do turismo e estruturas sindicais no sentido de reforçar a concertação, de modo a melhorar as remunerações e a reduzir a precariedade neste setor, permitindo que os frutos do crescimento a que se tem assistido nos Açores possam chegar a mais pessoas e de forma mais justa.

Também no setor das pescas foi possível no ano transato chegar a um acordo histórico entre armadores e pescadores através da assinatura de uma convenção coletiva de trabalho que garante um salário mínimo, promovendo uma maior equidade na distribuição dos rendimentos no mercado com condições de trabalho muito vulneráveis aquém do patamar já alcançado na maioria das profissões.

No acesso à habitação. Segundo dados do INE, comparando a evolução entre censos de 2001 e 2011 constatamos que em 2001 tínhamos 65% do parque habitacional da Região sem necessidade de reparações e em 2011, há sete anos atrás, estávamos já com 79%, oito pontos acima do panorama nacional.

Aguardemos pelos próprios censos. Aguardemos serenamente pelos próprios censos, ...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... mas temos consciência de fruto do trabalho desenvolvido nos anos mais recentes, sobretudo ao nível dos apoios destinados à recuperação de habitação degradada, essa situação será ainda mais favorável.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria também de dar conta de algumas ações que constam do plano de ação bianual 2018-2019 e da forma como estão a ser implementadas.

Relativamente à primeira prioridade, assegurar a todas as crianças e jovens da Região um processo de desenvolvimento integral e inclusivo, destaco o seguinte.

Em 2018 foram criadas 84 novas vagas em creche e 98 requalificadas, estando previsto no decurso deste ano um novo reforço também no exercício de potenciar as estruturas já existentes.

As novas vagas em creches permitiram-nos alcançar uma taxa de integração das crianças do primeiro escalão do abono de família de crianças e jovens de 32,22% em setembro de 2018, superando a meta definida para 2019.

Nesta matéria relembro que os dados constantes do diagnóstico são relativos a dezembro de 2017 e nessa altura tínhamos uma taxa de 27,2% das crianças do referido escalão.

Relativamente ao apoio aos pais no exercício de uma parentalidade mais responsável foram desenvolvidos na Região em 2018 programas de educação parental que abrangeram 326 pais ou figuras parentais e 330 crianças, em várias ilhas da Região, cumprindo assim, aliás, superando, a meta constante do plano de ação que suporta a estratégia de combate à pobreza.

Para 2019 temos uma meta definida de 250 pais e figuras parentais e 420 crianças. Mesmo assim queremos mais.

Estamos, por isso, a arrancar com a ação das oficinas da parentalidade, um projeto piloto que se iniciará ainda este primeiro trimestre na ilha Graciosa no sentido de responder aos pais nas temáticas identificadas por estes como mais sensíveis na relação dos pais com os filhos e no processo educativo destes.

Ao nível da promoção do sucesso educativo mencionar também o alargamento do projeto de intervenção comunitária que depois dos excelentes resultados alcançados no concelho da Lagoa e Vila Franca do Campo avançou já para as escolas da Povoação e Nordeste.

Ao nível das ações previstas na segunda prioridade, reforço da coesão regional, destaco duas direcionadas para os idosos e pessoa com mobilidade reduzida, um grupo como sabemos bastante vulnerável à pobreza e ao isolamento e exclusão social.

A primeira é relativa ao levantamento que se iniciou o ano passado pela Direção Regional da Habitação em parceria com as juntas de freguesia no sentido de identificarem as residências de idosos ou pessoas com mobilidade reduzida passíveis de serem intervencionadas para a eliminação de barreiras tornando a casa um ambiente mais seguro. Falamos de pequenas obras, como a colocação de um corrimão, a troca de uma banheira por um poliban, ou a construção de uma rampa suprimindo escadas. Estas intervenções estão a ser tituladas com os serviços locais de saúde no sentido de complementarmente ser feita uma sensibilização aos idosos para a adoção de comportamentos mais seguros.

Trabalhamos, pois, Sras. e Srs. Deputados, na prevenção.

Mas para os que carecem de respostas mais direcionadas e especializadas continuamos a reforçar as vagas de lares de idosos e serviço de apoio domiciliário, respondendo ao natural acréscimo da procura decorrente do progressivo envelhecimento da população.

Lançaremos já no próximo semestre deste ano um pacote de novas vagas de serviço de apoio domiciliário com especial incidência nos serviços de higiene pessoal uma ou duas vezes por dia, sete dias por semana, sobretudo na ilha de São Miguel.

Em 2018 contratámos com as instituições mais 44 camas em lares de idosos; em 2019 contamos ultrapassar a meta estabelecida de cem camas para estes dois anos.

Relativamente à adoção de uma intervenção territorializada conforme preconizado na terceira prioridade estratégica.

A forma de operacionalização assenta maioritariamente nos polos locais de desenvolvimento e coesão social. Esta figura já estava prevista desde 2018 e em alguns territórios foram constituídos polos dinamizados pelas equipas do Instituto de Segurança Social dos Açores com resultados positivos.

A análise crítica, a aprendizagem que fizemos desse processo tornou muito claro que esta é uma boa ferramenta de intervenção e que permite ajustar a resposta à medida das especificidades de cada território, galvanizando as potencialidades locais e facilitando o envolvimento das populações.

Como sabem neste primeiro plano identificámos cinco territórios já anunciados, onde iremos focar a intervenção e onde os polos serão desenvolvidos. Essa rede será coordenada diretamente pelos Diretores Regionais da Saúde, da Prevenção e Combate às Dependências, do Emprego e Qualificação Profissional, da Educação, da Solidariedade Social e pelo Concelho Diretivo do Instituto de Segurança Social dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Desta forma, assegura-se o envolvimento das várias áreas da governação na construção de respostas que mais do que articuladas são integradas, estando presente a necessária capacidade de decisão que garante a efetividade e a rapidez na implementação das ações.

Relativamente à quarta prioridade estão em marcha os trabalhos com vista à criação ainda no primeiro trimestre deste ano do Observatório das Dinâmicas Sociais dos Açores o que será uma ferramenta determinante na implementação do plano e de um modo mais abrangente produzirá informação e conhecimento que permitirá avaliar de forma multidimensional as políticas públicas que estão no terreno, assim como apoiar os ajustamentos que se venham a mostrar necessários.

Sras. e Srs. Deputados:

Estamos, por isso, a cumprir a nossa parte com desafios acrescidos é certo, desde logo no sentido de promover e incentivar a disponibilidade para a mudança quer parte dos colaboradores dos próprios serviços, quer parte dos parceiros da sociedade civil encontrando novas formas de responder aos problemas.

Também garantindo que essa resposta é integrada para alcançar uma solução efetiva e duradoira com centralidade na pessoa e não segmentada em cada um dos problemas e não menos relevante mobilizando toda a comunidade em torno do desígnio da redução da pobreza na Região. Trata-se de uma luta que não é só do Governo e que só será bem-sucedida se contar com o comprometimento de todos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já demos o nosso contributo!

A Oradora: Conscientes do caminho percorrido, mas com a lucidez do que falta percorrer, construámos e impulsionamos uma estratégia reveladora do inconformismo com que encaramos a luta contra a pobreza nos Açores.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bom dia, Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez este plenário do primeiro órgão da autonomia reúne-se para debater a pobreza e a sua incidência nos Açores.

Não é por acaso que isso acontece.

Não é por acaso e não é por uma qualquer teimosia da oposição ou por uma qualquer vontade de aproveitamento político.

Para podermos debater de forma séria, intelectualmente honesta...

Deputado José San-Bento (PS): Olha quem fala!

O Orador: ... e desassombrada a questão da pobreza temos de, em primeiro lugar, assumir que este é um problema estrutural dos Açores, que não se restringe a uma ilha, a alguns concelhos ou que está confinado a uma ou outra freguesia onde se sentem com maior insistência as desigualdades e a exclusão social.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Aí é que está enganado!

O Orador: Para se ser sério a debater o fenómeno da pobreza nos Açores não podemos num dia apresentar planos e estratégias e no outro dia dizer que não existe um problema de pobreza ou que esta apenas se cinge a alguns “focos”...

Deputado André Bradford (PS): Não é apenas!

O Orador: ... como agora parece ser a cartilha que nos querem impingir com intenções muito claras, que conhecemos bem e que não deixaremos de denunciar.

Em julho do ano passado, isto é, há apenas seis meses, o Governo dos Açores aprovou a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018/2028.

Um documento elaborado com critérios técnicos e que se propõe enfrentar este grave problema numa década para que depois, finalmente, se possa pensar que as questões da pobreza se restringem a fenómenos residuais ou a situações muito específicas e não como uma questão que atinge um terço dos açorianos, como se verifica hoje.

Por essa razão, a estratégia aprovada pelo Governo Regional esclarece que nos Açores, e cito: *“a pobreza, em toda a sua multidimensionalidade, persiste como*

um problema estrutural, que condiciona o desenvolvimento da Região e que tem ganho diferentes cambiantes à medida que a sociedade açoriana se transforma. As novas oportunidades que se têm desenvolvido no seu seio não são aproveitadas ou aproveitáveis por todos e às desigualdades no acesso a essas mesmas oportunidades juntam-se os fatores mais tradicionais de reprodução da pobreza na vida dos indivíduos e entre gerações”, fim de citação.

Portanto, é mais do que claro que a questão da pobreza nos Açores não é um problema desta ou daquela freguesia, deste ou daquele bairro, desta ou daquela rua.

Haverá razões para agora, seis meses volvidos da aprovação da estratégia regional contra a pobreza, ouvirmos o regime socialista a querer convencer a opinião pública de que a pobreza não é um problema regional...

Deputado André Bradford (PS): Não se preocupe com isso, preocupe-se com a pobreza em si!

O Orador: ... mas que há apenas alguns “focos de pobreza” que devem convocar todos, em especial os autarcas das zonas agora identificadas como uma espécie de exceção neste paraíso cor de rosa onde o regime socialista se vai governando há já mais de duas décadas.

Há, de facto, razões para esse discurso político e que não são nem inocentes nem ingénuas.

Aquilo a que agora assistimos no universo socialista do discurso de sucesso da sua governação é tão só uma manobra política, pouco séria diga-se, para tentar atirar para outros as responsabilidades que são do Governo e dos seus dirigentes já com larguíssima experiência e verdadeira carreira política de poder, sendo disso exemplo o próprio Presidente do Governo.

Estamos a falar de quem neste Parlamento, ou no seio Governo Regional, ocupa um lugar de decisão política que atravessa toda uma geração.

Há atualmente jovens adultos nos Açores, que agora têm um emprego precário e que quando nasceram já tinham o regime socialista a governar a Região.

É nesse sentido que Vossas Excelências não podem pretender sacudir a água do capote...

Deputado André Bradford (PS): Oh senhor, fale de pobreza!

O Orador: ... e fazer de conta que não foram as vossas políticas, as vossas atuações, a vossa ideologia e a vossa forma de exercício do poder que nos trouxe a estes resultados.

E os resultados do vosso exercício de poder, com mais de 22 anos, é revelado pelos sucessivos estudos do INE que colocam os Açores governados por socialistas sempre, como a região com maior incidência de pobres de todas as regiões de Portugal, onde 31,5% da população, hoje vive em risco de pobreza.

É um contrassenso só compreensível pela vossa obstinação político-partidária em afirmar que os Açores não têm um problema de pobreza.

E isso, infelizmente, não é verdade, pelo que só a falta de seriedade quando se debate este tema pode declarar o contrário.

Deputado André Bradford (PS): E o senhor tem debatido muito!...

O Orador: Dizerem hoje, perante os dados que conhecemos, perante os dados que o INE nos trouxe recentemente ou perante o diagnóstico publicado na estratégia regional de combate à pobreza, que o que os Açores têm são “focos de pobreza” e não um problema de pobreza estrutural, além de pouco sério é bastante revelador das vossas intenções nesta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Oh senhor, deixe as nossas intenções e fale da pobreza!

O Orador: Numa Região com 25 mil alunos a beneficiar de ação social escolar, ou seja, 64,2% do total de alunos dos Açores, não tem “focos de pobreza”, tem um problema grave de desigualdades. Uma Região onde mais de 18 mil cidadãos recebem o rendimento social de inserção, num total de 7,5% do

total da população residente, não tem “focos de pobreza”, tem sim um grave problema de privação e de desigualdade.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Uma Região onde 35 mil idosos recebem o complemento regional de pensão, o chamado cheque pequenino, não tem “focos de pobreza”, tem sim um sério problema de pobreza estrutural e duradoura - estamos a falar de 15% da população.

Deputado José San-Bento (PS): Essa parte não é séria! Aliás, tecnicamente é profundamente incorreta!

O Orador: Uma Região onde 66% dos agregados familiares que descontam IRS estão no escalão mais baixo do imposto sobre o rendimento, essa Região não tem “focos de pobreza”, tem um problema sério de risco de pobreza. Uma Região onde um em cada três jovens adultos está no desemprego e onde 70% dos que estão a trabalhar têm um emprego precário não tem “focos de pobreza”, tem sim um grave problema de pobreza geracional. Uma Região onde o abandono escolar precoce é mais do dobro da média nacional com 27,8%, não tem “focos de pobreza”,...

Deputado José San-Bento (PS): Já foi pior!

O Orador: ... tem sim um problema grave de limitação de oportunidades.

Tudo isto é resultado de uma governação que tem escondido esta realidade e que procura passar a ideia de sucesso que, infelizmente, continua a deixar para trás muitos milhares de açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Uma grande desonestidade política!

O Orador: Mas tão grave como o estado a que chegámos é comprovarmos que o poder socialista dos Açores vive bem com esta realidade, aliás, é esta situação de desigualdade e de pobreza que alimenta politicamente o socialismo açoriano.

Deputado André Bradford (PS): Diga isso ao Sr. Deputado Jaime Vieira! A vila mais pobre dos Açores!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A comprovar esta realidade em que o poder socialista tem uma inação natural no que diz respeito ao combate ao fenómeno da pobreza estão também duas ordens de fatores:

Por um lado, o não cumprimento de metas estabelecidas na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social e,...

Deputado Carlos Silva (PS): Quais eram?

O Orador: ... por outro lado, a recorrente guerrilha política e negação da realidade que levou ao chumbo de propostas feitas pelo PSD Açores ao longo dos últimos anos e que incidiam sobre o combate à pobreza e exclusão social.

Do lado dos incumprimentos vejam-se os seguintes exemplos:

Deputado Carlos Silva (PS): Assistencialismo?

O Orador: ... No plano de ação da estratégia regional contra a pobreza, estabelecia-se como meta para 2018 a publicação do diploma enquadrador da resposta social de Centros de Atividades de Tempos Livres. O plano de ação estabelecia na sua página 25 essa meta e atribuía um grau de impacto desta medida como: “grande”. Impõe-se, assim, perguntar ao Governo, para quando será cumprida esta meta?;

Estabeleceu-se também como meta para 2018 a apresentação de um estudo sobre comportamentos aditivos na Região, que já devia estar concluído e ao qual o plano de ação da estratégia contra a pobreza atribuía um impacto com a classificação de “elevado”. O Governo Regional não cumpriu e deverá esclarecer quando é que será apresentado este estudo;

O plano de ação da estratégia contra a pobreza, na sua página 49, estabeleceu como meta para 2018, isto é, o ano passado...

Deputado André Bradford (PS): Há 10 dias!

O Orador: ... a entrada em funcionamento da rede de sinalização de jovens que não estudam, nem trabalham, nem estão em formação, como forma de garantir uma resposta adequada a estas situações. Esta ação tem para a estratégia contra a pobreza um impacto com classificação de “elevado”. O Governo Regional também falhou este objetivo e deverá esclarecer quando será cumprida esta medida;

Deputado Carlos Silva (PS): Já está em curso!

O Orador: Estabeleceu-se como meta para 2018, com classificação também de impacto “elevado”, a realização de cursos de competências básicas para a empregabilidade devendo abranger 100 açorianos em 2018 com quatro turmas em S. Miguel e duas na Terceira, em ações de formação de 300 horas para desempregados com reduzidas competências em diversos domínios e posterior avaliação em termos da empregabilidade dos destinatários. Importa que o Governo Regional diga nesta Assembleia para quando será cumprido este objetivo;

Na página 63 do plano de ação da estratégia contra a pobreza e com uma classificação de impacto “elevado”, estabeleceu-se como meta para 2018 a apresentação do “Estatuto do Cuidador Informal”.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Há tantos anos que se fala nisso!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Exatamente, com muito orgulho!

O Orador: Pretendia-se que fosse concebido até final do ano passado o enquadramento legal destinado aos cuidadores informais numa perspetiva de valorização do ato de cuidar. O Governo Regional falhou em mais esta meta. E falhou ao não dar seguimento a outra meta com esta relacionada de implementar o Gabinete de Apoio ao Cuidador, também previsto para final de 2018, outra medida com “grande” impacto na estratégia contra a pobreza,

prevista implementar e que o Governo volta a não cumprir com a meta estabelecida e deverá esclarecer as razões para essa falha.

E podia continuar com metas falhadas pelo Governo para 2018, seja no levantamento das situações de idosos com mobilidade reduzida nas suas residências, ou na avaliação da resposta social dos centros de atividades ocupacionais, entre outras que o Governo Regional se comprometeu a trabalhar, mas não fez o que lhe competia.

Deputado Manuel Pereira (PS): E propostas?

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto à questão de chumbarem as propostas do PSD e que está na genética política deste Governo Regional...

Deputado Carlos Silva (PS): Quais eram as propostas?

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e da maioria socialista e que os impele para esse chumbo de boas propostas que procuramos apresentar para enfrentar a questão da pobreza nos Açores, temos como exemplo inúmeras medidas propostas...

Deputado Carlos Silva (PS): Quais?

O Orador: ... pelo PSD Açores e chumbadas sem se ter em consideração o seu impacto positivo para os açorianos que vivem com maiores dificuldades.

Lembramos que ...

Deputado Carlos Silva (PS): Então diga quais são!

O Orador: ... em 2015 chumbaram a nossa proposta de serviço de apoio domiciliário aos domingos e feriados e que levou a anos de atraso para implementar uma medida que era de elementar justiça de apoio social, ou ainda a proposta de implementação de uma verdadeira rede social nos Açores, que hoje é cada vez mais evidente a falta que tem feito no combate à pobreza e exclusão social e que só a teimosia socialista impede a sua verdadeira

implementação como instrumento para associar todos os intervenientes nesta tarefa de tirar da pobreza milhares de açorianos.

Não foi o PSD que perdeu com o chumbo destas e de outras propostas, quem ficou a perder...

Deputado André Bradford (PS): Fala do passado!

O Orador: ... foram os açorianos destinatários destas medidas e que veem o seu futuro adiado e comprometido.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Lembramos ainda, a forma jocosa e o desprezo com que o Sr. Presidente do Governo tratou uma proposta do PSD Açores no âmbito dos contributos para a estratégia de combate à pobreza e exclusão social...

Deputado André Bradford (PS): A pobreza não interessa nada, interessa é a proposta do PSD/Açores!

O Orador: ... que indicava a necessidade de existência de um órgão executivo para melhor coordenação e implementação das medidas aprovadas no plano regional, atuando com rigor e independência.

Pois se até a Casa da Autonomia, esse ícone adiado do socialismo regional, pode dispor de uma estrutura de missão, com um coordenador e dois vogais, não se concebe que a missão que temos pela frente em combater a pobreza não tenha um órgão executivo, independente e cientificamente capaz, para avaliação e acompanhamento das medidas.

Deputada Mónica Seidi (PSD) e Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Só se compreende toda esta atuação socialista implantada nos Açores há mais de 22 anos, pela inconfessável natureza de regime que se alimenta das desigualdades e das fragilidades de um grande número de açorianos para a manutenção do poder.

O poder socialista açoriano almeja sempre encontrar, em cada campanha eleitoral,...

Deputado André Bradford (PS): Olhe ali o Sr. Deputado Jaime Vieira!

O Orador: ... um açoriano de mão estendida para poder cobrar um voto em troca de um apoio, de um subsídio, de um favor ou de uma benesse.

É uma realidade que continuaremos a denunciar porque não nos conformamos em que continue a existir nos Açores uma elite socialista, que tem acesso e disfruta do conforto e bem-estar de uma vida desafogada e que se vai governando à custa do assistencialismo militante das suas políticas e da sua forma de estar na política.

Deputado André Bradford (PS): O Sr. Vice-Presidente já está a ficar incomodado com isso tudo!

O Orador: Não nos surpreende que assim seja, pois, qualquer regime socialista só se exercita pela contínua reedição de práticas de apoio social aos mais desfavorecidos.

Para os socialistas dos Açores, a pobreza ...

Deputado André Bradford (PS): Fale com o seu Presidente!

O Orador: ... nunca será um verdadeiro problema, pois para se manterem no poder a prevalência da pobreza é a única solução.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Às afirmações do Sr. Deputado Bruto da Costa, afirmando que para o Partido Socialista e o Governo se manterem no poder alimentam-se da pobreza e das desigualdades sociais.

Presidente: Tem a palavra para um protesto Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas:

Sr. Deputado Bruto da Costa, dizer-lhe frontalmente que não lhe admito, não lhe admitimos que faça esse tipo de afirmações...

Deputada Mónica Rocha (*PS*): No mínimo!

Deputado António Almeida (*PSD*): Era o que faltava!

O Orador: ... quer aqui neste Parlamento, quer seja onde for dentro da nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: No debate político não vale tudo. O PSD, como qualquer partido aqui representado, pode dizer aquilo que muito bem entende do ponto de vista político e partidário no âmbito daquela que é a vossa apreciação sobre o fenómeno da pobreza, mas não é aceitável, é leviano e abusivo...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... que quer o Sr. Deputado, e quer qualquer outro dirigente partidário ou Deputado neste Parlamento possa afirmar que o Governo ou o Partido Socialista se alimentam das desigualdades e da pobreza...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... para se perpetuarem no poder, aliás, a realidade todos os dias mostra que isso pura e simplesmente não corresponde à verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Felizmente, mérito certamente dos Governos dos Açores, certamente dos partidos políticos dos Açores, mas certamente mérito de todas as açorianas e de todos os açorianos, nós hoje nos Açores temos os melhores índices de desenvolvimento económico e social da autonomia democrática...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh senhor!...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e isso devia, sim, ser motivo de regozijo e de orgulho para qualquer açoriano.

E portanto, Sr. Deputado João Bruto da Costa, que fique claro, para si e para qualquer outro Deputado neste Parlamento, é legítimo que Vs. Exas. intervenham política e civicamente sobre as questões da pobreza e sobre aquilo que muito bem entenderem, mas nós não admitiremos que em qualquer circunstância, qualquer deputado ou dirigente político afirme que o Partido Socialista e o Governo se alimentam da pobreza para se perpetuarem no poder.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: A realidade mostra exatamente o contrário e temos muito orgulho...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... no trabalho que desenvolvemos, na redução da pobreza na nossa Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Estevão, eu terei que dar primeiro a palavra para um contraprotesto, se assim o entender, ao Sr. Deputado João Bruto da Costa e depois dar-lhe-ei a palavra para a interpelação à Mesa.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, para um contraprotesto, dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu sinceramente penso que este protesto do Sr. Secretário Berto Messias foi contra a realidade. É um protesto contra a realidade.

O Sr. Deputado entrou nesta Casa há sensivelmente 10 anos, 12 anos, penso eu. Ao seu lado tem alguém que entrou nesta Casa há 22 anos, que está associado ao poder há 22 anos.

Os senhores apresentam hoje como resultado 25 mil alunos, ou seja, 64,2% dos alunos dos Açores beneficiam da ação social escolar, ou seja, estão numa situação de risco de pobreza ou de pobreza efetiva;

Os senhores apresentam como resultado 18 mil açorianos no RSI, 7,5% da população residente que tem um apoio exatamente destinado aos mais pobres de entre os pobres e é essa a Região que os senhores têm após 22 anos de poder;

Deputado André Bradford (PS): Pelo menos há indicadores novos!

O Orador: Os Srs. Deputados do Partido Socialista, a maioria do Partido Socialista e o Governo Regional, apresentam-se nesta Casa em 2019 como a Região que tem 35 mil idosos,...

Deputado André Bradford (PS): Quais eram os indicadores?

O Orador: ...15% da população residente, com necessidade de ser beneficiário do complemento solidário para idosos, ou seja, tem baixos rendimentos, vivem em situação de pobreza ou de risco de pobreza.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor tem uma visão centenária!

O Orador: A conclusão, é uma conclusão política e politicamente efetiva, frontal, direta e objetiva, os senhores...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): E leviana e insidiosa! O senhor tem uma visão insidiosa!

O Orador: Não é insidiosa, é objetiva!

Deputado André Bradford (PS): É! É insidiosa!

O Orador: O Partido Socialista dos Açores alimenta-se das necessidades dos açorianos para cobrar votos em épocas eleitorais.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É uma posição leviana e insidiosa!

O Orador: Reafirmo porque é verdade! Os senhores gostam que os açorianos vivam de mão estendida, ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

... porque esse é o vosso abono eleitoral, sucessivamente, legislatura após legislatura, ano após ano.

Disse, Sra. Presidente.

Deputado João Vasco Costa (PS): Uma vergonha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu apelava à Câmara alguma calma no debate.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Lamentável!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): E a minha interpelação?

Presidente: Há uma matéria que está aqui a ser debatida através da sua interpelação e, portanto, também pedia que a intervenção de cada um, e cada qual, dentro da liberdade democrática que esta Casa permite, também tivesse isso em consideração para evitarmos debates paralelos a esta matéria.

O Sr. Deputado André Bradford pediu a palavra para?

(*) **Deputado André Bradford** (*PS*): Um protesto às declarações.

Ao facto do Sr. Deputado Bruto da Costa ter voltado a dizer que o Partido Socialista promove e alimenta-se politicamente da pobreza.

Presidente: A Mesa entende conceder o direito ao protesto, ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): E as interpelações?

Presidente: ... porque a minha interpretação do Regimento, que é aquilo que está escrito, é que o protesto deve ser feito imediatamente às afirmações que o proferiram, e como tal, a interpelação não é um protesto àquilo que foi dito.

Eu vou permitir a palavra ao protesto, depois darei naturalmente a palavra ao contraprotesto e depois está inscrito para uma interpelação o Sr. Deputado Paulo Estêvão e o Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado André Bradford.

Mas peço a ambos... Srs. Deputados!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): O que é isto? O que é isto?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isto é desviar o foco das atenções!

Presidente: Srs. Deputados, eu peço a ambos que tenham em atenção a referência que fiz anteriormente para que o nosso debate esta manhã possa continuar com a calma, o respeito e a dignidade que esta Casa merece.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford** (*PS*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu solicitei e recorri à figura novamente do protesto, porque o Sr. Deputado Bruto da Costa insistiu no argumento, aliás, nem se trata de um argumento, insistiu na afirmação de que os indicadores da Região, em termos de pobreza e desenvolvimento social e económico seriam negativos, porque o Partido Socialista, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Já respondeu! João Bruto da Costa volta a repetir para ver se percebem!

O Orador: ... conscientemente governa de forma a que eles se mantenham negativos para daí tirar dividendos políticos.

Já foi aqui dito, e muito bem pelo Sr. Secretário, que essa argumentação é uma argumentação política inaceitável, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O que é que o senhor está a dizer?

O Orador: ... mas mais inaceitável é voltar a insistir naquilo que politicamente é inadmissível e desonesto e não faz parte da forma como nós encaramos a nossa missão de representação dos açorianos e ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Ninguém estava à espera que o Partido Socialista gostasse de ouvir!

O Orador: ... de trabalho cívico e político em prol do desenvolvimento da nossa Região.

Todos nós podemos achar que a nossa Região devia ser mais desenvolvida do que é, que devia ter maior poder económico, que as famílias deviam viver melhor ... Todos nós achamos isso. Todos nós podemos considerar que seríamos capazes de fazer melhor do que aqueles que governam, de atingir outros objetivos.

Agora, isso não permite a ninguém tirar a ilação política de que existe uma governação que se alimenta da pobreza ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Disse vossa excelência!

O Orador: ... até porque essa questão devia ser lida ao contrário, Sr. Deputado, e a mim parece-me que isso é um argumento desculpabilizador daqueles que há 22 anos dizem que são melhores do que aqueles que governam e não conseguem ganhar as eleições. É um elemento desculpabilizador ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... daqueles que não são capazes de convencer os açorianos de que a vossa via é melhor, de que a vossa via permitiria um desenvolvimento maior. Portanto, quando se chega a esse grau de argumentação política é o desespero a falar, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é isto??

O Orador: Quando se chega a esse grau de acusação maldosa, mal-intencionada, agreste, figadal é o desespero a falar, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é isto??

O Orador: É desespero político que tolda a capacidade de analisar a situação e depois há mais uma questão: é que não há, naqueles indicadores todos a que o Sr. Deputado recorreu, nenhum que em 40 anos de autonomia não tenha tido um desenvolvimento positivo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque é que não responde na sua vez? Responda na sua vez!

O Orador: Portanto, é inadmissível ...

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

É verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: É verdade!

Não é possível, é inadmissível que se chegue a este ponto do debate político onde se pretendia fazer uma reflexão sobre a pobreza e sobre o estado do combate à pobreza na Região, é uma pena, é lastimável que estejamos a ter um debate sobre o grau de agressividade deste novo PSD, este PSD agreste, irritado com o facto de ser oposição, mais preocupado com isso do que com o fenómeno da pobreza, o combate à pobreza, o esforço que todos nós devíamos fazer em conjunto para melhorar os indicadores da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é um protesto?!

O Orador: É uma pena que seja este PSD ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... a fazer este debate, nesta altura.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

E fazendo o mesmo apelo que fiz ao Deputado André Bradford, passo a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa para um contraprotesto. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Oh, Sra. Presidente, eu compreendo o apelo de V. Exa., mas possivelmente vamos continuar a manhã toda em protesto e contraprotesto, porque eu reafirmo

aquilo que já disse que é o entendimento político de que o poder socialista dos Açores se alimenta ...

Deputado André Bradford (PS): Outra vez...

O Orador: ... eleitoralmente dos mais desfavorecidos, das desigualdades e da pobreza ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso também se aplica a ti, Jaime Vieira!

O Orador: ... para obtenção de favor político na altura das eleições. Esse é um entendimento político que reafirmo, porque em alternativa só há uma explicação para o estado atual a que chegámos em relação à situação de pobreza de muitos milhares de açorianos: é que em alternativa é confessável da vossa parte, neste momento, total incompetência em terem conseguido promover nos Açores um desenvolvimento económico e social que tirasse da pobreza ou do risco da pobreza um terço dos açorianos.

Aquilo que o senhor disse Sr. Deputado não é verdade.

Deputado André Bradford (PS): O que é que não é verdade?

O Orador: Não é verdade desde logo, por exemplo, estas duas linhas são os alunos matriculados e os alunos beneficiários da ação social escolar.

Deputado André Bradford (PS): Isso está de pernas para o ar! Qual é o matriculado? É o azul?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Francisco César, o gráfico está no diagnóstico da estratégia regional.

Deputado Francisco César (PS): Mas a linha azul o que é?

O Orador: São os alunos matriculados.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Francisco César (PS): Então!?

O Orador: Há menos.

Deputado André Bradford (PS): O que é que revela desenvolvimento?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, eu gostava muito que o Sr. Deputado Francisco César pudesse um dia pegar no diagnóstico feito do plano de ação ...

Deputado Francisco César (PS): Oh por favor! Pode ser já!

O Orador: ... e olhasse para isto com olhos de ver e percebesse que ...

Deputado Francisco César (PS): Isso é uma confusão enorme!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, desta forma não podemos continuar.

O Orador: ... em 2006 tínhamos 45 mil alunos matriculados e agora temos 39 mil; que em 2006 tínhamos 20 mil alunos beneficiários de ação social escolar e agora temos 25 mil.

Deputado Manuel Pereira (PS): O senhor sabe que isso é falso!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, piorámos substancialmente naquilo que é a percentagem de alunos beneficiários da ação social escolar.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Vou terminar com a lateralidade e naturalmente com a benevolência de V. Exa. ...

Presidente: E a Mesa já lhe deu a tolerância, Sr. Deputado.

O Orador: ... apenas para explicar o porquê da conclusão política que tiro relativamente ao aproveitamento das desigualdades para benefício político e eleitoral da maioria.

Deputado André Bradford (PS): Diga isso ao Sr. Deputado Jaime Vieira!

Deputado Francisco César (PS): Essa linha azul é o quê?

O Orador: Depois esta linha deste gráfico é muito interessante, isto é o número de beneficiários do RSI, aqui onde era maiorzinho, era rendimento mínimo ...

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, está a usar a figura do contraprotesto e tem de terminar.

O Orador: ... naquela altura que os senhores preenchiem declarações de rendimento mínimo na bagageira dos automóveis quando andavam em campanha eleitoral ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso era o que os senhores faziam!

O Orador: ... como eu assisti e muitos de nós conhecemos.

Desde 2001, e vou terminar Sra. Presidente ...

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, o Sr. Deputado tem mesmo de terminar.

O Orador: Oh, Sra. Presidente, eu penso que o Sr. Deputado André Bradford excedeu largamente os três minutos, mas eu vou terminar.

Presidente: Eu já lhe concedi mais tempo que concedi ao Deputado André Bradford ...

O Orador: Terei tempo em intervenção para explicar estes dados ...

Presidente: Exatamente. Tem tempo para usar essa argumentação.

O Orador: ... e para explicar ao Partido Socialista aquela que é a realidade e a realidade é uma ilação política muito frontal, muito direta e muito incisiva relativamente à discussão das matérias da pobreza: os senhores não podem continuar a usar as desigualdades, ...

Deputado André Bradford (PS): Ao que isto chegou!

O Orador: ... os açorianos que vivem em dificuldades ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... para benefício eleitoral e para benefício do Partido Socialista.
Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado André Bradford (PS): Finalmente!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Sra. Presidente esta intervenção é uma interpelação sobre a condução dos trabalhos por parte de V. Exa.

Eu considero que é inaceitável a forma como V. Exa. está a dirigir os trabalhos nesta manhã.

Deputado José Ávila (PS): Outra vez?

O Orador: A Sra. Presidente permitiu intervenções, que são intervenções políticas, com apresentação de gráficos, com apresentação de dados por parte da bancada do Governo e do Partido Socialista, ...

Deputado André Bradford (PS): Gráficos!

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... intervenções exclusivamente políticas e de argumentação política e ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... V. Exa. permite, da forma como está a conduzir os trabalhos, duas coisas: em primeiro lugar, quem não estava inscrito possa falar antes daqueles que já estavam inscritos para o debate; em segundo lugar, que esse tempo não conte, não seja descontado na bancada do Governo e na bancada do partido governamental e também na bancada do PSD, mas o PSD responde aos protestos quer do Governo Regional, quer do Partido Socialista.

Como se verificou o que aqui existia era debate político.

Deputado Francisco César (PS): Não foi nada disso!

O Orador: Pura e simplesmente o que existia era debate político e V. Exa. permitiu que os trabalhos decorressem desta forma, prejudicando gravemente quem já está inscrito para o debate e prejudicando gravemente a condução dos trabalhos.

V. Exa, em relação aos protestos que admitiu, favoreceu claramente o Governo Regional e o Partido Socialista neste debate e não teve a neutralidade necessária.

Presidente: Fica registada a sua interpelação.

O Deputado Artur Lima tinha se inscrito para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o CDS trouxe aqui um debate, uma interpelação ao Governo sobre pobreza e queria (V. Exa. já fez referência a isso) reforçar ... Acho que V. Exa. como responsável pela condução dos trabalhos nesta Casa e todos nós, os açorianos merecem-nos respeito, o tema merece respeito. O debate aqui é a pobreza.

Eu apelava à Sra. Presidente para que de uma forma mais enfática e mais atuante, se me permite, centre o debate na questão que aqui foi trazida e que os açorianos merecem respeito e que seja discutida seriamente com o contributo de todas as bancadas, da direita à esquerda, do Governo, para esclarecimento.

Trouxemos isso numa perspetiva de questionar o Governo, de perceber o que está bem, o que está mal e para onde temos que ir. É a função desta Casa. Peço-lhe, Sra. Presidente, que não claudique na condução dos trabalhos. Centre o debate.

É esse o pedido que a bancada do CDS tem que lhe fazer, centrar o debate no assunto em questão. *Fait divers*, ...

Se reparar são 15 minutos que gastámos aqui em intervenções e não em protestos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada também a sua interpelação.

Julgo que estamos em condições e que com a colaboração de todos e de todas vamos efetivamente dar continuidade ao debate que nos traz a esta Casa hoje de manhã.

Desta forma, passo de imediato a palavra à Sra. Deputada Marta Matos.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que comece por partilhar que desde que cheguei a esta Casa, e hoje em particular, ao longo deste debate, que vou observando com interesse e atenção os modos e os comportamentos, as dinâmicas de funcionamento das bancadas, as motivações, e aquilo que vou constatando com alguma pena e desilusão da minha parte é que no que se refere à oposição o foco parece estar muitas vezes centrado em alguma preocupação de afirmação pessoal ou no aproveitamento de alguma vantagem político partidária ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a referir-se a quem?

A Oradora: ... e a mim choca-me essa forma de fazer política.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Choca-me particularmente numa matéria como esta de pobreza e exclusão social, porque os números são pessoas, são famílias e os números são aqueles que todos conhecemos e não nos servem, não são aceitáveis ...

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e foi isso que o Governo Regional do Partido Socialista disse e numa atitude corajosa, séria, honesta, reconheceu o problema da pobreza nos Açores, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... mas este é um fenómeno complexo nas suas causas, nas suas consequências que não pode ser combatido sem ser compreendido e foi isso que o Governo Regional do Partido Socialista fez e com transparência, com abertura ao diálogo e à participação ...

Deputadas Marta Couto e Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: ... materializou esse reconhecimento e materializou essa resposta na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... uma estratégia que é, aliás, um documento inovador a nível nacional, de mérito reconhecido, cuja validade científica não pode ser contestada, uma estratégia que tem um carácter estrutural, porque não trata da mitigação da pobreza nem das situações de emergência social, mas é sim uma intervenção na estrutura das suas causas, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: ... uma estratégia que parte de uma abordagem integrada articulando educação, formação, saúde, emprego, solidariedade social, uma estratégia que é territorializada, porque todos nós sabemos que o fenómeno da pobreza não é homogéneo no território regional e, portanto, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... não pode ser tratado de forma homogénea, uma estratégia que deve ser participada, porque a pobreza é um problema de todos, não só dos departamentos governamentais, mas também das IPSSs e Misericórdias, das associações e instituições locais, dos partidos políticos, das autarquias.

Deputada Marta Couto (PS): Muito bem!

A Oradora: É importante também que se diga que esta estratégia eventualmente terá falhas e algumas medidas poderão não alcançar os resultados desejados, mas ela dá prioridade aos açorianos, às pessoas e às famílias e isso ninguém poderá contestar.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, eu entendo que chega desta visão fatalista; chega de por as culpas no Governo; chega de aceitarmos este rótulo de que somos a Região mais pobre do país, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Chega de pobres, Sra. Deputada!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque nós temos, neste momento, os instrumentos e as ferramentas políticas e económicas necessárias para fazer este combate. O que é importante é que ele seja feito com os valores que mencionei: com honestidade, com seriedade, com responsabilidade, com consciência do papel de cada um, como o Partido Socialista sempre tem feito.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Por isso é que há tantos pobres!

A Oradora: Dito isto, Sra. Secretária, gostava de lhe solicitar um esclarecimento.

Foi recentemente aprovada em Concelho de Governo a constituição da equipa de coordenação da rede de polos locais de desenvolvimento e coesão social, uma medida aliás integrada na estratégia, tendo sido identificados territórios na nossa Região que exigem uma intervenção prioritária, o que aliás faz todo o sentido.

Posso partilhar, que sou do Pico, sou autarca de freguesia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, tem responsabilidade na pobreza!

A Oradora: ... conheço a minha ilha e não reconheço estes números na realidade da minha ilha e acredito que muitos outros Srs. Deputados de outras ilhas tenham o mesmo sentimento em relação às suas ilhas, o que não quer dizer que não existam situações de fragilidade.

No entanto, têm surgido recentemente algumas notas na comunicação social que fazem crer parecer que pelo facto de se terem identificado estes focos prioritários as ações previstas se limitarão a intervenções nestes territórios e não à generalidade da Região e era esta questão que gostava que esclarecesse.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem que esperar, Sra. Secretária!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Não estava a ver.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Ainda bem que o CDS-PP, que tem nesta matéria muita tradição de combate político às injustiças que são criadas pelo desenvolvimento desequilibrado da nossa Região, do desenvolvimento económico desequilibrado e do desenvolvimento também social, trouxe novamente esta questão a debate neste Parlamento.

Eu fiz há sete anos, precisamente há sete anos a 21 de janeiro de 2012, promovi uma interpelação parlamentar sobre esta matéria, que se chamava “Políticas de promoção de igualdade de oportunidades e de combate à pobreza”, em 2012.

Eu lembro que em 2012 eu terminava o discurso então assim: “Termino, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as situações de pobreza estão a aumentar de forma inaceitável na nossa Região. Temos de articular um plano de emergência para atacar de forma eficaz o problema.” Em 2012! Em 2012 o debate que se fazia aqui, nesta Casa, era este, a urgência perante os indicadores, perante uma realidade que se tornava uma realidade insustentável, que criava pobreza, que colocava muita gente numa situação de grandes problemas do ponto de vista financeiro, do ponto vista social.

Devo dizer que repeti esta interpelação também em janeiro de 2018 novamente com a mesma preocupação e na altura também a interpelação parlamentar tinha este título: “Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social”.

Por isso, meus senhores, este é um debate em que me tenho envolvido e o meu partido se tem envolvido dentro daquelas que são as nossas possibilidades, dentro daquela que é a nossa capacidade, mas com uma enorme preocupação para uma situação que não parou de se degradar.

Eu, na altura, apresentei alguns dados, dados que têm vindo a piorar e na altura falava na esperança de vida mais baixa do país para os Açores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E é!

O Orador: ... falava da taxa de fecundidade na adolescência que duplica a média nacional, falava nos níveis de consumo de substâncias psicoativas mais altas do país, com particular gravidade para a população mais jovem, um enorme número de utentes sem médico de família, em especial nas ilhas de São Miguel e na Terceira, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Continua!

O Orador: ... taxas de retenção e desistência no ensino regular muito superiores às registadas no resto do país, em especial no ensino secundário.

No âmbito do emprego uma taxa de atividade mais baixa que a média nacional, uma classe média raquítica como resulta do facto de apenas 8,7% dos trabalhadores açorianos se situar no intervalo de rendimentos entre os 900 e 1.200€, o valor mais baixo do país e muito inferior à média nacional, que era de 12,8%; as taxas de desemprego jovem mais altas do país (no primeiro trimestre de 2017 dava um conjunto de exemplos); os Açores possuem também um nível médio de rendimento familiar mais baixo; a taxa de pobreza monetária que estava nove pontos acima da média nacional e os Açores também possuem a mais alta taxa de beneficiários de RSI e uma grande bateria de dados que aponta para uma situação de pobreza inaceitável na nossa Região.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não é verdade!

O Orador: Bem, o Governo do Partido Socialista, os sucessivos governos do Partido Socialista estão no poder há quase 23 anos, exercem o poder há 23 anos, ou seja, o Partido Socialista teve o tempo de uma geração para alterar estes dados.

Eu percebo que numa legislatura é difícil inverter situações de pobreza que têm décadas, que têm séculos, agora o Partido Socialista beneficiou de um dos períodos, ou seja, do período mais longo da história política da nossa autonomia para conseguir inverter esta situação. Tiveram muito, mas muito tempo e tiveram mais recursos que todos os outros ao longo da história dos Açores. Nunca ninguém teve tantos recursos para construir uma sociedade mais justa, uma sociedade mais igualitária.

Por isso, quando se fazem aqui referências ao falhanço dos sucessivos governos do Partido Socialista esta é uma análise que não pode deixar de ser feita.

O Partido Socialista falhou no combate a esta problemática; o Partido Socialista deixou que o fenómeno da pobreza se instalasse. Mais do que isso: o Partido Socialista permitiu que a taxa de pobreza se expandisse na Região.

O Partido Socialista não foi eficaz no combate ao problema da pobreza.

O Partido Socialista deixou que a nossa classe média se tornasse cada vez mais insignificante.

Por isso, há aqui um falhanço, um falhanço em toda a linha do Partido Socialista ao longo de todos estes anos e é preciso ter a capacidade de autocrítica, porque o Partido Socialista nunca afirmou nesta câmara e nunca afirmou perante os açorianos que falhámos, falhámos em muitas das nossas políticas. O que dizem é que isto é um problema de séculos que eles não conseguiram inverter ao longo destas duas décadas e pura e simplesmente não reconhecem que as suas políticas fomentaram a pobreza, que as suas políticas

falharam no combate à pobreza. É preciso ter essa capacidade de autocrítica. O Partido Socialista nunca a teve.

Eu considero também que é necessário ouvir vozes, como por exemplo, da igreja católica que tem nesta matéria também uma grande tradição e tem também uma preocupação extrema nesta matéria.

Eu vejo, por exemplo, no *Açoriano Oriental* de terça-feira, de 25 de dezembro, noticiava que o Bispo de Angra e Ilhas dos Açores dizia na entrevista que continua a “chocar a incapacidade para ir mais além no combate à pobreza.”

Eu considero que a igreja tem razão. Continua a chocar a incapacidade do Governo Regional combater estas desigualdades e estas situações de pobreza. A mim choca-me.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade!

O Orador: Chocava-me em 2012, chocava-me em 2010, em 2008 e continua a chocar-me, tal como ao Sr. Bispo, que o Governo continue a manifestar uma incapacidade total de combater esta questão.

Por isso, eu considero que o Governo Regional nesta matéria é evidente que não está a apresentar resultados que são exigíveis e considero também que há aqui por parte da governação do Partido Socialista algo que não pode ser rebatido, porque os factos apresentam-nos uma degradação progressiva da situação, um aumento dos focos de pobreza, um aumento da pobreza em toda a sociedade açoriana e isto é absolutamente inaceitável e isto choca-me. Choca-me profundamente a incapacidade do Governo Regional nesta matéria.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado João Paulo Corvelo. Tem a palavra.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Assistimos hoje ao exercício da mais pura hipocrisia política quando partidos que ainda ontem foram os principais responsáveis pela política de empobrecimento e de exclusão social de largas camadas do povo português têm o desplante de vir a terreiro protestar contra o empobrecimento e a exclusão social.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: É que entendemos muito bem que para estas forças políticas o “negócio da pobreza e da exclusão social” seja muito mais conveniente, que permita lucros fabulosos às grandes superfícies nas recolhas para Bancos Alimentares e afins, que até permita que alguns, como a líder do CDS se pavoneie a distribuir a sopa dos pobres para a sua promoção pessoal e política, claro que à custa dos “pobrezinhos”. Sim, porque para estes o que interessa é a existência de pobrezinhos que permitam o *show-off* e não que se discutam e combatam as causas da pobreza e da exclusão social. Não interessa para o CDS e para a sua líder que todos tenham um salário ou uma pensão que lhes permita

viver condignamente sem o recurso à sopa dos pobres hipocritamente servida pela sua líder.

Para quem tenha a memória curta não será demais recordar que foi o CDS no anterior governo da República a deter a pasta do trabalho e da segurança social e que foi precisamente no consulado do seu dirigente Mota Soares, enquanto responsável da mesma, que disparou o número de pobres, embora empregados. Sim, foi neste consulado que muitos trabalhadores viram reduzidos os seus salários para níveis inferiores ao limiar da pobreza. Foi neste consulado que o rendimento social de inserção não só sofreu importantes cortes como excluiu muitas famílias e agregados que tinham neste rendimento a única forma de não viverem de esmolas e da caridade pública.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Foi neste consulado do ministro do CDS que os reformados, pensionistas e idosos viram as suas pensões e reformas reduzidas, tendo passado com os seus magros recursos não só a ter de socorrer familiares, mas também a ter muitas vezes de recorrer à caridade do agrado do CDS.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quando ouvimos determinadas pessoas e forças políticas pretensamente muito preocupadas em discutir algumas medidas avulsas sem pretender discutir as causas e a origem da pobreza e da exclusão social, não podemos deixar de recordar o bispo brasileiro D. Hélder Câmara quando afirmava que quando tinha dado esmolas aos pobres todos lhe tinham chamado santo, mas que quando tinha questionado as razões porque havia pobres não só lhe tinham chamado comunista como o tinham ameaçado e perseguido!

Para nós comunistas muito para além de medidas pontuais de combate imediato a situações de pobreza e de exclusão social, o que é essencial é que se combata de facto a sua origem, isto é, que a riqueza produzida seja distribuída de forma

justa e equitativa, nomeadamente por aqueles que a produzem e que são os trabalhadores.

É que a pobreza e a exclusão social têm a sua origem num sistema que garante a acumulação de capital por um número cada vez menor de privilegiados através da exploração de um número cada vez maior de explorados e que conduz a uma sociedade cada vez mais injusta na distribuição da riqueza produzida e a estratégias que visando esses objetivos não têm em conta nem questões de natureza social nem questões de desenvolvimento económico e social.

Combater a pobreza e exclusão social exige, para além do reconhecimento do problema, que antes de mais se determine quais as causas e as origens da pobreza e da exclusão social e exige vontade política para combater na origem essa pobreza e essa exclusão social e não apenas a mera identificação do fenómeno e a adoção de medidas que sendo importantes não colocam em causa o modelo socioeconómico gerador da pobreza e da exclusão social, mas antes pelo contrário pretende que se vá mascarando a pobreza e a exclusão social através de ações que apenas minimizem os efeitos sem pôr em causa as suas origens.

A pobreza e a exclusão social nos Açores é coisa que o Governo Regional não levou tão a sério como seria necessário e a sua Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social mais não é que um rol de boas intenções apenas para constar, pois quando se trata de combater na prática a pobreza o Governo muito convenientemente se coloca do lado daqueles que irresponsável e egoisticamente a promovem, colocando os seus interesses acima de todos os outros.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Diariamente crescem as desigualdades entre ricos e pobres, num contexto em que as taxas de risco de pobreza na nossa Região são as maiores do país. A

resposta necessária é, sem dúvida, a melhoria das condições de vida do povo açoriano através do aumento dos salários, do aumento do poder de compra das populações, do acesso universal aos equipamentos sociais, à educação, à saúde, à habitação.

Combater as origens e causas da pobreza e da exclusão social passa necessariamente por uma economia que promova um desenvolvimento económico socialmente útil e não apenas tendo em vista a obtenção do lucro fácil e imediato, na qual o desemprego e a pobreza são fundamentais para uma prática de baixos salários e para a retirada de direitos aos trabalhadores.

O caso mais clarividente ocorre no setor do turismo na nossa Região. Nos últimos anos temos assistido a um aumento exponencial das receitas das empresas dos serviços turísticos nos Açores, gerando lucros imensos aos seus proprietários. Mas notamos que os trabalhadores do setor turístico (na hotelaria, na restauração, entre outros) continuam com vínculos laborais absolutamente precários, remunerações sempre demasiado baixas e cargas horárias muito elevadas. A redistribuição da riqueza neste setor económico parece não existir na nossa Região, quando quem produz essa riqueza com o suor do seu trabalho continua a viver em condições sociais muito débeis. É absolutamente imperioso e urgente que no setor do turismo nos Açores seja acordado um novo Acordo Coletivo de Trabalho, com uma justa atualização da tabela salarial que repercuta uma redistribuição social da riqueza gerada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PCP está, pois, como sempre esteve, na vanguarda da defesa do Estado Social, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

O Orador: ... com direitos e garantias, pelo reforço da rede pública de equipamentos sociais, pelos direitos sociais dos idosos, das pessoas com

deficiência, das mulheres, dos trabalhadores em geral, pela revalorização das pensões e prestações sociais, por melhores salários, por uma vida melhor. Só a luta é o caminho, é preciso resistir e lutar com o PCP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Há coisas que se nós não ouvíssemos, dizíamos que não eram verdade, que não acreditávamos, sobretudo nesta intervenção do Sr. Deputado João Paulo Corvelo, do Partido Comunista Português.

O Sr. Deputado não falou na pobreza dos Açores, não falou nas causas da pobreza, não falou da situação que se vive nos Açores, porque o seu partido nessa matéria o contributo, e o seu contributo particular enquanto deputado há três anos nesta Casa, foi zero. Foi vergonhoso.

Deputado João Corvelo (PCP): Não é verdade!

O Orador: Portanto, o senhor nem sequer pode enunciar as suas medidas, quando muito se limita a copiar as medidas dos outros, ...

Deputado João Corvelo (PCP): Não é verdade!

O Orador: ... como foi o caso dos manuais escolares, porque o senhor não tem intervenção. Tem discurso, a cassette, a cartilha, o que o senhor lhe queira chamar, ...

Deputado João Corvelo (PCP): Não é verdade!

O Orador: ... para vir para aqui debitar todos os dias, mas o senhor para ser um verdadeiro comunista e para promover a igualdade do seu ordenado de três mil euros dívida por quatro e dê 750€ a cada pobre à sua volta para o senhor viver como eles. A doutrina que o senhor defende é essa. Portanto, melhor os pobres, devida o seu ordenado e ponha quatro famílias à sua volta a viver nas

mesmas condições que o senhor vive. É isso que é o verdadeiro comunismo, é isso que o senhor não professa. Demagogia é o que o senhor veio aqui fazer.

Deputado João Corvelo (PCP): Não é verdade!

O Orador: É um insulto o que o senhor veio aqui fazer, mas ainda por cima veio referir pessoas do continente.

Fale dos Açores. Mas aqui o senhor não tem património, não tem história e ainda bem que Portugal é um país que não deixou que o comunismo o levasse à miséria, porque se estivéssemos entregues ao comunismo em Portugal estávamos na miséria, Sr. Deputado. Nicarágua, diz-lhe alguma coisa?

As pessoas fogem, são perseguidas, assassinadas, fogem do regime comunista de Ortega que o senhor apoia e elogia.

Venezuela, diz-lhe alguma coisa?

Diz-lhe, Sr. Deputado, a Venezuela?

Um país riquíssimo da América do Sul, riquíssimo, país de imigração, para onde as pessoas iam para mudar de vida, para melhorar de vida, Sr. Deputado.

Sabe o que é que acontece agora, Sr. Deputado, com o regime comunista de Nicolás Maduro, que o senhor apoia, o senhor apoia?

Quem persegue pessoas, quem assassina, quem mata, quem promove a fome e sabe o que é que aconteceu a quem foi para lá, Sr. Deputado?

Foge da miséria, da fome, da perseguição comunista, do regime comunista bolivariano (lá como os senhores chamam) e vergonha devia ter o Sr. Deputado do seu líder parlamentar Jerónimo de Sousa enviar uma carta a felicitar um ditador e um assassino, que persegue o seu povo, que mata o seu povo, ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... que não respeita a oposição, Sr. Deputado.

O senhor tenha vergonha disso. Peça desculpa àqueles portugueses que são expulsos da Venezuela, os madeirenses, os nossos concidadãos madeirenses e do continente que foram expulsos e perseguidos e assassinados, Sr. Deputado, e

o senhor e o seu partido são corresponsáveis por isso, porque os apoiam, apoiam o regime de Chávez e o regime de Maduro, Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Portanto, o senhor quando vier aqui falar, benza-se três vezes. Benza-se três vezes! Tenha vergonha do seu partido!

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: Um partido que persegue pessoas, que mata e que assassina.

Já não vou à célebre Coreia do Norte que o prémio ao mérito e à inteligência é uma bala no meio da testa. Já não vou a esse!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tenho que lhe pedir e apelar também à razoabilidade da sua intervenção!

O Orador: Tem toda a razão, Sra. Presidente, mas eu não fui para fora. A senhora, conduzindo bem os trabalhos, não corrigiu o Sr. Deputado João Paulo Corvelo de ir falar da Dra. Assunção Cristas ...

Presidente: Estou a apelar apenas à linguagem utilizada para impedir que hajam pedidos de protestos e outras figuras do Regimento.

O Orador: Portanto, a latitude é a mesma, Sra. Presidente. Peço-lhe imensa desculpa, mas a latitude é a mesma, embora não comparáveis os personagens.

Sr. Deputado, o senhor realmente desonra a democracia, o seu partido e o senhor, são um atentado à liberdade de expressão, são um atentado à democracia e o povo reconhece cada vez mais isso. Os concelhos mais pobres do país, Sr. Deputado, curiosamente no continente são os concelhos onde o seu partido dominou durante anos as câmaras municipais. Isso devia envergonhá-lo, Sr. Deputado!

Relativamente à Sra. Deputada Marta Matos, agradeço a sua intervenção, sim senhora e é isso que nos interessa, é focar no assunto.

Sra. Deputada, o CDS trouxe este assunto aqui para dar o seu contributo. A Sra. Deputada Rute Gregório não se desviou um milímetro daquele que é o assunto e

assumindo exatamente a consciência de que a pobreza cabe-nos a nós todos combata-la, eu concordo consigo, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

O Orador: ... mas compete especialmente ao Governo de uma maneira mais particular, mais enfática e mais ativa. O nosso contributo está aqui identificar, alertar, trazer aqui, refletir e como atuar e já demos nessa matéria muitos contributos ao longo destes anos. O CDS já deu muitos contributos para que as pessoas possam viver melhor, para que, por exemplo, os idosos possam comprar medicamentos, já demos contributos para os manuais escolares. Agora é moda no continente, mas foi em 2012 que fizemos cá essa proposta, embora tenha sido um pouco desvirtuada.

Podia-lhe dar mais exemplos por aí abaixo. A senhora é nova, mas recomendo que também possa ver a história do Parlamento e veja.

Agora, o que eu lhe agradeço, Sra. Deputada, com toda a simpatia, se me permite, é que quando se referir à oposição identifique. Quando estiver a falar para mim e para o CDS, eu agradeço que fale, porque tenho o gosto em lhe responder, em concordar ou discordar, mas tenho todo o gosto em responder-lhe.

Agora a oposição, olhe, está aquele senhor que não o reconheço, por exemplo, do Partido Comunista, faz parte da oposição, está o Bloco de Esquerda, está o PSD, está o PPM, portanto, quando se referir à oposição refira-se a quem, a dizer o partido tal é assim, cozido, frito e assado, porque o CDS não se mete no mesmo saco que alguma oposição aqui dentro.

Feito o esclarecimento, agora outra coisa mais importante que me parece também e que a Sra. Deputada vai refletir sobre isso é a perversidade do Instituto Nacional de Estatística, que é uma coisa perversa aquela adaptação que eles fazem aos Açores.

Quer dizer, se o rendimento *per capita* nos Açores é menor, então as pessoas nos Açores precisam menos dinheiro para viver.

Portanto, se há coisa mais perversa eu não sei o que é. É que o custo de vida aqui é mais caro do que no continente. Portanto, porque é que nos Açores o limiar da pobreza é 4.500€ e no continente é 5.600?

Isso é que temos de refletir, Sra. Deputada, porque isto é perverso.

Deputado Carlos Silva (PS): E a creche!

O Orador: Então um açoriano precisa de trezentos e poucos euros para viver e um continental precisa de 450?

Não! Isto não é sério fazer estas contas. O que não é sério é isto. O que não é sério é aceitarmos isso como verdadeiro. Não pode ser!

Deputado Carlos Silva (PS): Há fatores que explicam isso!

O Orador: De facto, o custo de vida nos Açores toda a gente sabe que é mais caro do que no continente.

Olhe, eu por acaso estive no continente a semana passada e até fui fazer umas compras e há vários exemplos que posso dar. Até o queijo de São Jorge é mais barato no continente do que na Terceira, por exemplo.

Deputado Francisco César (PS): Depende do sítio!

O Orador: A laranja, um quilo de laranjas, é mais barato no continente do que na Terceira.

Os senhores estão a achar graça, mas não é para graça, Sr. Deputado Francisco César.

O queijo de São Jorge é mais barato no continente do que na Terceira. Foi na Figueira da Foz.

Um quilo de laranjas no continente custa metade do que custa nos Açores. Um quilo de maçãs a mesma coisa, as couves a mesma coisa, o calçado a mesma coisa.

Deputado André Bradford (PS): Isso é que foi fazer compras, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, o nível de vida nos Açores é muito mais caro, por isso é que temos a remuneração complementar, é por algum motivo. Ela não existe porque alguém se lembrou.

Portanto, o que nós temos de fazer é combater essas desigualdades. Eu não aceito estes números do Serviço Nacional de Estatística. A pobreza não é um foco nos Açores.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é, não é!

O Orador: Sra. Deputada se me permite, ao estarmos a identificar a Terra Chã, a Lagoa, Rabo de Peixe, podemos estar a guetizar a pobreza, Sra. Deputada. Podemos correr o risco de estar aqui a guetizar a pobreza e isto foi o que nós herdámos em 96 ou 95.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é, não!

O Orador: O rendimento social de inserção, Sra. Deputada, ainda é novinha, começou exatamente em 97 e sabe quais eram os focos de pobreza identificados?

Eram exatamente Rabo de Peixe, a Terra Chã ...

Deputado André Bradford (PS): Não me diga!

O Orador: Eram exatamente os mesmos que são hoje e isso é que nos deve preocupar. Isso é que nos deve preocupar. Porque é que aquelas regiões não saíram da pobreza. Isso é que é a preocupação.

Deputado André Bradford (PS): Já viu o percurso que nós fizemos, Sr. Deputado?

O Orador: Olhe, eu sou de uma freguesia pobre de pescadores. O meu avô era pescador e hoje o Porto Martins não é uma freguesia pobre. Conseguiram dar o salto. É preciso saber porquê.

O Sr. Deputado António, ali da Ribeirinha, tinha um foco enorme de pobreza na sua freguesia, na serra da Ribeirinha, aliás, dizia-se que para ir à serra era preciso ter segurança.

Hoje em dia pode ir passear para a serra da Ribeirinha.

Deputado Carlos Silva (PS): Um bom exemplo!

Deputado Manuel Pereira (PS): Está a ver!

O Orador: Saíram da pobreza.

Deputado Carlos Silva (PS): Mais um autarca socialista!

O Orador: São Mateus a mesma coisa. Era uma freguesia de pescadores pobre.

Hoje pode ir a São Mateus e eles saíram da pobreza.

Portanto, é preciso perceber estas dinâmicas, porque é que uns saem, uns não saem, porque é que uns se mantêm e outros não estão. É preciso perceber isto e é esse contributo que a Sra. Deputada Rute Gregório aqui trouxe, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas isso é um debate construtivo, uma análise séria!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

O Orador: ... que o CDS aqui trouxe e que nós aqui trazemos.

Portanto, não vamos guetizar a pobreza. Vamos enfrentar a pobreza de frente ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e ajudar todos, porque os pobres nos Açores já começam a ser a classe média.

Não é só essa gente. Isto é a pobreza quase extrema, Sra. Deputada.

Um último esclarecimento, se me permite, que falou aí nesta última resolução do Concelho de Governo nas equipas locais e nos polos de desenvolvimento locais.

Sra. Deputada, é nova cá na Casa e na sua idade também, uma jovem, mas em 2015, em Ponta Delgada, 4 de dezembro de 2014, Andreia Cardoso, digníssima Secretária aqui presente, “redes de polos locais de desenvolvimento avança em 2015”, anunciou a Sra. Secretária. É a mesma senhora que está ali.

Depois também a 21 de junho de 2015, ou seja, seis meses depois de 4 de dezembro de 14, o Sr. Presidente do Governo, também aqui presente e que

cumprimento, anunciava: “Vasco Cordeiro anuncia a criação de polos locais de desenvolvimento e coesão social em toda a Região.”

Sra. Deputada, a portaria vem dizer exatamente o que dizia há quatro anos atrás. Era só esse último esclarecimento que eu queria dar.

Muito obrigado.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Não!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

Deputado João Corvelo (*PCP*): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Um protesto a?

Deputado João Corvelo (*PCP*): Às afirmações do Deputado Artur Lima em relação ao PCP nesta Casa não ter contribuído nada para a diminuição da pobreza e da exclusão social.

Presidente: Sr. Deputado, eu vou-lhe conceder a palavra, mas também deixo aqui um apelo que há pouco também foi feito e até no seguimento e reiterando na íntegra a interpelação à Mesa que foi feita pelo Sr. Deputado Artur Lima de que a linguagem utilizada nesta Casa não deverá levar ou permitir a que o debate se torne menos digno, menos respeitoso e acima de tudo que nos faça desviar do ponto central que está aqui em debate que é a matéria da pobreza e exclusão social.

Para um protesto, dispõe de três minutos, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo** (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PCP protesta, porque o que foi dito aqui pelo Deputado Artur Lima não corresponde à verdade.

O PCP apresentou propostas aqui ainda há bem pouco tempo, no último orçamento, em relação ao acréscimo à remuneração complementar, em relação aos manuais escolares gratuitos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nisso o senhor não estava!

O Orador: ... em relação a 200 trabalhadores que vão ser integrados nos quadros da Região na saúde e na educação, em relação a mais 160 professores que vão ficar a trabalhar nos quadros da Região.

Portanto, o PCP orgulha-se da sua história neste Parlamento e em qualquer parlamento.

O PCP é exatamente a mesma força política aqui, na República ou na Europa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E na América!

O Orador: Portanto, é o mesmo PCP. Não tomamos posições diferentes aqui, na República ou na Europa.

O PCP orgulha-se do trabalho efetuado e do contributo que deu aos Açores e aos açorianos no último orçamento da Região que foi aprovado há dois meses aqui, nesta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto ao Sr. Deputado Artur Lima se vai usar da palavra para o contraprotesto.

Dispõe de dois minutos ainda assim, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Não vou gastar tanto tempo. É só para dizer que fraco contributo do Partido Comunista nesta Casa, se era só isso.

Registrar que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo não protestou àquelas que são as notícias verdadeiras e os factos internacionais corridos por todo o mundo da atuação do Partido Comunista na América Latina que nos entristece a todos e, portanto, salientar mais uma vez esse facto.

Presidente: Muito bem.

Vamos dar continuidade ao nosso debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Acompanhei de perto o decorrer deste debate. Ouvi com especial atenção quer a interpelante, a Sra. Deputada Rute Gregório, como também ouvi muito atentamente a declaração inicial da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, e ao longo destas duas intervenções reparei que não feita qualquer alusão, ou se foi feita deve ter sido muito breve, acerca de um problema que é transversal à nossa sociedade, à sociedade açoriana: tem a ver com a precariedade.

Esperava pelo menos que a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social referisse esse problema na sua intervenção inicial e mais do que referir o problema também nos desse conta das medidas que neste momento estão a ser implementadas para contrariar esse cenário, até porque na página 69 do diagnóstico da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social é referido o seguinte e passo a citar: “O problema da pobreza está tradicionalmente mais associado à qualidade do emprego do que ao desemprego.” No entanto, e infelizmente, temos vindo a assistir àquilo que é um cenário de normalização da precariedade.

Porque é que assistimos a este cenário de normalização da precariedade?

Fundamentalmente porque é uma condição promovida pelo próprio Governo Regional quando o não deveria ser.

Muito recentemente ouvimos o Sr. Vice-Presidente, que não está presente neste debate e que deveria estar, até porque a tutela do Sr. Vice-Presidente também considera todos os programas ocupacionais que hoje em dia nós temos na Região, mas também porque tem a tutela da Inspeção Regional do Trabalho e

que faria todo o sentido então que o Sr. Vice-Presidente também estivesse presente neste debate, mas infelizmente não está.

O Sr. Vice-Presidente, como eu estava a dizer, há coisa de duas semanas surpreendeu-nos ao anunciar mais um novo programa de estágio. Não se trata do famoso programa Estagiar, que tem tido efeitos bastante positivos na integração socioprofissional dos nossos jovens, é um programa que continua a fazer sentido, agora o que não faz sentido é quando nós inauguramos um novo programa de estágios e quando esse mesmo anúncio é feito pelo Sr. Vice-Presidente naquela que é a quarta maior empresa da ilha Terceira.

Digo isso porquê?

Porque o Sr. Vice-Presidente aproveitou essa ocasião para assumir orgulhosamente que esta quarta maior empresa da ilha Terceira conta com (e ainda bem que assim é) 320 trabalhadores, mas que de entre estes 320 trabalhadores, 51 estão ao abrigo de programas de apoio ao emprego. Ou seja, a quarta maior empresa da ilha Terceira parece que não tem sustentabilidade financeira e económica para ter um quadro de pessoal estável e com uma carreira condigna. Assim parece. Mas porquê?

Porque é este Governo Regional quem incentiva a este estado das coisas aqui na Região e nesta mesma ocasião o Sr. Vice-Presidente dá-nos conta da introdução na Região de um novo programa, o programa EPIC. Que nome curioso.

Que nome curioso porquê?

Porque EPIC é o corolar de um processo verdadeiramente épico no desemprego e no carrossel da precariedade patrocinada pelo Governo Regional. É o Recuperar, é o PROSA, é o SEI, é o CTTs, é o Berço de Emprego e o FIOS. Portanto, todo o desempregado que tenha passado por estes programas ocupacionais, ou pelo menos por algum deles, acaba este carrossel da precariedade agora num programa de estágio. Como é que é possível?

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: Ter um programa de estágio no fim de um autêntico programa de precariedade.

Trata-se de um estágio de quatro meses de duração e que obriga à contratação de pelo menos metade dos estagiários que (pasmem-se!) podem ser contratados a termo, ou seja, poderão continuar num vínculo laboral precário.

Mais! Esta precariedade, esta contratação a prazo, até pode ser e é premiada e premiada como?

Porque este programa de estágio é acumulável com outros incentivos, o programa FIOS e o Integra, programas esses que atribuem (vejam só) um prémio que pode variar entre os 1.800 e a 2.500€ para as empresas contratarem a prazo.

Ora, não faz qualquer sentido estarmos numa Região cujo um dos grandes problemas laborais tem a ver com a precariedade laboral, termos um Governo Regional com programas que incentivam e mais premeiam empresas que contratam a prazo.

A pergunta que eu tenho a colocar à Sra. Secretária é quando é que colocam um fim definitivo a estes benefícios para as empresas contratarem a prazo e quando é que finalmente conseguem implementar medidas a sério que premeiem as empresas que contratem realmente sem termo?

Já agora, e no que diz respeito ao programa EPIC, eu farei essa pergunta à Sra. Secretária apesar dessa pergunta ser mais dirigida ao Vice-Presidente, que neste momento está ausente, que é: ao abrigo deste novo programa de estágio, o EPIC, é verdade que uma empresa pode despedir hoje um trabalhador e daqui a um ano e um dia poderá recontratá-lo ao abrigo deste programa?

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem agora a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós não somos, Sra. Presidente, a Região pobre que se pretende trazer a esta Casa com o retrato que neste debate alguma oposição tem procurado fazer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Melhorou qualquer coisa!

A Oradora: Nós temos um problema de pobreza que enfrentamos destimidamente como aliás já foi referido com a apresentação de um documento como é a Estratégia de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, como é o diagnóstico, como é o plano de ação que está em marcha.

Há focos de pobreza muito claros. Não há como fugir à constatação inequívoca desta realidade ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... liderados aliás pelo concelho da Ribeira Grande, é o concelho que lidera os focos de pobreza da nossa Região.

Um dado que é tão caro ao PSD falar do RSI, temos duas ilhas acima da média nacional: São Miguel, liderado pela Ribeira Grande, e também a Terceira com alguma expressão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E na Terra Chã!

A Oradora: As outras ilhas estão praticamente todas abaixo ou senão em linha com a média nacional.

Estamos de acordo com o CDS quando diz que é um problema estrutural e intergeracional. Aliás, deixem-me dizer-vos que com todas as divergências que nos separam, digamos assim, nós reconhecemos a seriedade com que quiseram trazer a debate este problema.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Trata-se, de facto, de uma situação que só se pode mudar pela educação. Estamos de acordo convosco. Aliás, a estratégia prova que esse,

também no nosso entendimento, no entendimento dos especialistas, é o caminho a fazer e esse é o caminho em que estamos todos empenhados.

Não podemos, contudo, eliminar propositadamente alguns indicadores que já foram aqui afluídos, mas que eu acho que também têm que continuar a ser referidos como o rendimento disponível bruto das famílias que é superior à média nacional; o relatório de desenvolvimento e coesão que nos coloca como a única região do país a convergir com a União Europeia; mais emprego nos Açores (neste momento temos menos de metade da taxa de desemprego que existia em plena austeridade); a taxa de atividade feminina que tem vindo a crescer de forma extraordinária (nos últimos dez anos passámos de 36 para 45,1%, já muito perto da média nacional, é uma importantíssima mudança social que se opera na nossa Região).

Sras. e Srs. Deputados:

Há dados que nós não podemos de forma alguma branquear também.

O emprego e, aliás, isto já foi aqui referido, nós temos setores, nomeadamente o setor primário e agora o turismo que continuam a ser setores muito mal remunerados e também aqui é preciso fazer um apelo a todos, é preciso fazer um apelo ao patronato. O problema não pode ser só resolvido pelo Governo Regional.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: É absolutamente abusivo achar que o Governo Regional tem nas mãos a resolução de matérias que passam pelos patrões, que passam pela câmara do comércio.

O Partido Socialista teve a oportunidade de fazer um périplo relativamente recente pelas empresas do turismo e deixem-me dizer-vos que aquilo a que nós assistimos relativamente ao trabalho dos funcionários do turismo só me faz pensar na música do Sérgio Godinho que é “muito dinheiro para nada” (como é

que dizia? e eu cito, não quero citar de cor): “Vi-te a trabalhar o dia inteiro, muita força para pouco dinheiro”.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, nós aquilo a que assistimos no turismo é uma situação que tem de ser revista urgentemente, mas não é com acordos como aquele que foi feito agora entre o patronato e os funcionários do turismo que resultou numa mão cheia de nada para os trabalhadores e nesta luta, que tem sido uma luta do Partido Socialista, era muito necessário termos todas as forças políticas.

Em contrapartida, também já foi referido, o Governo socialista conseguiu num setor muito frágil, como são as pescas e em conjunto com os parceiros do setor, a implementação do contrato de trabalho. É uma situação que tem sido difícil de implementar. Reunimos com a Associação Sete Mares de Rabo de Peixe, percebemos claramente que esta situação é difícil de implementar até porque, e sabemos, a economia informal continua a ter um peso muito forte na sociedade açoriana e todos temos de trabalhar para formalizar a economia. Está nas mãos de todos nós.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Está nas mãos dos próprios trabalhadores, está nas mãos dos patrões, está nas mãos de todos nós que temos de contribuir para que essa formalização se efetive e que realmente os números espelhem a realidade absoluta das condições em que as pessoas vivem.

Agora dirijo-me de forma mais particular ao PSD que de facto faz aqui um exercício de pura hipocrisia política, parafraseando o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pobreza, Srs. Deputados, e mão estendida é sugerir a emigração, insultar os que menos podem, como os idosos e a peste grisalha altamente prejudicados pela radicalização das políticas de direita; pobreza é convidar a emigrar, arrastando o país para taxas só comparáveis à década de 60 numa verdadeira sangria que afastou os mais frágeis das estatísticas, aliás, *modus*

operandi que vos é muito caro quando também por via estatística afastam os mais frágeis do RSI. Isso é que é a vossa política de empobrecimento.

Pobreza e assistencialismo é deixar os cidadãos mais frágeis, completamente entregues à sua sorte, cortando cegamente nas prestações sociais e oferecendo as sopas dos pobres e as cantinas sociais como resposta às fragilidades em que as pessoas estão mergulhadas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: E já que gostam tanto de recuar aos 20 anos de governação socialista deixem-me dizer-vos que reconhecido por todos os especialistas da matéria, e que são absolutamente insuspeitos, houve nos últimos 20 anos um forte incremento das políticas sociais e vou só dar alguns exemplos: ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... a cobertura de creches e amas é neste momento de 38%, cresceu 152% em 20 anos; os CAOs com crescimento de 343% em 20 anos e sabem porquê, Srs. Deputados?

Porque as pessoas portadoras de deficiência estavam em casa, fechados em casa, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: ... à mercê da sua sorte, à mercê dos seus familiares que não tinham como, nem onde, nem qualquer assistência para tratar deles, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: ... estão agora a enfrentar as dificuldades que lhes são absolutamente inerentes, mas têm, por exemplo, onde deixar os seus familiares durante o dia, 343% de aumento de CAOs em 20 anos; ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... lares residenciais para adultos com deficiência passamos de 1 para 20 em 20 anos; ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... o abandono escolar passou de níveis assustadores para taxas residuais, neste momento, de facto, debatemo-nos com um problema de insucesso, mas já não de abandono, porque as crianças estão todas na escola, é na escola que as crianças estão.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: As taxas de retenção que têm vindo a melhorar são agora a luta, portanto, é o sucesso, o combate ao insucesso que nós temos pela frente, mas já não há crianças a trabalhar aos 10 anos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: A taxa de abandono escolar precoce, infelizmente mantendo-se a mais elevada do país, tem feito uma recuperação extraordinária, recuou 33% em 20 anos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Em jeito de conclusão, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, deixem-me dizer-vos exatamente a este propósito que a SIC aqui há um par de anos fez uma reportagem naquela rúbrica “Perdidos e achados” e aquilo a que nós assistimos e eu cito é o seguinte: “Em 1996 a vila de Rabo de Peixe nos Açores era notícia pelas histórias de famílias numerosas marcadas pela miséria, a fome atirava as crianças para o trabalho. Sem escola as hipóteses de quebrarem o ciclo vicioso da pobreza eram quase nulas.

Em 1996 a pobreza não morava apenas em Rabo de Peixe, estendia-se um pouco por toda a costa norte de São Miguel nas traseiras da ilha. Na Ribeira Seca crianças de 12 anos usavam burros para recolher areia da praia.”

Foi esta a Região que nos deixámos e desta Região que todos os dias nós procuramos sair.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Caros Colegas:

Eu queria começar nesta primeira intervenção de bancada por me dirigir exatamente ao CDS-PP e à Sra. Deputada Rute Gregório, felicitando o CDS por esta iniciativa. Acho que era de facto imprescindível que este debate aqui se fizesse em função dos dados recentes que foram tornados públicos e, por isso, a honestidade com que colocou o seu pensamento sobre a matéria e que aqui trouxe este debate penso que é de elogiar e naturalmente de ressalvar.

Queria dizer-lhe que partilho em muito daquilo que foi dito por si, designadamente de que este de facto não é um fenómeno de hoje e também concordo consigo que ultrapassar estas dificuldades e a verdadeira mudança far-se-á e está de facto a fazer-se por via da educação.

Também concordo, finalmente, com um aspeto que referiu e que me parece essencial: este combate é um combate de todos, é um combate que de facto cabe a todos.

Das 13 questões que me colocou, Sra. Deputada, penso que respondi à larga maioria delas na minha intervenção inicial, contudo, penso que algumas não terei respondido e que gostaria de o fazer como naturalmente merece da minha parte este esforço de responder ao máximo possível.

Referiu a taxa de execução de 60% das medidas e eu coloquei aqui já 80% delas, ou seja, 60% foi a outubro de 2018, a dezembro de 2018 já estamos a falar de 80% das medidas em implementação ou implementadas.

De qualquer forma eu gostaria de informar que este é um plano que tem metas claras, com certeza que sim, e que também quis introduzir um aspeto que é essencial de transparência com toda a comunidade que está envolvida neste processo e naturalmente também com os partidos políticos. Portanto, será dada nota público do relatório de execução deste primeiro ano de implementação do plano bianual e, portanto, aí claramente explícitas quais as ações concluídas, as que não foram, as que estão em marcha.

Naturalmente que também me perguntou uma questão que parece essencial, ou seja, que neste momento o que é que a sociedade em geral sabe do plano.

Como sabe, e eu penso que é importante que se diga aqui, foi feito um esforço numa primeira instância ao nível do diagnóstico de envolvimento da comunidade, auscultação em todos os territórios da comunidade em geral, das instituições, associações mais diversas, autarquias e houve uma participação na fase inicial de diagnóstico.

Já agora mais recentemente, depois de concluído e aprovado o plano bianual, eu, o Sr. Secretário da Educação e o Sr. Secretário da Saúde com os vários diretores regionais envolvidos neste plano bianual fizemos um périplo por todas as ilhas da Região, por todos os concelhos da Região exatamente devolvendo e comunicando à população e a todas as associações que tinham sido envolvidas numa fase inicial o resultado do nosso trabalho e, portanto, a forma de implementação, que ações é que tínhamos. Portanto, foram ações bastante participadas e penso que de interesse geral.

Importa também esclarecer ainda aqui algumas questões que foram afloradas, designadamente sobre alguns projetos em particular e algumas ações em particular.

O estudo sobre os comportamentos aditivos está em curso, é uma responsabilidade da universidade que foi conferida à Universidade dos Açores que está em fase de conclusão. Até ao final do mês de janeiro será apresentado ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

No que diz respeito à rede de sinalização de jovens NIF que também foi aqui afluída, é uma rede que já foi assinado o seu protocolo entre alguns departamentos do Governo e a associação de promoção de públicos jovens e que portanto com todo o seu mecanismo de sinalização de jovens já perfeitamente definido, portanto, cumprindo aquilo que era a ação prevista no plano bianual.

Penso que em junho teremos o primeiro momento de sinalização com a colaboração de outros parceiros.

No que diz respeito ao gabinete de apoio ao cuidador, Sr. Deputado, com certeza que por lapso, não era de facto uma meta para 2018, é uma meta para 2019 e está previsto de facto no plano que assim seja, na página 64.

No que diz respeito à avaliação dos CAOs naturalmente que também por lapso seu de não ter dado conta, a avaliação dos CAOs já decorreu. Já foi apresentada publicamente pelo menos por mim na ilha Terceira e na ilha de São Miguel, pelo Sr. Diretor Regional da Solidariedade Social pelo menos na ilha Graciosa e na ilha de São Jorge e prosseguiremos, ou seja, devolver de forma transparente a avaliação que foi feita aos Centros de Atividades Ocupacionais na Região.

No que diz respeito ao estatuto ao cuidador até ao final deste primeiro trimestre teremos com certeza uma proposta sobre essa matéria e a legislação dos ATLS já foi produzida internamente, está agora numa discussão, estamos a finalizar e a ultimar os preparativos e com certeza que muito brevemente também será do conhecimento dos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Artur Lima fez aqui referência ao seu pai que era pescador.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O meu avô!

A Oradora: Ao seu avô que era pescador. O meu avô era também agricultor e foi dos poucos que da sua geração não emigrou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O meu também não!

A Oradora: Aliás, os meus tios avós, mais de metade deles, emigraram e o meu bisavô também emigrou. Emigrou exatamente na procura de condições melhores para os seus filhos. Mais de metade dos filhos da minha avó, portanto, dos meus tios emigraram também. Eu pertença à primeira geração de não emigrantes na minha família. Portanto, isto é revelador de um percurso que os Açores fizeram ao longo dos últimos anos, um percurso importante.

Mas também lhe queria dizer que reconheço que os meus filhos, felizmente, e os seus também terão tido oportunidades que nós não tivemos.

O meu percurso não é muito longo, mas já são 43 anos de existência ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se nota!

A Oradora: ... e permite-me dizer o seguinte: eu quando estudei no ensino público, no terceiro ciclo e secundário, tive uma parcela substancial dos meus professores que não tinham formação própria, coisa que não acontece com os meus filhos felizmente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vai começar a acontecer outra vez!

A Oradora: E também tive muitos colegas de carteira que eram da ilha Graciosa e da ilha de São Jorge, coisa que o meu filho também não conhece atualmente. Isto é resultado de um percurso, um percurso muito, muito importante.

Os meus filhos tiveram oportunidades que eu não tive, os meus pais já tiveram (é verdade) oportunidades que os seus pais não tiveram, mas a mudança foi de facto uma transformação imensa.

Tive professores que eram alunos da universidade que pouco mais velhos do que eu eram, que me deram formação em inglês, matemática e outras

disciplinas, disciplinas essenciais para o meu percurso académico. Hoje em dia isso felizmente não acontece.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas vai acontecer porque o Governo não está a fazer nada!

A Oradora: Há questões que são essenciais.

A aposta na educação continua a ser de facto um fator estruturante como aqui foi dito e que tem de ser continuado.

Agora, é preciso que reconheçamos (e penso que o CDS fez esse exercício de reconhecimento e acabou de o fazer exatamente quando fez menção às freguesias da Ribeirinha, de São Mateus na ilha Terceira, mas podemos fazer referência a outras) que de facto tiveram um percurso muito positivo e que nos permitiram viver com uma qualidade de vida muito diferente daquelas que viveram os nossos avós, os nossos bisavós.

Penso que um orgulho consciente do caminho que percorremos, mas que com certeza do caminho que ainda temos que percorrer.

Conforme disse na minha intervenção inicial: acho que é essencial que tenhamos essa consciência, a consciência do que fizemos, do que ainda falta fazer ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobretudo essa!

A Oradora: ... e que sejamos inconformados, sempre inconformados, capazes de inovar e o que esta estratégia traz, Sr. Deputado, se me permite, com orgulho é isso mesmo: a necessidade de integrar políticas, trabalhar e reforçar o trabalho ao nível da educação, da saúde, do emprego, da solidariedade social, com certeza que sim, mas numa maior articulação das políticas e com um aspeto determinante, uma profunda articulação com a sociedade civil, uma profunda articulação com todas as associações, culturais, desportivas e outras. Este aspeto é imprescindível. Com os empresários também e também com aqueles que vivenciam as situações de pobreza. Ouvi-los sempre, ouvi-los todos os dias,

como eu tento e me esforço por fazer e o Sr. Deputado sabe que é assim que eu faço por exercer a minha atividade. É ouvindo as pessoas e direcionando as políticas para aquilo que é o essencial na conjuntura atual.

Antes de terminar. Já foi feita menção aqui aos anos 2010 e 2012.

2010 e 2012 foram anos de emergência social ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que felizmente não é o que vivemos hoje. Portanto, naturalmente que quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão se refere a esses anos, eu tenho que lhe dizer que quando se refere a esses anos as políticas que o Governo desenvolveu naquela altura foram políticas para responder a situações de emergência social, mas já nessa altura o Sr. Deputado dizia e acho que é bastante atual que “há que fazer um esforço para unir as consciências. Nenhum governo no mundo consegue derrotar sozinho a pobreza e a indiferença que lhe está associada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: É necessário o contributo de todos os agentes económicos, instituições de solidariedade social e de todos e de cada um dos cidadãos.”

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão é para se inscrever?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer algumas referências àquilo que foram algumas intervenções neste debate para dizer o seguinte.

Sra. Deputada Marta Matos, eu também estou desiludido, sabe Sra. Deputada. O que me desilude no meu percurso neste Parlamento são essencialmente as propostas que nós apresentámos ao longo dos anos que visavam e que procuravam de alguma forma enfrentar os problemas de pobreza nos Açores e até há um ano atrás era uma evidência negada pelo Partido Socialista e terem recusado, terem chumbado propostas apenas e só porque não eram propostas do Partido Socialista ...

Deputado André Bradford (PS): Talvez também porque algumas não eram boas!

O Orador: ... é uma enorme desilusão para quem acha que deve representar as pessoas, procurar apresentar medidas para que elas possam melhorar a qualidade de vida dos açorianos e o chumbo sistemático de propostas do Partido Social Democrático ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... relativamente a matérias da pobreza como a rede social, como muitas vezes aumentos dos complementos para aqueles que passam maiores dificuldades, essas propostas foram propostas que atrasaram o seu chumbo a melhoria da ação que este Governo podia ter em relação à pobreza nos últimos cinco anos desde logo.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, quem a ouvisse o mês passado e a ouvisse hoje pensava que não era a mesma deputada que tinha falado, apesar do tom de voz ser afetado ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é porque está rouca!

O Orador: ... eventualmente por consequências de alguma gripe. Espero que não. Que esteja tudo bem.

Mas não foi a mesma deputada que falou.

É que a Sra. Deputada afirmou claramente aqui o mês passado que os Açores não têm um problema de pobreza, os Açores têm focos de pobreza.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não, não! Nunca!

Deputado Francisco César (PS): Ela disse isso agora!

O Orador: Mas não é verdade. Os Açores para além dessas regiões mais deprimidas e identificadas em alguns casos, têm um problema de pobreza que é transversal a toda a sociedade.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Em focos específicos!

O Orador: Eu demonstrei através dos números que citei, quer dos números relativos ao volume de alunos que é transversal a toda a Região que beneficiam da ação social escolar, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Porque estão na escola!

O Orador: ... quer à percentagem enormíssima de idosos na Região que têm necessidade pelas pensões baixas que auferem de receber o complemento regional de pensão, quer pelo número que é vergonhoso deste gráfico que consta no diagnóstico da pobreza, é uma vergonha para Vs. Exas. Esta barra que está aqui destacadíssima de todas as outras é a percentagem de beneficiários de RSI ...

Deputado Francisco César (PS): Essa linha vermelha que está aí é o quê?

O Orador: É a média nacional.

Deputado Francisco César (PS): E a outra que está abaixo?

O Orador: Oh, Sr. Deputado, tente não me interromper que eu explicar o gráfico com calma.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: O Sr. Deputado Francisco César obviamente não leu ...

Deputado Francisco César (PS): O seu gráfico? Não li!

O Orador: ... os documentos relativamente ao combate à pobreza.

Deputado João Vasco Costa (PS): Os açorianos não se revêm no que o senhor diz!

O Orador: Este gráfico é o gráfico 37 que está no diagnóstico do Plano Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social. Esta barra azul que se destaca são os Açores, que é a região do país que tem esta percentagem de beneficiários do RSI por total de residentes. Todas as outras regiões estão aqui. Aqui estão os Açores. É uma vergonha.

Deputado José Contente (PS): Os Açores têm 9 ilhas!

O Orador: Mas maior vergonha é, porque isto não é uma situação nova, é uma situação que se arrasta, pelo menos em termos de números de beneficiários, desde 2001 sempre na mesma casa dos 18 mil, 19 mil, 20 mil ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Veja o gráfico 36!

O Orador: ... e por aí fora de beneficiários do RSI.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, lamento que não tenha tido atenção ao gráfico 41, na página 57 do diagnóstico ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Esse é o gráfico 37! Veja o 36!

O Orador: ... relativamente à Estratégia Regional de Combate à Pobreza, porque de facto só o Corvo, Faial e o Pico estão abaixo da média nacional de percentagem de população residente beneficiária do RSI.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Está enganado!

O Orador: A média nacional é 2%.

São Jorge tem 2,7; a Graciosa tem 3,8; a Terceira tem 5,3; São Miguel tem 10,7; Santa Maria tem 3,1 e depois realmente as Flores têm a mesma média que a média nacional, que são 2%; o Corvo tem 0,5; o Pico tem 1,5 e o Faial, 1,7.

Portanto, é uma minoria das ilhas que estão abaixo da média nacional.

Sra. Secretária Regional, aquilo que a senhora pode expor em termos da sua experiência pessoal é a melhor demonstração de que de facto as oportunidades, tal como eu citei e que vem exposto na estratégia regional, que surgiram na

sociedade açoriana, as novas oportunidades que se têm desenvolvido no seu seio e volto a citar não são aproveitadas ou aproveitáveis por todos e às desigualdades no acesso a estas mesmas oportunidades juntam-se os fatores mais tradicionais de reprodução da pobreza na vida dos indivíduos e entre gerações, não obstante toda a evolução que a sociedade açoriana, portuguesa, europeia tiveram nos últimos 30 anos, as oportunidades que surgiram de melhoria das condições de vida dos açorianos Vs. Exas. não conseguiram que uma grande percentagem dos açorianos as aproveitassem e ficaram para trás, ficaram para trás e correspondem aos 31,5% de açorianos em risco de pobreza.

Sra. Secretária, o seu contributo político para o combate à pobreza e à exclusão social eu tenho que o exemplificar na sua ação política, porque é essa que nos compete aqui avaliar e é essa que nós devemos confrontá-la com o seu passado político e o seu passado em termos de governante do Partido Socialista com intervenção nesta matéria.

Em 2008 (não tem a ver com a crise de 2010/2012, não tem a ver com o período de intervenção externa em Portugal, não tem a ver com esse problema que surgiu posteriormente), em 9 de janeiro de 2008 anunciava a senhora, então Diretora Regional da Solidariedade Social, o novo programa de combate à pobreza que vai investir 400 mil euros por ano e dizia entre outras coisas, nos tais focos e nas tais zonas importantes para intervir, ...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Oh senhor!...

O Orador: ... identificava o concelho da Povoação, em 2008.

O concelho da Povoação era essencial para uma intervenção mais aprofundada no combate à pobreza.

Sabe, Sra. Secretária, em 2016 o documento que serve de base para o programa PROSUCESSO na escola da Povoação, sabe quantos alunos da escola da

Povoação estavam abrangidos pela ação social escolar, que é certamente um elemento identificador das famílias em dificuldades na Povoação?

Deputado Manuel Pereira (PS): Não é, não!

O Orador: Estamos a falar de praticamente de 10 anos de diferença.

81%, ou seja, a existência de 885 (e vou ler o documento) alunos beneficiários da ação social escolar (vou terminar, Sra. Presidente) no ano letivo de 2015/2016, 81% do total dos alunos da EBS da Povoação em que 54% se encontra no 1.º e 2.º escalão “evidencia [estou a citar] de modo muito claro as dificuldades financeiras das famílias da maior parte dos nossos alunos.”

É o que está escrito no PROSUCESSO da Povoação.

Portanto, não obstante V. Exa. ter anunciado em 2008 ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... um programa específico para a Povoação, os resultados em 2016 são de facto um grande insucesso da sua política, da sua atuação e da sua forma de estar no Governo.

Para terminar mesmo, aquilo ...

Presidente: Sr. Deputado, já ultrapassou muito o seu tempo.

O Orador: ... que resulta claro da intervenção do Governo na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social para o PSD resulta claríssimo a falta que faz a existência de um órgão executivo independente, cientificamente capaz e abrangente para poder analisar, acompanhar e ajudar a implementar as medidas que têm de ser implementadas tal como o Sr. Presidente do Governo se recusou a valorizar no debate em que apresentámos essa medida neste plenário.

Disse.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é estratégia!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Quase do século passado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa tem ainda várias inscrições para a parte da tarde.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 6 minutos e 42 segundos; o PS de 18 minutos e 17 segundos; o PSD esgotou; o CDS de 10 minutos e 26 segundos; o Bloco de Esquerda de 6 minutos e 17 segundos; o PCP de 2 minutos e 18 segundos e curiosamente o PPM também de 2 minutos e 18 segundos.

Presidente: Muito obrigada a todos.

Regressamos às 15 horas para darmos continuidade ao debate.

Eram 13 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Está inscrita a Sra. Deputada Rute Gregório.

(*) **Deputada Rute Gregório (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por destacar os dados e as informações trazidas pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social que de facto respondeu a pelo menos metade

das perguntas que coloquei, vou deixar só aqui registadas algumas das que já tinha salientado na minha primeira intervenção e que gostaria de ver respondidas numa circunstância futura.

Em primeiro lugar, porque é que a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social é só assumida 22 anos depois, quando os dados são tão visíveis pelo menos desde a década de 1990?

Relembro-me que esta análise mais estrutural no tempo foi a base da minha intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Porque é que os indicadores de pobreza atuais se mantêm apesar de tudo ainda tão semelhantes dos relativos à segunda metade da década de 1990?

Porque é que o orçamento da Secretaria Regional da Solidariedade Social foi reduzido em 11 milhões euros quando estamos a meio do designado plano de ação de combate à pobreza e exclusão social para o biénio 2018-2019?

Falou-me das medidas que já estão concretizadas, 20% ainda por concretizar. Eu também perguntei quais eram as que faltavam concretizar e quais eram os impactos destas medidas por concretizar.

Também perguntei na altura e este grupo parlamentar gostaria de saber o que é que nós sabemos da relação entre pobreza e emprego, principal entre os beneficiários do RSI.

Outra pergunta que também fizemos e que para nós é relevante, até porque catapultada esta discussão para um outro nível, é o que é que nós sabemos sobre o número e as condições de vida daqueles que se encontram um pouco acima deste limiar, desta linha de pobreza e que não deixam de estar também em risco. Este grupo parlamentar considera que estas pessoas também têm de ser chamadas à colação e também têm de ser consideradas quando nós falamos de risco de pobreza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Queríamos também dizer que o CDS trouxe a esta Assembleia a presente interpelação sobre um tema que nos parece e é, sem sombra de dúvida, central, candente, por vezes não por boas razões na maior dos casos e que deve estar sempre presente na nossa ação e nas nossas preocupações e isto não é hipocrisia política, Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Sobre cada um fala cada um. Nós estamos tranquilamente a construir, ou a pensar construir, uma sociedade mais rica, mais poderosa, mais desenvolvida, exatamente para podermos colmatar a pobreza. Não é com pobreza que nós destruimos a pobreza.

Queríamos também dizer que o Grupo Parlamentar do CDS-PP fez e levantou esta interpelação com responsabilidade e com responsabilidade porque é preciso a miude e perante os dados que vão surgindo parar para apurar, pensar e discutir o que se fez, o que não se fez e também o que parece se estar a fazer, mas que às vezes não tem os resultados que nós todos almejamos.

Também alicerçámos toda a nossa interpelação na argumentação e num princípio com que todos concordam que de facto é a educação e a transformação cultural e mental que constituem a pedra de toque da resolução deste problema. Estamos todos de acordo em relação a essa matéria.

O CDS entende que manter a Região Autónoma dos Açores constantemente no último lugar de indicamentos essenciais ao desenvolvimento ou desenvolvimento como este é inaceitável e não se conforma.

O nosso grupo parlamentar entende também que cumprir a nossa autonomia, respeitar a nossa autonomia é fazê-la ir mais longe, não é satisfazermo-nos com pequenos avanços em anos e anos de governação. É esta a nossa posição e continuamos a mantê-la.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O CDS entende que em matéria de pobreza é preciso fazer mais e principalmente é preciso saber explicar melhor porque é que os resultados não são os que todos desejamos.

Não saber explicar conveniente os motivos dos maus resultados, falarmos constantemente num mau ponto de partida ou em fatores históricos é uma explicação, mas merece-nos reservas, porque foi para isso que nós construímos a autonomia, para fazer a diferença e esta diferença não se sente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Também não é bem assim! Sente-se alguma!

A Oradora: Também em nenhuma situação abdicaremos de ter dúvidas, de pensar de outra forma, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... de transmitir as nossas ideias de outra forma, de questionar o governo executivo, de fazer perguntas até para servirem, para repensarmos e catapultarmos o nosso pensamento, as nossas ações e as nossas medidas, de toda a gente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Muito bem!

A Oradora: O CDS por fim quer deixar bem claro que considera que a autonomia apenas se concretiza e tem justificação quando fazemos uma diferença governativa significativa e proporcional à sua grandeza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Um terço como ponto de partida e quase um terço como ponto de chegada é muito pouco para essa grandeza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, nesta fase do debate prescindo.

Presidente: Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra não sabendo exatamente qual era a minha ordem de inscrição, mas na sequência do reiterar de uma afirmação feita pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa que precisa de ser esclarecida, porque não é verdade.

O Sr. Deputado na sua argumentação e nas várias vezes que fez intervenções neste debate procurou dizer e insistiu muito nisso que o Partido Social Democrata tinha um conjunto de soluções que basicamente acabariam com a pobreza nos Açores, mas que essas propostas eram constantemente chumbadas pelo Partido Socialista e que portanto por essa via não tinha havido melhorias no combate à pobreza, porque nós fazendo o que aliás, segundo o Sr. Deputado, fazemos em relação a qualquer iniciativa do Partido Social Democrata chumbamos só porque são iniciativas do Partido Social Democrata.

Ora, politicamente realmente pode-se dizer o que se quer, porque isto é uma democracia, mas depois há os factos e confrontando o que se diz com os factos verificamos que na atual legislatura, para não irmos mais longe, o Partido Socialista não só aprovou iniciativas de todos os partidos desta Casa, como no caso do Partido Social Democrata aprovou a maioria das iniciativas apresentadas pelo Partido Social Democrata nesta Casa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é verdade!

O Orador: É verdade, é! Eu tenho aqui os números e posso-lhe dizer os números em concreto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu não disse nada!

O Orador: Disse que não era verdade em aparte.

Mas disse ali o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fui eu que disse!

O Orador: Se quiser os números eu posso dar, mas acho que é desnecessário, mas se for esse o caso voltarei ao debate para dizer os números.

O que é verdade é que os factos são esses. Nós aprovámos a maioria das iniciativas do Partido Social Democrata e fizemo-lo de uma forma consciente, caso a caso, procurando analisar, com base naqueles que são os nossos propósitos políticos e a nossa forma de conceber as questões e os problemas, com a maior boa vontade política.

É claro que não pensamos o mesmo da maioria das matérias. Também é claro que não pensando o mesmo normalmente achamos que a nossa solução é melhor que a vossa. Também é verdade! Mas isso não impede que quando o contributo for a nosso ver positivo, quando a solução proposta for melhor que a nossa, nós não temos problema em aprová-la e no caso concreto, uma vez que se está a falar de uma matéria de grande relevância e de grande sensibilidade política por aquilo que disse o Sr. Deputado João Bruto da Costa, seria de pensar que aquilo que nós não aprovámos seriam as soluções para o problema da pobreza ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... e o que nós não aprovámos foram basicamente dois tipos de medidas propostas pelo PSD. Uma delas é aumentar os apoios sociais existentes o que como medida de combate à pobreza parece-me redutor dizer-se que a pobreza deixa de existir porque os apoios sociais seriam maiores parece-me redutor.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Claro!

O Orador: Aliás, parece-me o contrário daquilo que nós todos temos dito aqui, nesta Casa, neste debate e da perspetiva que nós todos temos adotado sobre a questão do combate à pobreza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem a liberdade de interpretar como quiser!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, não seriam essas, com certeza, as medidas que resolveriam o problema da pobreza e da exclusão social.

Mas então resta a outra, que é o tal órgão de coordenação das políticas sociais da estratégia de combate que é aquela que o senhor mais vezes aqui referiu ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é só essa! Se quiser fazer de todos os exemplos que eu falei ali!

O Orador: ... e que seria então esse órgão de coordenação que iria resolver o problema do combate à pobreza e à exclusão social nos Açores.

Nós não temos essa perspetiva, não acreditamos que essa seja a via de resolução do problema, mas mais importante do que isso: parece-nos absolutamente demagógico e carecido de fundamento o facto de se dizer que são estas medidas e a sua não aprovação que fazem com que nós continuemos a ter que combater as questões da pobreza e da exclusão social nos Açores, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O problema é mesmo os senhores!

O Orador: Portanto, não basta no debate político dizer, é preciso fundamentar e a fundamentação quando se baseia nos factos demonstra que o Sr. Deputado não tem razão e que a informação que o Sr. Deputado aqui trouxe não é fidedigna ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... e precisava de ser rebatida.

Mas também fica outra coisa clara: é que este debate, com o que já leva (e já estamos a fazê-lo desde as 10 da manhã), demonstra dois tipos de perspetiva sobre esta matéria, mesmo no seio dos partidos da oposição. Há quem esteja a fazer um esforço de uma análise estruturada, nós não concordamos exatamente com tudo, não. Já manifestámos a nossa discordância com várias das opiniões

manifestadas por outros partidos, mas há quem faça esse esforço. Depois há o Sr. Deputado João Bruto da Costa, representando o Partido Social Democrata, que a única coisa que o preocupa na matéria fundamental do combate à pobreza e à exclusão social é dizer que a culpa é do Governo, que a culpa é destes senhores, ...

Deputado Francisco César (PS): E dos açorianos!

O Orador: ... que a culpa é destes 20 anos, que a culpa é da maneira como nós fazemos política, que a culpa é do facto de existirmos, que a culpa é do facto de ganharmos eleições, que a culpa é nossa, é do PS, é do Governo e é esse o debate que o senhor quer fazer sobre a pobreza e a exclusão social nos Açores. Ora, fica bastante claro aos açorianos que há várias maneiras, umas mais responsáveis, outras menos, de encarar esta matéria, que há vários contributos que a oposição pode dar, que alguns beneficiam muito, o debate, a reflexão e depois também a propositura e a ação política e outras demonstram apenas um determinado posicionamento que o PSD tem vindo a refinar e que com esta atual liderança fica cada vez mais óbvio de que o que interessa não é resolver os problemas, o que interessa não é contribuir para a sua solução, o que interessa é dizer que a culpa é do Governo, do PS e dos 20 em que o PS merece a confiança dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente, apenas para solicitar a V. Exa. que confirme, se puder, que o PSD infelizmente esgotou o seu tempo não podendo responder politicamente a esta argumentação ...

Deputado André Bradford (PS): Não lhe fiz perguntas!

O Orador: ... daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado André Bradford e apenas para também registar que aquilo que foi dito por mim em termos de intervenção, foram dados dois exemplos claros de duas propostas chumbadas, foram dois exemplos.

Deputado Francisco César (PS): Oh Sra. Presidente, isto não é claramente uma interpelação! É um abuso da figura regimental da interpelação. Até o Sr. Deputado Paulo Estêvão com certeza concorda comigo nesta matéria. Está a tentar fazer uma intervenção numa altura em que não pode fazer uma intervenção!

O Orador: Um tinha a ver com a rede social, outro tinha a ver com o apoio domiciliário aos domingos e feriados para além da existência do órgão executivo. Apenas referir que foi isso que eu disse da tribuna, foi isso que eu disse desta bancada, que não tenho tempo para responder devidamente àquilo que foi a interpelação, por assim dizer, do Sr. Deputado André Bradford fez à bancada do PSD por manifesta inexistência de tempo para esse efeito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, está confirmada a falta de tempo do PSD para continuar este debate.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Infelizmente o Sr. Vice-Presidente parece que vai embora, queria aproveitar a presença do Sr. Vice-Presidente apesar de momentânea para responder àquilo que a Sra. Secretária Regional da Solidariedade não respondeu. Claro que compreendo que não tenha respondido, porque não está na tutela da Sra. Secretária, mas está de certeza na tutela do Sr. Vice-Presidente e que tem a ver com o emprego, neste caso com a precariedade laboral.

Não vou, porque não tenho tempo para isso, expor novamente aquele que é o contexto em que foi apresentado o último programa de estágios, neste caso o EPIC, mas vou muito sucintamente repetir as perguntas que coloquei à Sra. Secretária e que creio que o Sr. Vice-Presidente dará a resposta.

Em primeiro lugar, quando é que o Governo Regional de uma vez por todas termina com uma série de programas que acabam por incentivar e premiar as empresas que contratam a termo, ou seja, empresas que promovem a precariedade laboral e no que diz respeito muito especificamente ao programa de estágio EPIC se é possível a uma empresa, de acordo com o regulamento do programa EPIC, do estágio EPIC, despedir hoje um trabalhador para daqui a um ano e um dia ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou menos!

O Orador: ... readmiti-lo como estagiário.

Essa é uma das perguntas.

Agora as questões que eu tenho a colocar, as outras, têm a ver realmente com a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social e também um pouco, claro, com o Sr. Secretário Regional da Educação.

Devo já assumir que eu tinha perguntas na área dos transportes para a Sra. Secretária Regional dos Transportes, mas infelizmente não está presente, porque também os transportes têm a ver com a redução da pobreza e da desigualdade social.

Todos nós reconhecemos, e penso que essa é matéria mais do que consensual, é mesmo unânime, que a frequência do pré-escolar é fator concorrente para a redução do insucesso escolar e conseqüente abandono escolar, mas também é verdade que os cuidados antes dos 3 anos de idade são também preditores de um desenvolvimento cognitivo e emocional condizente com aquele que deverá ser um percurso escolar também de sucesso.

Portanto, não estamos (e neste caso refiro-me muito especificamente à valência de creche) a falar de uma valência que serve pura e simplesmente para depositar bebés até aos 3 anos, ou crianças até aos 3 anos, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Depositar bebés?

Deputado Domingos Cunha (PS): Depositar?

O Orador: ... para simplesmente serem ...

Eu disse que não estamos a falar de valências que servem exclusivamente para isso, para dar resposta (não estamos), a falar de uma valência que trata pura e simplesmente daquelas que são as necessidades fisiológicas de uma criança até aos 3 anos de idade, vamos além disso.

A valência de creche tem também uma componente educativa, claramente educativa. Por alguma razão é que na creche há de haver também a supervisão de pelo menos de uma educadora ou de um educador de infância.

É nesse sentido que faria todo o sentido nós termos na Região uma oferta pública de creches, não uma oferta de protocolos com IPSSs e Misericórdia para disponibilizarem este serviço. Portanto, se tem uma componente educativa faria todo o sentido que a creche fizesse parte da escola pública. Para quê?

Para garantirmos aquele que seria um acesso universal e gratuito, porque é assim que a escola pública é.

É verdade que o atual cenário que nós temos no que diz respeito às creches ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem pode pagar, paga, quem não pode, não paga!

O Orador: ... e em parte também aos jardins de infância essa oferta é garantida através de protocolos estabelecidos entre a Região, ou seja, o setor público, e as IPSSs e Misericórdias.

E é verdade que nós temos na realidade aquele que é um sistema de participação, em que os agregados familiares, as famílias são participadas naquele que é o pagamento que têm de fazer para usufruírem quer de creches, quer de jardins de infância. Mas esses encargos para as famílias não são desprezíveis no caso das creches. Estamos a falar de um sistema que atualmente produz situações como esta: um casal com um filho cujo cada membro aufero o salário mínimo, que pague uma renda de casa de 200€ e com despesas de saúde à volta dos 330€ anuais, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não paga creche!

O Orador: ... paga neste momento, de acordo com aquelas que são as tabelas de participação, 110€ por mês. Portanto, este não é um valor de todo desprezível.

Um casal com um filho, cujo cada membro aufero o salário mínimo, sem encargos com habitação e com uma despesa anual de saúde que ronda os 200€, paga neste momento 135€ mensais.

Um casal com um filho, cujo cada membro aufero um rendimento que ronda os 750€ sem despesas com habitação e 450€ anuais de despesas em saúde, paga neste momento sensivelmente 165€ mensais.

Portanto, estamos perante situações que não são propriamente de famílias que vivem desafogadamente em termos financeiros, são famílias que, digamos, na linguagem popular, são tidas como famílias remediadas e que têm de pagar ou que têm de fazer face a encargos com creche que não são de todos desprezíveis ou pouco significativos.

A pergunta que coloco é para quando é que vamos ter uma real criação de uma rede de creches integrada naquele que é o sistema público de ensino?

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora vai! Veja lá quando falar da oposição de quem é que fala!

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é uma ameaça?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É!

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria cumprimentar o CDS por trazer a esta câmara com a profundidade que nós vimos este tema. Não quer dizer que concordemos com toda a leitura, mas efetivamente há aqui um esforço louvável e correto para dar uma panorâmica global e por colocar também as dúvidas em relação a um importante tema que ocupa o Governo, preocupa o Governo, preocupa o Partido Socialista e preocupa naturalmente todos aqueles que vivem na Região Autónoma dos Açores.

É também justo dizê-lo que nós temos, como em todas as outras áreas, trajetões e percursos que vão sendo diferentes e desde logo eu gostaria de lembrar uma pessoa e uma autoridade que não o Sr. Deputado Bruto da Costa, mas por acaso é o seu primo Bruto da Costa, ...

Deputado José San-Bento (PS): Agora é outra loiça!

O Orador: ... que sabendo ele sim de pobreza (ele sabia de pobreza) colocava desde logo o dedo na ferida dizendo que de facto a pobreza tinha a ver muito com a política económica. Fundamental para haver um novo combate, e mesmo que nós não queiramos invocar esta questão, é ainda o PIB *per capita* que dá algumas indicações preciosas desta trajetória nos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O PIB *per capita* é que dá?

O Orador: Em 1996 nós tínhamos um PIB *per capita* nos Açores de 6.500€ e o continente tinha 12 mil; neste momento são 18.600 e nós temos cerca de 16 mil. Portanto, há aqui uma aproximação.

De seguida, se formos ver o rendimento bruto por família essa aproximação ainda é muito maior. Nós já fomos de facto a região mais pobre do país, mas não somos a região mais pobre do país. Ao contrário do que foi dito aqui não somos a região mais pobre do país.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, o rendimento *per capita* por família só está abaixo de Lisboa e também do Algarve e o que se passa, como se passa no país, e em algumas partes do mundo, é que há de facto desigualdades e uma distribuição da riqueza que não é a melhor em todo o lado.

Aliás, é preciso clarificar aqui outra coisa. O risco e a taxa de risco de pobreza não é pobreza, é outra coisa que não tem nada a ver com essa situação.

Deputado Bruno Belo (PSD): É riqueza!

O Orador: Quando nós falamos em taxa de risco de pobreza é uma medida da desigualdade da distribuição do rendimento, por isso é que há leituras do índice de Gini e outras do índice de **Atkinson, faladas pelo Sr. Investigador Fernando Diogo há muitos anos e eu conheço-o também há muitos anos (aliás, é meu colega de departamento e conheço bem o seu trabalho também) ...**

Deputada Mónica Seidi (PSD): Também nós!

O Orador: ... e por isso é preciso que se diga que estes fenómenos de pobreza têm várias leituras, a própria perspetiva de quem o estuda é baseada também em alguns pressupostos para depois tirar ou não conclusões.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É muito diferente falar, por exemplo, em quem assume a perspetiva do índice de desenvolvimento humano, que foi uma coisa que apareceu com o

Banco Mundial em 1990, ou falar no PIB *per capita* e nós temos uma leitura, achamos nós, correta neste momento, porque muito se fez sobre a pobreza nos Açores ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... em áreas setoriais, mas, este Governo teve o mérito e tem o mérito indiscutível de ter feito a ligação e trabalhado como se diz agora em *network* ou rede e ligar políticas setoriais ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... e aí eu tenho algum conhecimento do que falo, porque sei que numa dessas políticas setoriais chamadas habitação onde é que eram os focos de pobreza da Região Autónoma dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Só para falar em alguns focos fundamentais importantes falemos no Bairro Joaquim Alves, no Bairro de Santa Rita, falemos do Bairro da Terra Chã ou do Lameirinho, falemos das 600 casas que foram reparadas ainda vindas do sismo de 1980 na Terceira, mas falemos também de São Miguel, falemos no Bairro do Caranguejo, que tinha 100 habitações com 20, 15 e 12 pessoas em dois quartos, com pessoas que efetivamente tinham grandes e graves problemas de miséria.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Miséria! Miséria!

O Orador: Nós não estamos a falar de pobreza, estamos a falar de miséria total e isso aconteceu até mil novecentos e noventa e muitos, e foi destruído no sentido positivo da palavra, ...

Deputado António Almeida (PSD): E continua!

O Orador: ... e as pessoas passaram a ter novas condições de habitabilidade que também melhoraram os índices de pobreza, mas nós não temos medo de falar nesta questão por uma outra razão, porque efetivamente nós sabemos que à

medida que a sociedade vai evoluindo novas exigências vão também aumentando ...

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é por isso que mesmo esses indicadores de vez em quando mudam e as pessoas mudam o limiar de pobreza para um patamar de exigência maior. É isso que nós estamos a acompanhar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Mas eu gostaria de dizer que, falando ainda na estratégia regional, e invocando aquele que sabe, que era o Prof. Bruto da Costa, ele dizia uma coisa que está em consonância com esta estratégia regional quando priorizava quatro áreas: o sistema educativo, o mercado de trabalho, a segurança social e as questões das desigualdades, mas também pôs o dedo na ferida quando disse que efetivamente no tempo da Troika e da crise havia mais dois fatores geradores de pobreza que eram o desemprego que estava a níveis insuportáveis e as famílias endividadas. Aí também este Governo achou medidas ...

Deputado José San-Bento (PS): Já se esqueceram!

O Orador: ... para minimizar e mitigar essas questões que a todos nos infligiram grandes e graves prejuízos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, meus senhores, eu também conheço bem as nossas ilhas e fui para São Miguel em 1977 já havia autonomia e a diferença é que nós neste momento não vemos mendigos pelas ruas, como dantes, nós não vemos pessoas escondidas em casa, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Em que ruas é que o senhor anda?

O Orador: ... nós não vemos pessoas com deficiência escondidas em casa, nós não vemos pessoas pensando que a pobreza é uma vergonha.

Nós vemos um Governo que assume que essas questões se encaram de frente.

Mas nós também não vemos algumas coisas que estão descritas de uma maneira muito clara ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que são as seguintes só para falar de um breve exemplo, porque não quero retirar tempo ao PS: “nos Açores a taxa de analfabetismo, de população com mais de 14 anos, é cerca de 23%, em particular nas ilhas de São Miguel, Santa Maria e Graciosa. Rabo de Peixe fica no mapa, na costa norte da ilha de São Miguel, mas Rabo de Peixe não figurou neste itinerário de uns quantos jornalistas que aqui vieram.

Aliás, a visita aos Açores constitui uma via sacra pelas joias da coroa do Governo e se alguém quis fazer alguma coisa fora do programa teve que desenfiar e utilizar outros meios.

A existência em Rabo de Peixe das chamadas bolsas de miséria nos Açores foi reconhecida pelos jornalistas, pelo Diretor Regional da Segurança Social, não pela Sra. Secretária.

Outro: fontes sindicais colocadas e contatadas à margem do programa da visita afirmam no entanto que a miséria absoluta atinge cerca de 16 mil de 245 mil habitantes, ou seja, 7% da população.”

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Miséria absoluta!

O Orador: Miséria absoluta!

“Rabo de Peixe, a 20 kms de Ponta Delgada, é o caso mais conhecido, mas existem outros, Fajã de Baixo, às portas de Ponta Delgada, Água de Pau, Lagoa, São Roque, na cidade da Ribeira Grande, mas a situação de miséria absoluta é indesmentível em Rabo de Peixe.

O relatório da comissão desta Assembleia considera indispensável prever um programa específico para casos dramáticos de 20 ou mais seres humanos num quarto, sem abastecimento de água, habitando casas cubículo que dariam no máximo para três ou quatro pessoas.

Há famílias com crianças de tenra idade a viver nos balneários públicos, há problemas de alcoolismo, promiscuidade de seres humanos, especialmente de crianças que passam fome.” É um documento oficial desta Casa que o diz.

Na Região, segundo outros documentos, são considerados preocupantes os índices de prostituição feminina infantil e prostituição masculina, consumo de drogas, cuja oferta tem proliferado em todas essas zonas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pois tem, pois tem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: São fontes sindicais que dizem que existem 14 mil desempregados de uma população ativa de 70 mil habitantes, 20% como taxa de desemprego.

Os sindicatos também se queixam dos salários em atraso, particularmente da construção cívil, obras públicas e trabalho precário, particularmente nas pescas e na agricultura.

A emigração não para de ser uma sangria na Região Autónoma dos Açores.

E trago mais um contributo a este debate: de 1960 a 2017 emigraram 184 mil pessoas dos Açores, mas nós podemos fazer um exercício de 1976 a 96 falando de dois períodos da autonomia, emigraram quando 50 mil pessoas e daí para cá cerca de 6 mil. Essas 50 mil não estariam em situação de risco, de miséria e de pobreza neste momento e por isso é que emigraram?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estavam, estavam!

O Orador: Estamos a tentar trazer contributos a este debate ...

Deputado António Almeida (PSD): Quando os Açores foram povoados, imagine-se!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... com realismo, com verdade, mas gostaria só para terminar de dizer que o Sr. Deputado Bruto da Costa (agora, sim, Sr. Deputado) não tem tempo, mas deveria ter feito a conjugação dos gráficos 38, 39 e 40 e teria chegado à conclusão muito simples lendo os números, mesmo sabendo que não é da área dos números, de que ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente. Vou já terminar.

... é correto dizer que em nove ilhas temos sete com rendimento social de inserção abaixo de todas as regiões do país e se quisermos falar em concelhos temos 10 com índices de rendimento social de inserção abaixo de todas as regiões do continente.

E mais! Como foi dito aqui, o que está a sobrevalorizar esta questão são fundamentalmente duas ilhas e nessas duas ilhas fundamentalmente os concelhos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E nessas duas ilhas estão 88% da população dos Açores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os focos!

O Orador: Não são os focos, são as zonas efetivamente que estão a merecer a atenção deste Governo, mas a diferença é muito clara: para nós, Sr. Deputado, nós não temos um modelo liberal que só responsabiliza as pessoas premiando-as ou castigando-as pelo seu trajeto sem ver o contexto, nós somos socialistas, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nós sabemos!

O Orador: ... nós temos um modelo solidário que aceita as diferenças e até os erros, mas nós também damos possibilidade às pessoas de errar sem prejuízo de querermos dar uma responsabilidade também a toda a sociedade.

É por isso que este Governo merece a confiança dos açorianos ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e é por isso que este Governo clarifica as coisas e é por isso que este Governo merece a confiança dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS também esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(* **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Cardoso*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Apenas para dar resposta a algumas questões que foram aqui levantadas pela Sra. Deputada Rute Gregório numa segunda intervenção, questões que volta a colocar que eu julgava exatamente já ter respondido, até porque, Sra. Deputada, a estratégia chega agora porque, como foi dito na sua apresentação pelo Sr. Presidente do Governo, e penso que muito bem, de facto reconhecemos o trajeto que fizemos até aqui de crescimento económico aos mais diversos níveis e enumerei um conjunto de questões na minha intervenção inicial que são exemplificativas disso mesmo. Ou seja, nós sabemos a recuperação económica e social que foi possível realizar ao longo dos últimos anos, mas também sabemos (e esta estratégia e diagnóstico que a antecedeu torna muito clara) a lucidez de reconhecermos que há áreas e casos em que isso ainda não aconteceu, ou não aconteceu com a abrangência e a amplitude desejada e necessária.

É necessária uma intervenção, um impulso que pode dar a todos, consoante as suas necessidades, as ferramentas para construir o seu futuro e por essa via

contribuírem para a construção do nosso futuro coletivo. Disse o Sr. Presidente na apresentação da estratégia em dezembro do ano passado e é isto no fundo que justifica este compromisso e este compromisso que estamos de facto a cumprir.

Os indicadores não se mantêm. Aliás, prova disso foi o exercício que fiz aqui na minha intervenção inicial de demonstrar que sim, há um percurso de convergência aos mais diversos níveis, seja falando nos indicadores ao nível da educação, da saúde, do emprego, portanto, de convergência quer com as médias nacionais, superando até em alguns casos essa tendência.

Também a Sra. Deputada Rute Gregório (recordo-me aqui no debate de plano e orçamento) fez também uma alusão a propósito do orçamento destinado à Solidariedade Social, ao plano e orçamento da Solidariedade Social, mas foi a Sra. Deputada Rute Gregório que também admitiu na sua intervenção que não se trata este plano e o combate à pobreza não é um combate exclusivo do Governo e muito menos exclusivo da Secretaria Regional da Solidariedade Social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É transversal a todos os departamentos do Governo, pois naturalmente que das dotações dos vários departamentos do Governo há a afetação necessária a prosseguir com esta estratégia regional.

Claro que há uma relação entre pobreza e emprego com certeza que sim e é por isso que estamos seguros, é por isso que há capítulos e ações dirigidas à promoção do emprego nesta estratégia, sobretudo destinadas aos jovens que procuram um primeiro emprego ou aos jovens que não estão nem educação, nem em formação.

Talvez agora terminando, termino dizendo que de facto houve alguma oposição que veio para este debate com os olhos vendados, os olhos vendados à realidade e durante o debate perderam a caixinha dos pássaros. Portanto, desorientados,

completamente desligados da realidade que os rodeia (as palavras não são dirigidas a si com certeza Sra. Deputada Rute Gregório), penso que também é importante que eu diga aqui, porque foi aqui chamada a minha responsabilidade pessoal e política sobre os destinos da Região e, portanto, eu queria dizer a quem fez essa referência que, Sr. Deputado, eu sou talvez a pessoa que mais exige de mim própria. Portanto, reconheço muito bem os meus méritos e os meus deméritos ao longo do meu percurso pessoal e profissional.

Sr. Deputado, com certeza que reconhecerá que o seu passado também terá falhas ou então não é um ser humano. Eu sou, portanto, terei tido muitas, mas não aquela a que o senhor tentou trazer aqui. Foi uma tentativa, mas na verdade acabou por ser um inquerimento, porque ela não demonstra absolutamente nada a propósito do meu percurso pessoal ou político.

Sobre o que demais foi aqui dito. Eu renovo aqui com uma frase do Prof. Carlos Farinha Rodrigues a propósito desta estratégia e na sua apresentação: “A Estratégia Regional de Combate à Pobreza constitui um compromisso político do Governo Regional em afirmar a responsabilidade da sociedade em proteger os seus membros mais vulneráveis face às exigências e às dificuldades da sociedade contemporânea.”

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu de facto não estava já para participar neste debate, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): A gente percebeu!

O Orador: ... mas a intervenção do Sr. Deputado José Contente não pode passar em claro.

O grande titular da sua intervenção, Sr. Deputado José Contente, é nos Açores não existem mendigos, nos Açores não existem os sem abrigo.

Deputado André Bradford (PS): Não foi nada disso que foi dito! Nada disso!

O Orador: Foi isto que foi dito, foi isto exatamente que foi dito.

Não existem mendigos nos Açores, não existem sem abrigos nos Açores. Foi isto que foi dito e isto é mentira. Isto não é verdade.

A Igreja Católica denunciou a existência de um número crescente de mendigos na sociedade açoriana, os jornais noticiaram amplamente a existência deles e mais do que isso quem anda nas ruas vê o que o Sr. Deputado José Contente não vê. O Sr. Deputado José Contente não vê os mendigos, por exemplo, em Ponta Delgada e todos nós que temos oportunidade de andar pela cidade de Ponta Delgada, pelo concelho de Ponta Delgada e noutros locais, temos oportunidade infelizmente de encontrar os mendigos e encontrar os sem abrigo.

Deputado José Contente (PS): Tem mendigos em Ponta Delgada?

O Orador: V. Exa. pertence à geração que há 23 anos prometeu que iriam transformar os Açores em oito anos (e isso está escrito), em oito anos transformariam os Açores numa das regiões mais ricas da Europa e os senhores já levam 23 anos de governação e os Açores continuam a ser uma das regiões mais pobres da Europa e a região mais pobre de Portugal.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: Os senhores o que têm de reconhecer é que falharam, Vs. Exas falharam na vossa gestão, Vs. Exas falharam nas expetativas que transmitiram ao povo dos Açores.

V. Exa diz-me: “Bem, em relação ao rendimento social de inserção ...”

Deputado José Contente (PS): A região mais pobre é falso! Não é por o senhor insistir numa mentira que se vai tornar verdade!

O Orador: Oiça, o rendimento social de inserção médio dos Açores 7,5%, no território continental 2%.

O que eu lhe pergunto é se isto significa que nós melhorámos em relação à média do país?

A esperança de vida mais baixa do país.

Os níveis de consumo de substâncias psicoativas mais altas do país.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Um enorme número de utentes sem médico de família, em especial nas ilhas de São Miguel e da Terceira.

As taxas de retenção e de desistência no ensino regular muito superiores às registadas no país, etc., etc., ...

Deputado José Contente (PS): E o rendimento disponível? E as creches?

O Orador: Um conjunto de indicadores em que estamos em último lugar, infelizmente, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

... porque os senhores falharam redondamente na vossa gestão. Os senhores não arrancaram grande parte da sociedade açoriana da pobreza e da desigualdade.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: Os senhores falharam.

Qual é a solução desta questão?

A solução passa pela alternância política, a solução é política, a solução é que este Governo Regional dos Açores deixe de governar, a solução é que os senhores deixem de falhar na governação dos Açores, a solução é trazer uma nova esperança aos Açores a partir de 2020 com um novo Governo, com uma nova estratégia, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... com outros protagonistas, com outra ambição, com outros resultados.

Deputado José Contente (PS): O Sr. Deputado queria ser o Deputado que o PSD não tem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para informar que o Partido Socialista fará chegar à Mesa, e solicita a correspondente distribuição por todas as bancadas, de uma cópia da reportagem que os meus colegas de bancada estiveram a usar nas suas intervenções e a citar, e que foi feita por um grupo de jornalistas que veio à Região, a convite do Governo do Regional, em 1986, e que queria ver um conjunto de realidades que o Governo não lhes queria mostrar e que conseguiu uma forma de fazer isso visitando locais, a suas expensas, e fora do programa oficial, relatando o que era então a situação da pobreza e da miséria nos Açores.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão que a leia bem ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Numa interpelação é que faz referência?

O Orador: ... que é para perceber a diferença ...

Presidente: Sr. Deputado André Bradford peço que não interpele.

O Orador: ... entre aquilo que disse e aquilo que eram os Açores de 1986.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Depois de ser entregue à Mesa, então será distribuído.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É a segunda vez que faço uma interpelação à Mesa.

Mais uma vez a bancada do Partido Socialista aproveitou uma interpelação que fez a V. Exa para lançar uma referência direta a um partido da oposição, quando sabe perfeitamente que a utilização dessa figura regimental não é correta.

Deputado João Vasco Costa (PS): Quantas vezes o senhor faz isso?

Deputado Francisco César (PS): O senhor é um santo nesta Casa!

O Orador: Portanto, o que eu solicito a V. Exa é que quando esta situação voltar a ocorrer que possa interromper de imediato quem está a utilizar do ponto de vista regimental de forma incorreta a figura regimental que solicitou para intervir.

Presidente: Fica registada a sua interpelação.

De momento a Mesa não tem nenhuma inscrição.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária, Srs. Secretários: Não, não vou insistir na pergunta ou nas perguntas a colocar. Aliás, tenho pouco tempo, tenho um minuto, portanto, vou ter que ser muito breve

As questões que eu tenho a colocar, aliás, uma questão, tem a ver exatamente com aquela que foi a explanação feita pelo Sr. Deputado José Contente, quando aqui tentou de alguma forma explicar o porquê de um suposto sucesso do Partido Socialista no combate à pobreza e utiliza um indicador que, aliás, não é a primeira vez que é utilizado pelo Partido Socialista e que tem a ver com o rendimento *per capita*, mas também é verdade que utilizou outro indicador muito interessante, que é o índice de Gini.

De facto, o índice de Gini acaba por ser o único indicador que nós temos objetivo, ou mais ou menos objetivo, sobre a desigualdade social e se é verdade também que (e com razão) nós nos preocupamos com o combate à pobreza e o diagnóstico que deve ser feito para efetuar esse combate e que esse diagnóstico parte de dados que são, apesar de tudo, insuficientes, quando a questão é perceber a razão das desigualdades sociais ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... então ainda menos indicadores nós temos.

A minha pergunta é simples e tem a ver com a inclusão de outros dados na próxima atualização do diagnóstico à Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

Ora, nós sabemos neste momento, ou pelo menos aquando da última atualização deste diagnóstico, que nós temos 27,9% dos trabalhadores por conta de outrem e 31,4% dos trabalhadores por conta de outrem também a ganharem 310€ a 900€.

Ora, estes dados poderiam ser melhor complementados se fosse possível cruzá-los com outro dado muito importante que tem a ver com a composição dos agregados familiares, até porque a Sra. Secretária acabou por assumir e com razão que estes rendimentos são substancialmente diferentes de acordo com a composição do agregado familiar. Por isso, seria interessante ter na próxima atualização o cruzamento entre os rendimentos dos trabalhadores por conta outrem e a composição dos respetivos agregados familiares para realmente apurarmos os reais efeitos da pobreza na sociedade açoriana.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

De momento, não temos inscrições.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

Pergunto ao Governo se usará do tempo que resta para encerrar o debate.

Então tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Cardoso*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Reforçando a utilidade naturalmente que reconheço na interpelação do CDS-PP e que trouxe aqui uma temática importante e o debate sobre a pobreza e a exclusão social, não posso deixar, contudo, de referir que houve momentos aqui que de facto divergimos daquilo que era o assunto central. Tentei não fugir ao tema, mas quero terminar exatamente reforçando alguns dos aspetos que foram aqui referidos por mim ao longo do debate.

Tive hipótese de na minha intervenção inicial referir, com base em diversos elementos, o percurso de convergência que Região Autónoma dos Açores fez ao longo dos últimos anos.

Se dúvidas houvesse de facto somos, e saíram dados recentes sobre essa matéria, a única região do país a convergir com a média europeia e este é um fator importante e que desmente categoricamente aquilo que acabou de dizer o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

É fundamental que tenhamos consciência de que há problemas, com certeza que sim. Fomos os primeiros a assumir que há ainda desafios a ultrapassar, é verdade, e foi por isso que muito corajosamente foi assumida a definição de uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social que define como primeira prioridade o combate à pobreza por via do empoderamento, das crianças e dos jovens da Região, por via da sua educação, da capacitação das crianças e jovens da nossa Região.

É por isso que não esperamos naturalmente resultados a curto prazo, é uma estratégia de médio e longo prazo, mas que acreditamos de facto ser transformadora da nossa sociedade.

Não gostava de terminar sem antes fazer aqui uma menção. Foi interessante ao longo deste debate percebermos, por exemplo, que foram feitas várias referências ao rendimento social de inserção.

Em todas elas não foi por nenhum dos intervenientes referido, por exemplo, a evolução dos dados ao longo do último ano. Tenho a certeza que por razões muito seletivas a propósito dessa não referência.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Muito provavelmente tem a ver com o facto de termos menos quase 900 pessoas a beneficiar do rendimento social de inserção entre janeiro e dezembro do ano passado, sendo que 40% delas são crianças. Com certeza que de forma muito seletiva optaram desta vez por não fazer referência a esta trajetória do rendimento social de inserção.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: Continuamos, Sras. e Srs. Deputados, empenhados na implementação desta estratégia regional, na concretização deste plano bianual e estamos certos que a médio e longo prazo estaremos todos aqui com certeza a avaliar e a concretizar os resultados desta estratégia.

Obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Para encerrar o debate tem a palavra então a Sra. Deputada Rute Gregório.

(*) **Deputada Rute Gregório (CDS-PP):** Exma. Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional, Exma. Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social e Exmos. Srs. Membros do Governo:

Estava aqui a tentar alinhar apressadamente umas ideias para responder à Sra. Secretária e apenas ocorre-me dizer-lhe que de facto há algumas questões que continuo a tentar que sejam respondidas, é natural que isto aconteça, admiti

logo à partida que poderiam ficar por responder, nomeadamente porque me preocupa particularmente aquele nível de pobreza mais escondido, que são aqueles que estão acima do limiar de pobreza.

Eu discordo com a posição do Sr. Deputado José Contente, porque de facto acho que o risco de pobreza é verdadeiramente uma taxa de pobreza, não é apenas risco, é taxa de pobreza e é isso que os estudos dizem. É uma taxa de pobreza.

Até há quem diga que em Portugal o limiar da taxa de pobreza não devia ser os 60% que são considerados, mas os 70%. Portanto, nós temos uma margem considerável de gente que pode não estar a ser incluída neste limiar de pobreza ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

A Oradora: ... e que verdadeiramente o está.

Vou apenas reiterar que esta nossa iniciativa foi para de facto tornar sempre presente este tema, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... porque ele tem de ser central às nossas discussões e a nossa intenção e a nossa pretensão não é regozijarmo-nos com estes resultados. Não é essa a nossa intenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A nossa intenção é que eles sejam sempre melhores, é exigir que eles sejam sempre melhores, é tentar catapultar medidas para concretizar resultados melhores. Essa é a nossa responsabilidade e teremos sempre muito gosto em discutir, em contestar, em criticar, em apresentar leituras diferentes, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Escutar!

A Oradora: ... porque essa é a nossa posição e temos que conhecer cada vez melhor este processo, este fenómeno, porque ele de facto (e isto concordo

também consigo, Sra. Secretária, já dissemos isto várias vezes, e acho que também o Sr. Deputado José Contente falou nisto), o conceito de pobreza altera-se, o conceito de pobreza não é sempre o mesmo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

A Oradora: Portanto, as carências e os estados de privação são distintos. Este é um fenómeno ao qual temos de estar sempre e permanentemente alertas, porque o problema de pobreza também não é só de regiões ultraperiféricas, é um problema também das sociedades mais desenvolvidas.

Portanto, nós mesmo no quadro de desenvolvimento normal e natural continuaremos a ter este desafio pela frente e temos que o minimizar. É esse o nosso objetivo. É essa a nossa intenção e disso não abdicaremos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos assim o ponto um da nossa Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto dois: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XI – “Transparência da atividade dos serviços inspetivos da Administração Regional Autónoma dos Açores”.**

Os tempos são os que utilizamos no processo legislativo comum e dou então a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(Neste momento, a Deputada Graça Silva foi substituída na Mesa pela Deputada Marta Couto)

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários:

O Governo Regional apresenta nesta câmara, neste plenário, a proposta de Decreto Legislativo Regional que aliás já esteve na respetiva comissão parlamentar alvo do natural e normal tratamento que as Sras. e os Srs. Deputados dão aos diplomas em apreciação.

Aquilo que apresentamos a este Parlamento é, na nossa perspetiva, uma importante medida para reforçar a transparência na administração pública regional em concreto relativamente ao trabalho das diversas ações inspetivas no âmbito da administração pública regional.

Assim, e tendo em conta aquilo que é o nosso propósito e os nossos objetivos, apresentamos a este plenário uma proposta de Decreto Legislativo Regional que pretende concretizar o princípio geral da publicitação dos relatórios das atividades inspetivas independentemente da natureza ordinária ou extraordinária das mesmas e aquilo que pretendemos com esta proposta de Decreto Legislativo Regional é consagrar (permitam-me a expressão) em letra de lei a obrigatoriedade de publicitação dos relatórios das atividades inspetivas da nossa Região.

Essa publicitação passa a ser obrigatória e naturalmente não acontecerá existindo constrangimentos do ponto de vista legal que não permitam a sua publicitação no que tem de ver, por exemplo, com as questões relacionadas com a proteção de dados, ou com imposições legais no âmbito de processos que estejam a decorrer, sendo que não havendo publicitação terá que haver despacho do membro do Governo Regional que tutela esse serviço inspetivo, sendo que esse despacho tem que fundamentar devidamente as razões da não

publicitação do relatório, sendo que esse despacho que fundamenta a sua não publicação tem que ser também publicado.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, esta é mais uma proposta do Governo dos Açores no caminho que temos vindo a desenvolver no âmbito da administração pública regional de reforçar a transparência da administração pública e desta forma também darmos um contributo ativo e na nossa perspetiva relevante para cada vez mais aproximarmos, digamos assim, a administração pública regional dos nossos concidadãos.

Portanto, é esta a proposta que apresentamos ao Parlamento para que possa ser devidamente apreciada e debatida neste plenário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão agora abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Jorge Paiva tem a palavra.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar sempre defendeu a transparência como um pilar fundamental da Administração pública.

A transparência na administração pública é diariamente questionada, seja pelo cidadão comum, seja pela comunicação social, ou por outros meios de comunicação.

É hoje comumente aceite a falta de informação sobre os atos praticados pela administração pública, o que acaba por não contribuir objetivamente para a melhoria da relação entre o cidadão e o Estado.

Para o CDS a transparência promove a confiança do cidadão na administração pública e promove a segurança jurídica necessária para a concretização dos direitos dos cidadãos perante o poder político e administrativo, transparência

essa que não pode ser apenas disponibilizar dados, mas fazê-lo em linguagem clara e acessível a toda a sociedade interessada.

O CDS considera a transparência da administração pública como um pilar essencial de um estado de direito democrático e condição fundamental para a prossecução dos princípios da legalidade, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... da igualdade, da responsabilidade e da imparcialidade que devem conformar a atividade de toda a administração pública, quer seja ela regional, ou nacional.

Quanto maior for a transparência, maior será a democracia e maior será a confiança dos cidadãos na administração pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que esta iniciativa do Governo Regional tem na sua generalidade a concordância do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, porque prevê um objetivo com o qual nós concordamos plenamente que é em primeiro lugar o princípio de que a atividade dos serviços inspetivos do Governo Regional seja total dentro obviamente daquilo que está previsto na lei e com as limitações que possam existir e que estão previstas na lei, mas também concordamos que as inspeções para uma maior transparência, que esses relatórios, que a sua atividade esteja plenamente acessível a todos os cidadãos para que se saiba o que é que os serviços inspetivos andam efetivamente a fazer, que atividades têm tido, quem está a ser inspecionado e para se perceber também as situações que não estão a correr bem na nossa Região, nas mais diversas áreas.

Gostaria apenas, e sobre a proposta em si, de levantar aqui um problema e uma questão que nós não temos dúvidas que deva estar no diploma e com a qual tendencialmente não concordamos, porque achamos que é uma questão que dá alguma discricionariedade ao Governo quando decide se pode ou não publicar um determinado relatório.

No artigo 3.º refere que, na sua alínea b), no n.º 2, “por motivos de interesse público justificado o Governo possa não publicar os relatórios.” Quando na alínea anterior já se prevê que nas situações legalmente previstas esses mesmos relatórios possam não ser publicados.

Achamos que esta linha b), este motivo de interesse público, porque não é concretizado, dá uma discricionariedade muito grande ao Governo Regional que por diversos motivos poderá achar que determinado relatório não deve ser publicado sem que isto esteja expressamente previsto na lei e julgamos que esta alínea é desnecessária e abre a porta a essa discricionariedade que achamos que não deve existir.

Mas sobre transparência e aproveitando, porque é o tema também deste debate, gostaria de não deixar passar esta oportunidade para dizer que tememos que esta vontade de aumentar a transparência por parte do Governo Regional não seja aquilo que será a norma a partir daqui, ou se calhar até será, mas não tem sido efetivamente a norma.

Nós estivemos a fazer algum trabalho também de pesquisa sobre aquilo que tem sido a transparência do Governo Regional nos últimos tempos para com o Parlamento, que é obviamente uma obrigação do Governo Regional, que responde ao Parlamento, e sobre especificamente relatórios de inspeção, porque é este o tema que está em debate, o Bloco de Esquerda tem dois requerimentos sobre relatórios de serviços inspetivos da Região que estão a aguardar resposta e não é há 60 dias, como prevê o Regimento, é há muito mais tempo.

Temos, em primeiro lugar, e começando pelo mais antigo, um requerimento a requerer inspeções realizadas pela Inspeção Regional da Saúde às instalações da Escola Secundária da Ribeira Grande.

Este requerimento deu entrada a 5 de março de 2018. Já lá vai quase um ano. Se o Governo Regional agora quer publicar os relatórios das inspeções (e bem, achamos nós) deve começar também por responder aos grupos parlamentares e enviar os documentos que são solicitados e não estamos a falar de um atraso de três, nem quatro dias, nem de um mês. Estamos a falar de muito próximo de um ano.

Outro relatório sobre inspeções também realizadas neste caso na área do ambiente, inspeções realizadas às fábricas da COFACO e da Corretora em Rabo de Peixe e em Vila Franca.

Este requerimento deu entrada a 6 de setembro de 2018. O prazo para resposta já ultrapassou há muito. A pergunta que fica é porquê esta demora e porquê este assunto de transparência quando o Governo Regional não está a ser transparente, não está a cumprir com a sua obrigação perante o Parlamento quando os deputados questionam e pedem documentos e informações que o Governo Regional tem obrigação de as dar.

Finalmente, gostaria de dizer sobre esta matéria dos requerimentos que o Governo Regional tem de responder de forma muito mais célere e muito mais conseqüente ao Parlamento e aos deputados.

O Boco de Esquerda tem 16 requerimentos por responder fora do prazo, sobre as mais diversas matérias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 16??

O Orador: 16, só o Bloco de Esquerda e já agora fizemos o trabalho para todos os grupos parlamentares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, diga lá!

O Orador: Existem 53 requerimentos fora do prazo neste momento no Parlamento por responder.

É preciso que o Governo Regional seja transparente com todos os açorianos, mas com o Parlamento é fundamental, é uma obrigação do Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Secretário Berto Messias não se faça distraído! É consigo! Essa mania de olhar para o lado!

O Orador: Na audição do Sr. Vice-Presidente sobre esta matéria em comissão tive também oportunidade de perguntar qual era a prática atual dos diversos serviços inspetivos da Região, se publicavam ou não os relatórios e se publicavam os seus relatórios de atividades.

A resposta do Sr. Vice-Presidente está em relatório e pode ser confirmada foi de que essa prática variava, mas que alguns já o faziam.

Tive oportunidade de fazer essa pesquisa, mas não encontrei sinceramente nenhum serviço que publique relatórios de inspeção. Pode existir, mas não encontrei.

O que é facto também é que relativamente a transparência da administração pública os próprios sites dos serviços inspetivos, a forma como está organizado, a forma como está organizado o próprio portal do Governo, dificulta o acesso à informação e espero que se aproveite esta oportunidade, que esta proposta de Decreto Legislativo Regional abre, para se reorganizar pelo menos para começar os sites do Governo dos serviços inspetivos, porque efetivamente a informação é muito diversa e torna extremamente difícil chegar a qualquer tipo de informação e deixo também este apelo ao Governo Regional para que trabalhe neste sentido, aproveitando esta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação à proposta que o Governo nos traz sobre a transparência dos serviços inspetivos na Região, na nossa opinião, parece-nos positiva. Contudo, há um conjunto de aspetos que nos continuam a trazer algumas preocupações.

A primeira preocupação prende-se com o disposto na alínea b), do nº 2, do artigo 3º, considerando que esta alínea irá libertar os órgãos inspetivos da obrigatoriedade da publicação dos relatórios com as devidas autorizações, ao qual todos nós temos noção que iriam conseguir essa escapatória sem qualquer obstáculo. Um segundo aspeto refere-se à falência de meios humanos que os serviços inspetivos têm de lutar constantemente.

Portanto, começaria por dizer que, de facto, o princípio geral subjacente à iniciativa, o princípio da transparência, é um princípio estimável e creio que estimado por todos nós. O que acontece é que os direitos fundamentais têm de ser conciliados e, portanto, naturalmente que o direito dos cidadãos à transparência e o dever da Administração Pública de transparência têm de ser conciliados.

Qualquer membro desta Assembleia está de acordo que exista mais transparência e justiça nos atos inspetivos sejam eles de que área forem.

O Governo Regional de tudo deve fazer para tornar o serviço inspetivo mais transparente e sem compadrios, não só pela questão ilegal praticada, mas também por excelência dos serviços prestados.

A transparência na gestão pública, para além de conferir aos cidadãos o direito de conhecer os procedimentos da Administração Regional, através desta divulgação do relatório, também irá proteger os próprios inspetores.

Desta forma, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente o Decreto Legislativo Regional apresentado deixando o alerta que muito caminho

tem de ser percorrido até conseguirmos afirmar que a ação inspetiva na Região Autónoma dos Açores é transparente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, S. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O princípio da transparência deve ser sempre um desígnio de um qualquer Governo, de uma qualquer administração, de uma sociedade.

O PSD já apresentou neste Parlamento por 17 vezes iniciativas no sentido de procurar mais e melhor transparência.

Este princípio materializa-se, entre outras coisas, na necessidade de uma clara e atempada publicação e publicitação dos planos de atividades inspetivas ordinárias, de um célere e rigoroso ato inspetivo e da conclusão de um relatório final em tempo útil, para que as recomendações sejam acatadas e tenham a eficácia do seu propósito.

O PSD saúda o Governo pela iniciativa, mas considera que pode ser melhorada e por isso apresenta propostas de alteração para melhorar a iniciativa, com o objetivo de retirar o carácter de subjetividade que consta dessa iniciativa.

Não faz sentido que a tutela política da respetiva inspeção tenha a possibilidade da não publicação e publicitação dos relatórios que essa mesma tutela subjetivamente considera de interesse público. A lei define em que termos não podem ser publicados e publicitados e aí nada temos a opor.

Não faz sentido que os planos de atividades inspetivas ordinários sejam publicados e publicitados após a realização destes mesmos atos inspetivos, se são ordinárias resultam de atos programados e de rotinas inspetivas, contudo, as extraordinárias resultam de factos extraordinários e mantêm o seu carácter de surpresa porque são comunicados por despacho da tutela no momento mais conveniente.

O Tribunal de Contas publicita antecipadamente as ações inspetivas ordinárias que irá desenvolver.

Não faz sentido que os serviços inspetivos imponham prazos aos inspecionados e não tenham prazos máximos definidos para a conclusão dos atos inspetivos.

A Assembleia Legislativa enquanto órgão fiscalizador da ação governativa tem o dever de saber quais os relatórios que por força da lei não serão publicados ou publicitados.

O PSD quer uma transparência efetiva e agora cabe ao Governo e ao PS decidirem se querem transparência efetiva ou se querem fingir que querem transparência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa e Deputada Catarina Chamacame Furtado

(PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Há uma velha técnica parlamentar que consiste em fazer-se despercebido quando o interlocutor está a confrontá-lo com alguns dados que são dados que não beneficiam quem está a ser alvo de uma intervenção parlamentar. Portanto, desvia-se o olhar, faz-se de conta que se está a ler qualquer coisa e evidentemente esta não é a melhor forma de estar num debate parlamentar.

Há pouco o Sr. Secretário Berto Messias fez tudo o que lhe foi possível para fazer de conta que não estavam a falar com ele, porque o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda estava a interpela-lo, justamente a dizer-lhe: “Bom, existem 55 requerimentos que não foram respondidos dentro do prazo legal por parte do Governo Regional.” E o Sr. Secretário continuou alegremente a olhar para aqui,

a atender o telefone e tudo para fazer de conta que não estava a ser interpelado em relação a esta questão.

É evidente que estava a ser interpelado, é evidente que esta questão é uma questão relevante, é evidente que esta é uma questão até em que ele tem responsabilidades diretas, porque é a sua função responder aos requerimentos.

Deputado André Bradford (PS): Desculpe??

O Orador: Devo dizer que nesta matéria de facto o Governo tem dificuldades em fornecer alguns dos documentos que são documentos relevantes e que são necessários para que o Parlamento realize uma das suas atividades fundamentais em democracia e das suas competências fundamentais, que é a capacidade de fiscalização do Governo.

Devo dizer nesta matéria que a utilização dos serviços inspetivos para perseguição política já aconteceu durante a vigência dos governos socialistas, mas também devo dizer ...

Deputado Carlos Silva (PS): Prove o que disse! Não basta dizer!

O Orador: Sim, sim.

Afirmo e volto a repetir.

Durante a vigência dos governos do Partido Socialista os serviços inspetivos foram utilizados para atemorizar e perseguir politicamente adversários políticos e devo dizer que nesta matéria a bem da verdade que nos governos liderados pelo atual Presidente do Governo Regional essa tendência diminuiu significativamente em abono da verdade.

Portanto, devo dizer também em relação a esta matéria o seguinte: considero que a tutela política sobre os serviços inspetivos, não dotando os serviços inspetivos da necessária independência da tutela política, não permite que os mesmos tenham a credibilidade necessária junto da sociedade açoriana.

Enquanto existir os instrumentos da tutela política que vigoram nos Açores eu, pura e simplesmente, e muitas das pessoas que observam e analisam o trabalho

que é desenvolvido pelas diversas inspeções, não acreditam na sua isenção. Não acreditam na sua isenção. Eu não acredito na sua isenção.

Tenho muitíssimas provas, como negligência, para olhar para o lado, para outras atividades que o serviço de inspeção não age nos Açores com a necessária independência política.

Esta é a minha perspetiva, é a minha análise de muitos anos no âmbito da atividade política.

Quero dar também aqui um exemplo para que as pessoas possam verificar. Desde 2017 que peço um relatório referente ao centro de processamento de resíduos do Corvo, um relatório que foi elaborado e que a administração regional diz que sim, que foi feito, é um relatório que foi feito ao centro de processamento de resíduos do Corvo, começo a pedir este relatório antes de ocorrer um acidente mortal na ilha Corvo. Comecei a pedir este relatório em 2017, pois bem, estamos em 2019 e este relatório com diferentes desculpas, com diferentes textos, este relatório ainda não chegou às mãos deste Parlamento.

É um relatório que eu tenho muito interesse em conhecer, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas deve ser parcial, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque já me tinham sido relatadas situações ...

Deputado André Bradford (PS): Não sei porquê!

O Orador: Oiça! Porque o primeiro requerimento é justamente a chamar a atenção para as condições em que a atividade estava a ser desenvolvida e a falta de segurança com que a atividade laboral estava a ser desenvolvida no centro de processamento. Eu preocupei-me com esta questão como é o meu dever, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): E outro dever é fundamentar aquilo que diz!

O Orador: É o meu dever preocupar-me com esta questão, com a segurança de qualquer açoriano.

Depois o que aconteceu foi um acidente mortal neste centro de processamento e eu quero saber a verdade, quero saber o que é que diz aquele relatório e não vou desistir, nunca vou desistir de obter este relatório e de saber em que condições estava a ser realizada a operação, qual era a falta de segurança que foi detetada e quais são as responsabilidades da empresa que faz a gestão desta infraestrutura e não vou esquecer nunca este assunto.

Portanto, eu estou à espera, continuo à espera que seja remetido para este Parlamento o relatório desta inspeção. É apenas um exemplo da grande dificuldade que nós temos para obter matéria relevante nos Açores no funcionamento das instituições parlamentares dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ninguém vai ficar à espera certamente que o Sr. Deputado Paulo Estêvão perca a memória. Certamente que não quererá tomar uma exceção pela regra e começaria exatamente por este ponto.

Não duvido daquilo que acabou de dizer e considero é que isso é uma exceção e não a regra.

Aliás, este diploma o que faz não é mais do que traduzir em lei aquilo que na prática já se faz. Portanto, a transparência é transversal pelo que percebemos a todos os partidos e representações parlamentares presentes neste Parlamento. Todos nós consideramos certamente, e muito bem, que quanto mais transparente for a ação governativa maior confiança os cidadãos terão, maior será o índice de democracia da sociedade e, portanto, a confiança na atividade

política e a segurança jurídica certamente é uma coisa que é transversal a todos os partidos que aqui estão e não é nada de novo.

De todo o modo é importante referir que aquela questão que pelos vistos levanta alguma dificuldade a alguns partidos da oposição neste diploma se prende com a alínea b), do n.º 2, do artigo 3.º e Sr. Deputado António Lima uma coisa é discricionariedade, outra coisa é um conceito indeterminado.

Em momento algum no diploma que é aqui apresentado se permite a discricionariedade. Esse é um facto que existe. A existir discricionariedade não tem de haver fundamentação e a exigência de fundamentação é exatamente aquilo que impede que se use um critério discricionário.

Deputado Bruno Belo (PSD): Fundamente a discricionariedade!

O Orador: Portanto, não é a mesma coisa do que esse conceito indeterminado e o dever de fundamentação vem exatamente retirar essa carga de discricionariedade que também foi referida pelo PSD ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Foi legitimado!

O Orador: ... e nem sequer serve o argumento da tutela, porque repare a questão é muito simples. Quando a tutela ou o órgão competente entender que não deve publicar não é discricionário ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é discricionário!

O Orador: Vai fundamentar! Esse entendimento tem de ter fundamentação no interesse público e terá que ser publicado e, portanto, esse despacho que publicita a não publicação do relatório ele próprio afasta essa carga discricionária que querem impor ao diploma.

Oh, Sr. Deputado, eu a si não lhe vou explicar porquê, porque o Sr. Deputado até é jurista e, portanto, sabe perfeitamente que o dever de fundamentação afasta essa discricionariedade. Portanto, não é por aí.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que preciso uma fundamentação!

O Orador: Para além disso, a questão de transparência e tempo não é a mesma coisa. Eu diria que demora, mas chega. Portanto, pode demorar algum tempo, mas as explicações hão de chegar.

Portanto, há muito caminho que deve ser percorrido, é verdade, e eu não percebo realmente a dificuldade que o Partido Social Democrata e o Sr. Deputado Bruno Belo referem quando diz que considera que a tutela política (e depois foi corroborado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão) dando a entender que as inspeções não eram idóneas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é uma conclusão sua e ainda bem que é sua!

O Orador: Nós não partilhamos desse entendimento.

Isso foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e o Sr. Deputado Bruno Belo disse que tinha uma carga de subjetividade que afastava a imparcialidade de alguma forma.

Portanto, nós não nos revemos nessa visão ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não são isentas. Tenho muitas provas!

O Orador: ... e, portanto, em termos de conclusão diria que muito bem no preâmbulo deste diploma foi referido que isto se trata de um reforço da transparência. Um reforço da transparência!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Esse é um combate que se faz não é no *round*, esse é um caminho que se faz caminhando ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente! Melhorando!

O Orador: ... e é exatamente todos os pequenos passos que se possam dar no caminho de aumentar essa transparência são passos que são positivos.

Eu lembro, por exemplo, porque ainda há pouquíssimos meses se deu também um passo significativo com a abolição das entrevistas nos concursos como uma forma de seleção, o que é mais um exemplo de que este Governo e o Partido

Socialista procuram, também como certamente os senhores procurarão, que os atos de gestão pública sejam transparentes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas:

Algumas notas que me parecem importantes referir tendo em conta as intervenções que foram aqui proferidas por alguns Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, devo dizer porque foi aqui referida a questão dos requerimentos, não posso deixar de referir que neste momento já entraram neste Parlamento 565 requerimentos e 90% desses requerimentos estão respondidos.

Concordarão comigo as Sras. e os Srs. Deputados requerentes que muitas vezes a informação que é solicitada tem alguma complexidade em ser reunida e por outro lado também, Sr. Deputado António Lima, por vezes é solicitada informação que tem constrangimentos do ponto de vista legal e o caso, por exemplo, do Bloco de Esquerda que já fez isso por mais do que uma vez, solicitar relatórios de ações inspetivas a determinadas empresas em que na altura em que é solicitado o relatório e não estando a ação inspetiva concluída esse relatório não pode ser remetido ao grupo parlamentar requerente. Isso já aconteceu com o Bloco de Esquerda e eu próprio tive também já oportunidade de quando essas matérias surgem de notificar o Bloco de Esquerda desse facto. Isto para dizer que muitas das vezes a informação que é solicitada através de requerimento não pode ser remetida de imediato, tendo em conta os enquadramentos legais existentes.

Portanto, aquilo que o Governo tem feito e tem promovido como sempre, devo dizer, é garantir uma postura de lealdade institucional e de respeito institucional para com o Parlamento e de cumprir a lei em prestar as informações solicitadas pelas Sras. e pelos Srs. Deputados nas diversas frentes, permitam-me a expressão.

Dizer também, (permita-me Sra. Presidente o ponto que diverge um pouco daquilo que está a ser discutido) porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu isso várias vezes, no caso em concreto o infeliz acidente de trabalho que ocorreu no CPR do Corvo, também sabe o Sr. Deputado que no âmbito daquele acidente foram instaurados um conjunto de procedimentos em termos de investigação e que isso faz com que não seja ainda possível remeter todas as informações no âmbito dos processos de averiguações que estão a decorrer relativamente a esse infeliz acidente que ali ocorreu.

Também devo dizer Sras. e Srs. Deputados o seguinte, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não nos parece justo nem adequado que se ponha em causa a seriedade dos trabalhadores dos serviços inspetivos da nossa Região, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que como sabe Sr. Deputado Paulo Estêvão têm o seu respetivo enquadramento legal, têm salvaguardado na lei a sua respetiva independência e, portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão não nos parece adequado que possa ofender dessa forma os trabalhadores dos serviços inspetivos ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... da nossa Região e aquilo que o senhor faz é, na nossa perspetiva e abusivamente, por em causa a independência e a seriedade com que os trabalhadores dos serviços inspetivos da nossa Região se dedicam à sua função, desenvolvendo um trabalho que nos parece muito importante e muito relevante nas várias frentes e nas oito inspeções que temos na administração pública regional.

Pelas intervenções que ouvi temos aqui um ponto de divergência muito claro que tem que ver com a alínea b), do ponto 2, do artigo 3.º, relativamente à não publicitação dos relatórios das ações inspetivas. Mas, Srs. Deputados, penso que é claro na nossa proposta que não sendo esse relatório publicitado quer tendo as situações legalmente previstas, quer tendo em conta o interesse público, o despacho do membro do Governo que justifica ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é bem isso que está aí!

O Orador: ... a não publicitação do relatório em nome do interesse público é obrigatório que seja publicado e publicitado.

Portanto, entendemos que desta forma ficam salvaguardas as legítimas preocupações que os Srs. Deputados referem nessa matéria, estando perfeitamente contornado e ultrapassado a tal discricionariedade que os senhores referem.

O que está em causa, Sras. e Srs. Deputados, não é como alguns deputados tentaram fazer crer que o Governo meteria na gaveta o relatório e ficava assim mesmo. Não é nada disso! Não é isso que está em causa de todo, segundo a proposta que o Governo aqui apresenta.

Aquilo que está em causa é: o relatório não é publicitado ou devido às questões que estão legalmente previstas, ou na perspetiva do membro do Governo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah!... Perspetiva!

O Orador: ... por estar em causa o interesse público, sendo que o despacho que conforma a não publicitação do relatório tem de ser publicado, em que a justificação para a sua publicitação tem que, obrigatoriamente, ser publicada.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, entendemos que este é um importantíssimo contributo para reforçar a transparência da administração pública, aliás, em linha com aquele que tem sido o trabalho do Governo dos Açores nessa matéria, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque devo dizer, eu, Sr. Deputado Jorge Paiva, não é correto de todo dizer-se que a ideia que fica é que não existe informação. Pelo contrário! Temos dado passos muito relevantes nos Açores de reforço da transparência, de reforçar a transparência e a publicitação daquilo que são os atos governativos e atos públicos no âmbito da governação e até, mesmo se assim não fosse, hoje a evolução em termos de enquadramento legal que os nossos órgãos de governo próprio garantem e também daquilo que é feito a nível nacional tem garantido um reforço permanente da transparência na atividade pública e assim deve continuar e entendemos que esta proposta é um importantíssimo contributo para continuarmos a materializar essa estratégia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Primeiro ponto: reitero que os serviços inspetivos na Região Autónoma dos Açores não são independentes do ponto de vista político, da tutela política.

Segundo ponto: essa tutela política age muitas vezes com objetivos especificamente partidários e esses objetivos especificamente partidários algumas vezes, não sempre, mas algumas vezes, têm como objetivo perseguir pessoas.

Terceiro ponto: reitero que isso sucedeu antes da gestão do atual Presidente do Governo Regional dos Açores com muita mais intensidade que atualmente, mas continuam a existir casos, continuam a existir casos dirigidos do ponto de vista político para perseguir pessoas.

Quarto ponto: há muita gente que é responsável por serviços, dirigem vários serviços a nível regional e trabalham em vários serviços a nível regional, que

têm autêntico pânico por poderem manifestar livremente as suas opiniões do ponto de vista político e poderem incomodar alguém poderoso, alguém com influência, que sabem que esse alguém poderoso, alguém com influência pode acionar os mecanismos da tutela política que por sua vez acionam as inspeções no âmbito das atividades dos serviços inspetivos da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, reitero absolutamente tudo aquilo que disse. Podia dar aqui muitos exemplos, muitos exemplos de perseguições políticas que foram efetuadas na Região Autónoma dos Açores ao longo destas duas décadas.

Enquanto não se resolver esta questão da interferência do poder político nos serviços inspetivos eu não acredito na seriedade destes serviços.

Sr. Secretário, devo dizer-lhe também o seguinte: dentro destes serviços existe gente boa fé, gente independente e gente que age de acordo com a lei e com a sua consciência de forma justa. Muita gente!

Deputado Manuel Pereira (PS): Pelos visto não há!

O Orador: Muitos açorianos que não respeitam, não obedecem a ordens políticas, mas existem outros, não são talvez a maior parte, que estão à disposição do poder. Disso eu não tenho nenhuma dúvida.

Finalmente, a questão concreta que lhe transmiti. Eu comecei a pedir este relatório de inspeção antes de ocorrer o incidente. Há várias respostas em que se tenta ganhar tempo em relação a tornar público ou a transmitir para o Parlamento dos Açores este relatório.

Depois ocorreu o incidente ... o acidente, peço desculpa ... e a partir daí existem outro tipo de constrangimentos que nos foram transmitidos pelo Governo Regional.

Eu pedi a opinião aos serviços jurídicos, não do Parlamento, mas aos serviços jurídicos a que tenho acesso ao que me disseram que não, que esta informação pode e deve ser disponibilizada. Pode e deve ser disponibilizada!

Mas vou dizer-lhe mais uma coisa Sr. Secretário: amanhã vou remeter este conjunto de informação para a Procuradoria Geral da República no sentido de solicitar à Procuradoria Geral da República se existem ou não existem constrangimentos para tornar esta informação e este relatório público e ser transmitido ao Parlamento dos Açores.

Portanto, a partir daí ficamos livres de interpretações jurídicas. O senhor diz-me que este relatório não pode ser tornado público. Eu tenho informação jurídica que esta resposta é uma resposta incorreta do ponto de vista jurídico, mas o que nós devemos fazer é o seguinte: vamos tirar a prova dos nove. Vamos perguntar à Procuradoria Geral da República qual é a sua opinião e é o que eu vou fazer, porque neste caso foi-me testemunhado que os serviços não tinham as condições de segurança necessárias e aconteceu aquilo que aconteceu.

Deputado André Bradford (PS): O senhor agora é Procurador!

O Orador: E eu quero saber a verdade sobre esta situação. É tão simples quanto isto. Eu quero saber a verdade sobre esta situação!

Mais do que isto: eu não quero saber, eu tenho o dever de saber.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (Berto Messias): Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos**

Parlamentares (Berto Messias): Ao facto das afirmações do Sr. Deputado Paulo Estevão quando se refere que há ações inspetivas que são feitas com motivações partidárias e persecutórias.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Orador: Sr. Deputado, lamento ter de utilizar esta figura regimental, mas não poderia deixar passar esse tipo de afirmações para lhe dizer o seguinte.

Em primeiro lugar, dizer-lhe que refuto e recuso em absoluto esse tipo de afirmações e protesto fazendo também um apelo, é que quem tem conhecimento de ações inspetivas que sejam enquadradas e feitas com motivações persecutórias e partidárias deve denunciá-las.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Deve denunciá-las, porque não é aceitável que isso aconteça e assim sendo cá estaremos para apreciá-las e para perceber aquilo que está em causa nessas referências.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é aceitável esse tipo de afirmações, recuso em absoluto esse tipo de afirmações que diz que as ações inspetivas são feitas com motivações partidárias e persecutórias. Isso põe aliás em causa a seriedade dos trabalhadores que seriamente e abnegadamente trabalham nos serviços inspetivos da nossa Região e fica aqui também um apelo e um desafio, que caso exista a mínima suspeita de que essas ações inspetivas têm esse tipo de motivações, pois isso que seja denunciado, que seja feita queixa ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... e cá estaremos para apreciar esse tipo de afirmações e esse tipo de práticas que na nossa perspectiva são naturalmente lamentáveis e repugnáveis. Muito obrigado, Sra. Presidente

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Reitero tudo o que disse em relação a esta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Mas então comprove, demonstre!

O Orador: Se fiz denúncias específicas em relação a situações que ocorreram, fiz, inclusivamente neste Parlamento lembro-me de ter feito várias, nos plenários deste Parlamento.

Portanto, em relação a esta matéria se fiz denúncias, fiz. Para outras entidades, fiz também.

Em relação a este caso específico do Centro de Processamento de Resíduos vou cumprir a minha palavra ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Com certeza! Com certeza!

O Orador: ... e vou enviar e remeter para a Procuradoria Geral da República.

Portanto, se eu faço denúncias, faço.

Se utilizo este meu lugar para denunciar estas práticas, faço, faço, faço.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor está a misturar! Já não está a dizer a mesma coisa!

O Orador: Se o poder político manda fazer, mandou fazer (e reitero aquilo que disse) com maior intensidade, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso é uma afirmação leviana! Não pode fazer isso dessa forma!

O Orador: ... com muitos mais casos do meu conhecimento antes da vigência do atual mandato do atual Presidente do Governo Regional devo dizer que esta prática é conhecida de muitos açorianos e houve muitos açorianos que devido às suas opiniões políticas foram perseguidos, utilizando os mecanismos da inspeção ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Desculpe, não pode dizer isso! Isso é uma afirmação leviana!

O Orador: ... por quem mandou fazer e por alguns que se disponibilizaram a servir o poder político sem qualquer tipo de independência.

Posso, digo e assumo a total responsabilidade desta matéria!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não pode! É uma afirmação leviana!

O Orador: Se acha que eu estou a mentir e que não consigo provar aquilo que digo, pois processe-me.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não, não! Tem que provar o que está a dizer! Desculpe lá!

Presidente: Sr. Deputado António Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria apenas de intervir novamente neste debate para reiterar, em primeiro lugar, a nossa discordância com a referida alínea b) do n.º 2, do artigo 3.º, porque achamos que ela é desnecessária. Havendo situações legalmente previstas que já estão salvaguardadas no diploma e que preveem que os relatórios possam não ser publicitados e publicados, achamos que ela é totalmente desnecessária e que havendo propostas de alteração, nomeadamente do PSD, que julgamos que vão no sentido correto de tornar mais objetivo essa publicação.

Mas gostaria também de comentar e responder àquilo que o Sr. Secretário Regional, Berto Messias, referiu na sua resposta sobre o prazo de resposta e sobre as respostas ou não respostas a alguns dos requerimentos.

Eu gostaria de centrar esta intervenção num requerimento em específico que, julgo eu, desmente aquilo que o Sr. Secretário referiu, porque referiu que não foram entregues ao Parlamento esses relatórios porque eles não estão concluídos.

Ora, em primeiro lugar, é preciso ver que o requerimento que o Bloco de Esquerda fez relativo às inspeções realizadas a duas fábricas conserveiras na ilha de São Miguel foi (e reitero) entregue ao Parlamento a 6 de setembro e com base em notícias que saíram no mês de agosto.

Ora, julgamos nós que de setembro a janeiro a Inspeção Regional do Ambiente teve mais do tempo para concluir todos os procedimentos legais que teve de fazer no seguimento das queixas e dos problemas, das denúncias, que existiram e do laudo de notícia levantado pela Polícia Marítima no caso da fábrica da COFACO em Rabo de Peixe.

Julgo eu que as notícias sobre esta matéria são bastante claras e vou citar uma notícia onde a própria Inspeção Regional do Ambiente diz o seguinte e a notícia diz o seguinte, com citações inclusive da própria inspeção. Relativamente à fábrica de Vila Franca do Campo, diz a notícia, citando a Inspeção Regional do Ambiente: “Quanto à situação [e passo a citar] da qualidade do ar por ser uma situação em que são reincidentes e não têm sido implementadas melhorias decidimos levantar um auto de notícia para um processo de contraordenação”, disse o Inspetor Regional do Ambiente. A fábrica foi notificada a 3 de agosto, foi-lhe dado um prazo de 30 dias para resolver a situação, ou seja, até 17 de setembro de 2018, se nessa data for constatado o não cumprimento da notificação será levantado um novo auto de notícia, podendo ser aplicadas coimas que podem ir dos 3 mil aos 48 mil euros.

Aquilo que o Bloco de Esquerda quis e quer saber, porque o requerimento continua obviamente à espera de resposta, é o que é que aconteceu, se a situação foi corrigida, se não foi, se foram aplicadas coimas, porque a situação

gerou obviamente preocupação na população e é o dever do Governo Regional esclarecer o que é que fez, ou se não fez nada relativamente a esta situação que é do conhecimento público, porque foi notícia no ano passado.

Em segundo lugar, e relativamente à outra situação pela qual nós pedimos os tais relatórios de inspeções referindo-se à fábrica conserveira que se situava em Rabo de Peixe diz o seguinte a mesma notícia, de 28 de agosto: “A Inspeção Regional do Ambiente confirma a receção do auto de notícia da Polícia Marítima por rejeição de águas residuais não tratadas, sendo que de acordo com esta entidade será instruído um processo de contraordenação com base no auto de notícia levantado.”

A Inspeção Regional do Ambiente diz que realizou a inspeção ao local [e agora citação da Inspeção] “confirmando-se falhas na ETAR, mas também no seu processo de reativação e comprometeu-se a continuar a acompanhar esta situação, nomeadamente o processo de reativação do bom funcionamento da ETAR.”

Esta situação para além de ser sobejamente conhecida e mais do que conhecida de toda nos Açores, da população de Rabo de Peixe principalmente, porque toda a gente a conhece, já foi denunciada inúmeras vezes, parecia que só a Inspeção Regional do Ambiente é que não a conhecia, chega-se a este ponto, em que há efetivamente uma fiscalização por parte das autoridades, por parte da Polícia Marítima e quando alguém requer o resultado desta fiscalização a resposta não chega. A pergunta que fica é porquê.

É porque se o Governo Regional está a tentar proteger ou esconder alguma coisa deve esclarecer efetivamente porque é que não responde. É porque se não está, parece.

Neste momento com um prazo tão alargado e a falta de respostas, parece.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não está, não está!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem agora a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O caráter discricionário que nós entendemos que consta da alínea b), do n.º 3, não é dito apenas pelo PSD ou pelos outros partidos da oposição.

Os pareceres dados sobre o diploma também o referem.

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Oh!... Oh!... Um parecer!

O Orador: Dois pareceres! Dois pareceres dados ao diploma também o referem.

Sr. Deputado, é evidente que a nossa preocupação em apresentar propostas de alteração e designadamente sobre esse aspeto tem o objetivo de melhorar esse diploma do Governo, sabendo que é um passo no sentido da transparência, acrescentando valor a esse diploma e não entendo qual é o constrangimento que tem o Partido Socialista e o Governo em prescindir daquilo que é âmbito discricionário que consta da proposta do Governo e não aceitar aquilo que o PSD propõe, porque o PSD apenas o que propõe é tornar mais objetivo aquilo que o Governo entende que pode ser o seu caráter subjetivo. Mais nada, Sr. Deputado.

Há mais uma questão: nada impede que o Partido Socialista venha aqui trazer quais são as matérias que entende que são de interesse público e que para além das que já existem o Governo pode não querer publicar os relatórios. É só isto, Sr. Deputado. Nada impede que possa ser feito.

A nossa preocupação é valorizar a iniciativa, que é do Governo, torna-la mais rica, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mais transparente e mais objetiva.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para clarificar reiterando tudo aquilo que disse anteriormente, digo o seguinte, para que as pessoas também percebam e que fique claro.

Discricionariedade era se o agente decidisse publicar ou não, porque sim, ou porque não. Isso é discricionariedade.

Diferente é o uso de um conceito indeterminado que é o interesse público ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Definem-me o conceito de interesse público!

O Orador: ... e porque existe a utilização de um conceito indeterminado e, portanto, com alguma subjetividade com certeza, como existe o recurso a esse conceito indeterminado do interesse público, é que existe também o dever de fundamentação desse interesse público e essa fundamentação não é uma fundamentação porque sim. É uma fundamentação que lá está, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O que é que impede que seja uma fundamentação porque diz que sim!

O Orador: ... que tem de constar e que esvazia qualquer suspeita de discricionariedade, ou subjetividade, ou reduz essa carga subjetiva da própria decisão.

Para além disso, e por isso mesmo é que o Partido Socialista votará favoravelmente este diploma e votará contra a vossa proposta, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É porque é nossa!

O Orador: ... é que simultaneamente, também no artigo 4.º ...

Não é porque é vossa, é porque parece-me claro e parece que é inteligível a qualquer *bonus pater familias* que realmente é assim e não há necessidade do recurso à vossa alteração.

Reparem que no artigo 4.º é condição de eficácia desse ato a publicitação quer do relatório, quer do próprio despacho que determina a não publicitação do mesmo.

Portanto, parece-nos que fica claríssimo e será esse o nosso sentido de voto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Deputado, há relatórios que foram fundamentados em 2013 que nunca foram aplicados!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade deste diploma, ao que se seguirá naturalmente o debate e votação na especialidade.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de DLR foi aprovada na generalidade com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos então avançar para o debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho duas dúvidas em relação à proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A primeira tem a ver em saber qual é a natureza do prazo do parágrafo primeiro da vossa proposta de alteração ao artigo 3.º e a segunda é perguntar-vos o que entendem por discricionariedade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo** (*PSD*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, discricionariedade é o poder exercido com uma certa liberdade de decisão face a situações concretas que não se encontram regulamentadas de modo a satisfazer o interesse público da melhor forma. Este é o nosso entendimento.

Sr. Presidente, se bem entendi quer saber do prazo estabelecido no n.º 1 ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): A natureza do prazo!

O Orador: Sr. Presidente, a intenção de estabelecer um prazo significa o seguinte: qualquer ato inspetivo que decorra junto dos inspecionados decorre

nos termos em que é determinada a inspeção, é elaborado um relatório preliminar, dado o período de contraditório ao inspecionado e a seguir emitido um relatório final.

Tendo em conta que de acordo com o plano de atividades de 2013, por exemplo, que foi o mais antigo que encontrei, existem ações inspetivas planeadas em 2013 que nunca tiveram relatório, ou que pelo menos não estão publicitados.

Ora, o objetivo de estabelecer um prazo é nós sabermos quando começa a inspeção, quando termina inspeção e quando podemos requerer o relatório feito que pode ou não estar publicado. É só isso. Só definir as regras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sem prescindir quanto à parte da discricionariedade, lá vamos, o Governo para tomar uma posição em relação a esta questão precisa de saber no vosso entendimento qual é a natureza desse prazo de nove meses. É essa a pergunta que eu faço e é essa a pergunta que não foi respondida ainda.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

(*Pausa*)

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que esse assunto é importante demais para ser tratado dessa forma.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É verdade!

O Orador: Em primeiro lugar, vamos à questão da discricionariedade e já vamos à questão dos prazos.

Discricionariedade, para o efeito daquilo que nós estamos a fazer aqui, o Governo com esta proposta e esta Assembleia com a sua votação não é aquilo que o senhor disse.

O senhor está a confundir duas coisas que são semelhantes, mas não são iguais: uma coisa é discricionariedade, outra coisa é arbítrio. Aquilo que o Governo aqui prevê, como está previsto no Código do Procedimento Administrativo, como decorre até, para não irmos mais longe do ponto de vista teórico de reflexão sobre este assunto, do próprio princípio da separação de poderes a que a discricionariedade não é o Governo fazer o que quer, não é o Governo dizer “hoje apetece-me não publicar”. Isso não é discricionariedade.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Isso é arbítrio ...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Exatamente!

O Orador: ... e não é isso que está proposto nesta proposta do Governo.

Aquilo que aqui está é o Governo ter, face à impossibilidade de se prever todas as circunstâncias em que a publicação do relatório serve ou não serve o interesse público, em acordo com a lei a possibilidade de decidir pela sua não publicação. E mais! Um aspeto que já foi referido aqui: dizendo porque razão é que não publica. Isso é discricionariedade. Aquilo que o senhor disse é arbítrio.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Portanto, tratar este assunto com essa ligeireza é um mau sinal.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Não, não, Sr. Presidente!

O Orador: Em segundo lugar, a fixação do prazo. Se com a fixação de um prazo de nove meses aquilo que os senhores pretendem é concluído por qualquer razão ... Eu percebo a ideia, só acho que ela é contraproducente. Eu percebo a vossa ideia, mas acho que ela é contraproducente da maneira como está formulada, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é isso!

O Orador: ... porque aí sim, ela poderia dar azo a que alguém de má fé fizesse decorrer o prazo perdido em diligências para que concluídos os nove meses ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acabou!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é isso!

O Orador: ... acabou.

Não! Porque é sempre preferível nessas situações fazer como o senhor fez aqui e dizer: “Há procedimentos que estão em aberto, que não têm conclusão. Os senhores ou os serviços inspetivos devem dar uma resposta a esses procedimentos que estão em aberto” do que criar um automatismo que perverte a própria razão de ser, que eu acredito ser meritória da vossa proposta.

Portanto, aquilo que os senhores pretendem alcançar do ponto de vista de objetivos é aquilo que os senhores destroem com a formulação que dão à vossa proposta e é essa proposta que garante dois aspetos que são fundamentais nessa questão.

Em primeiro lugar, face a uma regra que atualmente vigora de não obrigatoriedade de publicação de relatórios o que nós propomos que esta Assembleia faça é que defina como regra a publicação desses relatórios.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, há questões relativas a interesse público. Claro, deriva da lei. Mas há outras matérias.

Vamos supor um exemplo, vamos supor que é um relatório de uma inspeção que está a concluir, mas que mexe com factos que estão a ser investigados noutra auditoria, por exemplo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Por exemplo!

O Orador: Acho que é razão para dizer “então nós não publicamos este enquanto este não estiver concluído.” Este é um dos casos.

Portanto, garantir isso do ponto de vista de respeito pela lei na margem de liberdade de decisão que o Governo tem (o Governo em sentido lato) e deve ter nestas matérias.

Garantindo aquilo que são os princípios de cumprimento da lei e garantindo sobretudo que nós não criamos aqui efeitos de guilhotina para acabar com ações inspetivas apenas pelo decurso do prazo, aquilo que esta proposta faz é o mais adequado ao cumprimento e à satisfação dos interesses da transparência, da legalidade no âmbito dos serviços inspetivos da administração regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente do Governo.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste diploma e das respetivas propostas de alteração que foram apresentadas e distribuídas por todos.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

Deputado Carlos Silva (PS): Já percebeu por que é que as propostas são chumbadas?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Agradecendo naturalmente a douda explicação do Sr. Presidente, mas como sabe acabou também por discordar do Sr. Deputado do Partido Socialista que afirmou perentoriamente ...

Deputado André Bradford (PS): Não se preocupe com isso!

O Orador: ... que não havia aqui discricionariedade nenhuma. A verdade é que o facto de haver esta discricionariedade que para o efeito do presente diploma pode levar a que o Governo na avaliação dos motivos pelos quais deve ou não publicitar o relatório poder ter uma margem de liberdade que pode ou não ser favorável à transparência e a intenção do PSD é precisamente aquela que o senhor disse e bem de que este diploma pode ser melhorado ao nível da transparência que o Governo pretende incutir aos serviços inspetivos, nessa medida é que procurou de alguma forma clarificar que apenas nos casos previstos na lei ... Nada obsta a que o Governo possa até elencar outras situações, como aquela que o Sr. Presidente aqui referiu, ou outras situações. Por exemplo, o Governo Regional pode dizer, tal como o senhor deu um exemplo, que até é um exemplo claro, de uma razão pela qual um relatório não deve ser imediatamente publicitado, mas será que está a falar de uma questão de interesse público ou está a falar de uma relação de interesse da própria inspeção que está decorrer?

Deputado André Bradford (PS): Então? É a mesma coisa!

O Orador: Porque uma coisa é invocar o interesse público que é um conceito que pode ser de alguma forma vago e discutível, que não tem do ponto de vista depois da transparência da publicitação ou não do relatório um efeito que possa levar a que todos tenhamos o mesmo entendimento se estamos ou não perante o interesse público. É sempre uma decisão discricionária do Governo Regional ou da tutela do serviço inspetivo em causa.

Portanto, a intenção do PSD quando elimina essa discricionariedade é precisamente poder eventualmente ... Aí posso admitir que poderá haver casos que não tenham necessariamente haver com o interesse público, mas têm a ver com o interesse do próprio serviço ou da própria inspeção em causa, que foi o exemplo que o senhor deu e bem, na minha perspetiva e bem.

Quanto ao prazo que é estabelecido. Pode até a nossa proposta ser melhorada no sentido de que o prazo deve ser delimitado para que não aconteça aquilo que muito bem o Sr. Deputado Bruno Belo referiu de haver inspeções que são realizadas e que nós nunca sabemos se acabaram ou não, porque não existe um prazo para a ação inspetiva terminar, mas eventualmente sendo ultrapassado o prazo de nove meses, aí sim, justificar porque é que a inspeção não está concluída, porque nós achamos que um serviço inspetivo não pode durar eternamente, ou não pode ficar na dúvida a existência do conhecimento de ser realizada uma inspeção e a Assembleia ou o público não ter conhecimento se essa inspeção está concluída ou se foi metida na gaveta convenientemente.

Se estamos a falar de transparência, Sr. Deputado André Bradford, estamos a falar de transparência a todos os níveis, se queremos mesmo efetivamente um serviço inspetivo transparente nesta medida nós temos de saber de alguma forma se a inspeção terminou ou não, porque pode eventualmente a tutela até nem ter interesse discricionário em dar a conhecer o fim da inspeção e os seus resultados e não tem de justificar porque é que tem de publicitar ou não, perdoe a expressão, basta meter na gaveta porque não existe um prazo para o fim do serviço inspetivo.

Portanto, a existência de um prazo delimitativo do período de tempo pelo qual deve decorrer a inspeção obriga (e admito que possamos melhorar a nossa proposta) a que haja pelo menos uma justificação para durante aquele prazo a inspeção não estar concluída, porque não havendo publicitação, nem despacho a justificar a não publicitação nós nem sequer sabemos se a inspeção terminou ou

se não terminou, porque não há qualquer prazo estabelecido para a inspeção estar concluída.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruto da Costa, naquilo que tem a ver com os objetivos que afirmou na sua intervenção nós estamos todos de acordo. A única questão é que a forma que o Governo escolheu para satisfazer esses objetivos de transparência, de saber quando é que há uma inspeção que já decorre e ainda não está concluída, é, na nossa apreciação obviamente, mais correta do que aquela que consta da proposta do PSD.

Sr. Deputado Bruto da Costa, eu leio-lhe apenas um parágrafo do preâmbulo deste diploma: “De forma a conciliar [e cito] o interesse de não divulgação prévia do plano de inspeção a realizar com aquele outro de *a posteriori* aferir a realização das iniciativas planeadas, opta-se pela determinação de publicitar o plano de atividades de cada um dos serviços inspetivos no prazo de 30 dias a partir do término do ano civil a que o mesmo respeita.” Ou seja, a conciliação destes dois interesses alcança-se por essa via. Sabe-se quando é publicado um plano de atividades, mas então os senhores fizeram essa inspeção e onde é que está o seu relatório?

Ou onde é que está o despacho que diz que este relatório foi concluído, mas não foi publicado por este e por este motivo?

E não propriamente a fixação de um prazo, que tem um efeito guilhotina em relação aos procedimentos ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Não em absoluto!

O Orador: ... e todos nós partimos de uma apreciação de boa fé em relação a todos os intervenientes neste processo, mas a exceção confirma a regra.

Portanto, o que é preciso é evitar que pelo mero decurso do prazo e até pela utilização de expedientes dilatórios possa uma inspeção caducar, ou prescrever, ou o que quisermos considerar apenas pelo decurso do prazo. A forma de garantir esses dois valores é da forma como consta na proposta do Governo, na nossa apreciação, e não pela fixação deste prazo, porque é sempre possível (repite: é sempre possível!) a qualquer pessoa saber quais foram as inspeções que estavam planeadas realizar, quais foram as que foram concluídas e quais são as que não estão concluídas ainda.

Em relação a prazos, Sr. Deputado, o prazo para início e fim de um procedimento compete ao próprio inspetor que o fixa e isso está legalmente previsto também no regulamento da inspeção, para falar apenas no caso da inspeção, está lá previsto. É ele que fixa a data de início e a data de conclusão do processo, qual é o prazo estimado.

Para concluir, apenas uma precisão: não há contradição nenhuma entre aquilo que eu afirmei e aquilo que o Sr. Deputado João Vasco afirmou, porque obviamente no sentido que foi aqui dado pelo Sr. Deputado Bruno Belo em relação à discricionariedade, não, não há discricionariedade. Aquilo que ele estava a referir era outra coisa, é arbítrio.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não, não, Sr. Presidente!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste diploma.

Proponho à câmara a possibilidade de colocar à votação conjunta os artigos 1.º e 2.º desta proposta, uma vez que não tem qualquer proposta de alteração.

Não havendo oposição está à votação o artigo 1.º e 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Eu não percebi, Sra. Presidente, se está a ser votado número a número ou o artigo 3.º em conjunto.

Presidente: A proposta de alteração ao artigo 3.º.

Deputado António Lima (BE): Solicitava que se votasse número a número, ou pelo menos o n.º 1 em separado.

Presidente: Quer que eu vote os números em separado.

Está então à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 1 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 17 votos a favor do PSD e 3 abstenções do BE, do PCP e do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 2, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 3, do artigo 3.º.

É aditamento. Tem razão. Portanto, não é necessário votar.

Vamos então votar o artigo 3.º da proposta.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Podíamos votar a alínea a) e b) em separado!

Número a número, alínea a alínea!

Presidente: Alínea a) e b) do n.º 2. Número a número.

Vamos votar então da proposta o n.º 1 do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

É da proposta.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação da proposta a alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação da proposta a alínea b), do n.º 2, do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 4.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 5.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Julgo que podemos votar em conjunto o artigo 6.º e 7.º da proposta. Estão então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O 6.º e o 7.º.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenho uma votação diferente para os artigos 6.º e 7.º!

Presidente: Então está só o 6.º à votação.

Está só o 6.º e não vou repetir.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Agora sim, o artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A iniciativa foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD absteve-se na votação final global porque embora considere que esta iniciativa seja uma iniciativa positiva o PSD trouxe a este Parlamento propostas de alteração que considera que melhoravam o diploma, que acrescentavam valor ao diploma e que o tornavam ainda mais transparente, mais objetivo.

O Partido Socialista rejeitou as propostas de alteração e obviamente a nossa proposta de alteração que visava retirar o carácter subjetivo e discricionário que estava estabelecido na alínea b), do n.º 3, manteve-se e foi por isto que o PSD se absteve.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Julgo não haver.

Vamos então fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Marco Costa)

Eram 18 horas e 26 minutos.

Avançamos para o ponto três da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XI – “Décima segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril e 1/2018/A, de 3 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Os tempos são os que utilizamos no processo legislativo comum: o Governo, o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda dispõem de 25 minutos; o PSD, 20 minutos; o CDS, 15 minutos; o PCP e o PPM dispõem de 10 minutos.

Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Estávamos no virar do século XX para o século XXI quando foram instituídos - em ano de eleições regionais, e durante um período de governação do PS sem maioria absoluta nesta Assembleia – o acréscimo regional ao salário mínimo, o complemento regional de pensão e a remuneração complementar para os funcionários da Administração Pública Autónoma. Em 2002, já com um Governo Regional suportado por uma maioria absoluta do PS, foi criado o atual Regime Jurídico enquadrador do acréscimo regional ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar.

Desde daí e até hoje sucederam-se diversas e numerosas propostas de alteração, umas aprovadas e outras reprovadas. Na maior parte dos casos, as propostas reprovadas, pela maioria do PS, visaram a atualização de valores a atribuir.

Estas medidas procuram, sobretudo, e em primeiro lugar, fazer face aos sobrecustos associados à nossa condição ultraperiférica, insular e arquipelágica com efeitos diretos na redução da intensidade da pobreza associada às baixas pensões e salários auferidos na Região. Tratam-se, em suma, de medidas promotoras de uma maior justiça social.

Constatámos, porém, que o prazo exigido para a apresentação dos documentos comprovativos do quantitativo das pensões provenientes de países estrangeiros é insuficiente, dado o atraso recorrente e sistemático na emissão e envio destes comprovativos, por parte dos países emissores, não sendo, pois, uma razão imputável aos beneficiários.

Em final de agosto do ano passado, em requerimento dirigido ao Governo Regional, ficámos a saber que por essa razão, ou seja, pela não apresentação de comprovativo de pensão auferida no estrangeiro, 336 pensionistas de 1275 deixaram de receber o complemento regional de pensão (um quarto dos beneficiários).

Assim, propusemos a flexibilização dos prazos para apresentação de prova dos

valores de pensões estrangeiras auferidas:

-De mais três meses relativamente ao prazo atual para a generalidade dos pensionistas;

-De mais um ano relativamente ao prazo atual para os pensionistas com pensões no estrangeiro;

-Excecionalmente, durante o ano de 2018, a prorrogação desse prazo seria automática para estes pensionistas, e os pagamentos, entretanto suspensos, seriam retomados imediatamente com efeitos retroativos.

Apresentámos a presente proposta em setembro, com urgência e dispensa de exame em comissão, mas tendo sido reprovada essa possibilidade, e como estamos no início de um novo ano impõe-se uma proposta de alteração, que deu entrada durante o dia de hoje, para eliminar a exceção prevista para 2018, por razões óbvias.

Dos esclarecimentos prestados pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social ficámos a saber que em dezembro, dos 336 beneficiários que não teriam submetido documento comprovativo da pensão recebida com origem no estrangeiro, 46 mantinham-se na mesma condição, tendo, portanto, 290 beneficiários apresentado a documentação necessária e, dessa forma, sido regularizado o pagamento, com efeitos retroativos, do complemento regional de pensão.

Ainda de acordo com os esclarecimentos prestados em comissão foram iniciados e desenvolvidos contactos com fontes oficiais do país estrangeiro onde se verificam os maiores atrasos na emissão e envio destes comprovativos para que, no futuro, tudo se procedesse de forma mais célere.

Apesar dos esforços desenvolvidos, continuamos a considerar importante a introdução de um critério diferenciador no que respeita aos prazos de entrega, no sentido de conceder um prazo mais dilatado para quem auferir pensões com origem no estrangeiro.

Assim, na proposta de alteração entregue durante o dia de hoje, procedemos à eliminação do prolongamento do prazo atual para a generalidade dos pensionistas, mas continuamos a considerar a necessidade de se instituir um prolongamento em mais 3 meses para os pensionistas com pensões no estrangeiro.

Estas propostas de alteração são um exercício de boa-fé perante os esclarecimentos prestados pelo Governo Regional para ultrapassar os obstáculos burocráticos impostos aos pensionistas com pensões no estrangeiro, com prejuízo para o acesso ao complemento regional de pensão.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A matéria aqui em causa e como foi bem referido pelo Sr. Deputado Paulo Mendes é uma matéria na qual o Partido Socialista se tem empenhado de há muitos anos, aliás, ao longo de todos os anos da sua governação nos Açores, desde a sua implementação até à sua manutenção até hoje e é neste sentido também que o Partido Socialista se empenha e empenhou no sentido que todos continuem a ter acesso a este complemento.

No entanto, gostaria de dizer que o assunto aqui trazido inicialmente pelo Bloco de Esquerda como bem disse o Sr. Deputado Paulo Mendes e que respeita concretamente ao complemento regional de pensão tem a ver somente com os procedimentos administrativos, nomeadamente com o prazo para a entrega da prova de rendimentos pelos pensionistas que auferem uma pensão de país estrangeiro.

Sobre isso também gostaria de dizer que ao longo dos anos e na esteira dos princípios de boa fé e de colaboração entre a administração pública nos Açores

e os particulares, o Instituto de Segurança Social dos Açores tem alargado anualmente o prazo para essa entrega de forma a facilitar que os beneficiários do complemento de pensão continuem a auferir desta prestação.

Dizer também e de acordo com a informação que já foi referida aqui Sr. Deputado Paulo Mendes e que a Sra. Secretária em sede comissão nos fez chegar, dos 1.275 beneficiários que acumulam o complemento de pensão com uma pensão do estrangeiro só 46 àquela data (portanto, nós estamos a falar a 4 de janeiro de 2019) não tinham apresentado os respetivos comprovativos por razões diversas, alheias aos serviços regionais.

Dizer também que o representante da Associação de Emigrantes, o Sr. Rui Freitas, ouvido pela comissão, referiu que àquela associação só três pessoas dos 1.275 que têm de apresentar o documento tinham recorrido àquela associação no sentido de solicitar ajuda na obtenção do referido comprovativo. Foi também reconhecido pelo Sr. Rui Freitas em sede de comissão que o sistema regional tem funcionado bem na generalidade.

Não obstante tudo isso e no sentido de continuar a senda de facilitar a entrega das declarações por parte dos beneficiários em causa e para formalizar um procedimento que tem sido no fundo uma prática do Instituto de Segurança Social dos Açores, o Partido Socialista negociou com o Bloco de Esquerda uma proposta conjunta que, no nosso entender, melhor serve os beneficiários daquela prestação e que vem facilitar e garantir que todos e cada um dos beneficiários do complemento de pensão possam continuar a aceder àquele direito.

Disse.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, a remuneração complementar regional e sobretudo o complemento regional de pensão são, no entender do CDS, apoios relevantes para muitos açorianos e naturalmente medidas de elementar justiça social.

Em relação ao complemento regional de pensão o facto de no decorrer do ano de 2018 ter chegado a cerca de 300 o número de casos de beneficiários com os apoios suspensos devido à ausência de comprovativos de rendimento e de em dezembro de 2018 ainda serem 46 os beneficiários nessa situação indica claramente que algo não funciona bem neste sistema de atribuição de apoios e que alguma coisa tem de facto de ser alterada.

No entanto, o alargamento dos prazos para a entrega de provas de rendimentos de residência por si só possivelmente não será uma solução para este problema. Na verdade é necessário alertar para o facto (e isso foi dito também em comissão) de que um alargamento dos prazos poderá trazer alguns efeitos perversos consigo, não apenas pela maior demora na atribuição desses complementos, mas também porque poderá levar a um aumento do número de casos em que há uma atribuição indevida dos complementos e uma obrigatoriedade de restituição dos valores no caso em que os beneficiários deixem de reunir as condições para usufruir do complemento, seja por um aumento de rendimentos, ou por qualquer outra razão, mais ainda tratando-se de pensionistas que auferem pensões de valor reduzido e que por isso têm dificuldade em face às suas despesas e fazer face ao seu dia a dia e que poderá levar a situações dramáticas em que os beneficiários não têm, os pensionistas não têm capacidade devolver o valor deste complemento ou quando o fazem, fazem com verdadeira dificuldade, o que é, em nosso entender, de evitar ao máximo.

Deste alargamento de prazos poderão ainda assim algumas melhorias para o sistema de funcionamento, nomeadamente ao nível dos beneficiários que dependem da emissão de documentos emitidos no estrangeiro.

Com estas alterações agora apresentadas a proposta acaba por ficar um pouco mais equilibrada, os prazos são mais razoáveis, mas gostaria, no entanto, de dizer que no entender do CDS isto só não bastará e que além de um alargamento desses prazos será preciso também, de uma forma integrada, investir no reforço da informação prestada aos beneficiários por parte dos serviços da Segurança Social pela emissão de alertas aos beneficiários da aproximação eventualmente do final do prazo para a entrega da documentação, pelo desenvolvimento de novas formas de apoio aos beneficiários ao nível do preenchimento e da entrega dessa documentação e ainda por um reforço dos contatos estabelecidos com os serviços oficiais nos países estrangeiros, onde estes pensionistas trabalharam para uma maior agilização do processo e para uma também maior celeridade na emissão das provas de rendimentos.

Sendo certo que esta proposta traz à luz que o Governo Regional tem de facto muito trabalho nesta matéria para, de uma forma cabal, resolver este problema.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD saúda esta iniciativa e esta iniciativa conjunta, porque a proposta inicialmente apresentada, embora tivesse um propósito muito válido, na opinião do PSD, poderia provocar alguns constrangimentos a todos quantos podem requerer e beneficiar quer do complemento regional de pensão, quer do acréscimo à remuneração complementar.

Ora, se por um lado foi reconhecido que era necessário e era possível ser melhorado aquilo que já existia, por outro lado também vem permitir que com essa melhoria se possa evitar esses tais constrangimentos que inicialmente se falava, designadamente o facto dos beneficiários numa eventual situação poderem ter de devolver algum dinheiro daquele que já tinham recebido o que é naturalmente constrangedor para todos.

Depois desse esforço importa também referir que a responsabilidade do Governo e que tem sido exercida nessa matéria não pode deixar de continuar a ser exercida e sobretudo nas ilhas onde a representação governamental não é tão forte, porque obviamente que a deslocação dos técnicos às ilhas uma vez por ano (e tem sido suficiente, aparentemente tem sido suficiente) há o contato por parte da secretaria com os beneficiários, mas esse aspeto não pode ser desleixado, tem de continuar a ser feito, tem de continuar a ser implementado por forma a que todos quantos possam vir a beneficiar disso e que tenham alguma dificuldade de acesso às instituições ou até alguma dificuldade no próprio preenchimento dos documentos sejam auxiliados e todos estes processos sejam tratados com a celeridade natural para que nenhum desses beneficiários seja prejudicado.

O PSD vê com bons olhos esta proposta conjunta que aqui está apresentada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Desde a primeira hora o PCP defendeu que um verdadeiro combate à pobreza tem que passar, obrigatoriamente, pelo aumento das pensões, nomeadamente as mais baixas. Não obstante esta consideração, entendemos que o complemento

regional de pensão poderia ser um importante instrumento de combate à pobreza, pelo que temos vindo a lutar pelo seu aumento.

Na verdade, é entre os mais idosos que se encontram as situações mais gravosas e inaceitáveis de pobreza extrema. Esta realidade resulta, entre outros, do facto de uma grande parte deste sector da população portuguesa auferir pensões muito baixas, fruto de políticas sucessivas que vêm encarando os idosos como um encargo e as prestações sociais de uma perspetiva assistencialista.

Este facto obriga a que este complemento regional seja na prática uma prestação acessível a todos os idosos que dele necessitem, pelo que importa que se removam os "obstáculos" legais que se traduzirão em injustiças na atribuição e no deferimento deste complemento para idosos. Trata-se de matéria da maior relevância, sobretudo num país em que a pobreza assume uma dimensão gigantesca.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP pretende que todos os idosos açorianos estejam incluídos na receção do complemento regional de pensão, sem obstáculos, nem burocracia. Estamos a falar de idosos que emigraram para obterem uma vida melhor, mas continuam a ser açorianos, continuam a ter direito a este complemento. Estamos a falar de um grupo social que muitas vezes tem dificuldade de deslocação, pouca instrução ou mesmo falta de informação. Todos os meios devem ser reunidos para apresentar uma resposta mais rápida e eficiente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não sei quem é que terá escrito isto, mas é que o Sr. Deputado António Lima é do Bloco de Esquerda, não é CDS. Tem

aqui uma proposta que foi distribuída e tem António Lima, CDS. Não sei se se enganaram a copiar.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Foi um lapso.

Deputada Graça Silva (*PS*): Aí tão pertinho!

O Orador: Nós aceitamos com toda a humildade.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, peço desculpa, mas não percebi a sua questão.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não era nenhuma questão, era um alerta!

Presidente: Penso que não há nenhuma questão.

Sra. Secretária Regional, então agora sim, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Cardoso*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

A propósito desta proposta inicial do Bloco de Esquerda e agora da nova proposta e conjunta do Bloco de Esquerda e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queria apenas reforçar aqui as ideias que tive oportunidade de transmitir na comissão e que têm essencialmente a ver com as diligências que o Governo Regional, através do Instituto de Segurança Social dos Açores e da Direção Regional das Comunidades, promoveu ao longo dos últimos anos no sentido de ser um agente efetivamente facilitador do acesso a esta prestação social.

Já aqui foi dito pela Sra. Deputada Graça Silva, mas volto a reforçar, que foram oficiados todos os 1.275 pensionistas no sentido de alertar para a necessidade de apresentação dos comprovativos de rendimentos e naturalmente dos prazos que estavam previstos na lei.

Para além disso, porque temos consciência de que esse é um elemento importante, mas não suficiente, respondemos a todos aqueles que nos contataram por telefone ou correio eletrónico, disponibilizando os endereços

eletrónicos e físicos para onde deviam ser remetidos os pedidos para o Canadá, Estados Unidos da América, Brasil e Austrália.

Para além disso, o Instituto de Segurança Social dos Açores e a Direção Regional das Comunidades articularam no sentido de ser disponibilizada ajuda e de serem feitos contatos com o país em questão, designadamente o Canadá.

Para além disso, a Segurança Social contactou telefonicamente um a um de todos os pensionistas que tinham o pagamento suspenso, informando que deveriam dirigir-se aos serviços das Comunidades a fim de serem ajudados na obtenção do comprovativo em questão.

Para além disso, nos serviços onde não existem serviços da Direção Regional das Comunidades foram enviados técnicos, foram marcados horários de atendimento a cada um dos pensionistas, atendimento esse que se realizou nos municípios dos pensionistas com a situação suspensa.

Para além disso, importa dizer que nesses contatos foi sempre transmitida a ideia de que todos os anos é fundamental fazerem esse pedido à entidade estrangeira, fazendo prova dos rendimentos, no sentido de que não vissem de facto o seu complemento regional de pensão suspenso.

Depois de ressalvadas aqui todas as diligências que foram efetuadas ao longo do tempo, dizer aqui ao Sr. Deputado Bruno Belo que não é por via desta alteração legislativa que as diligências ficam elas suspensas. Naturalmente que vamos prosseguir com o mesmo tipo de diligências ou outras que se venham a manifestar uteis, no sentido de sermos sempre diligentes e proativos com os idosos que beneficiam deste complemento regional de pensão e que simultaneamente beneficiam de pensão do estrangeiro.

Apenas acrescentar que naturalmente me parece que esta alteração que foi introduzida agora é útil, porque também me parecia excessiva a intenção inicial do Bloco de Esquerda e que com a bondade que toda ela encerrava poderia de facto trazer prejuízos grandes àqueles pensionistas que no fim, depois de um

ano, porque estávamos a falar dos seis meses iniciais mais os seis meses subsequentes, pudessem ver no seu complemento regional a necessidade de ser devolvido.

Portanto, parece-me que a proposta que agora foi negociada entre o Grupo Parlamentar do PS e o Bloco de Esquerda valoriza naturalmente a prestação em causa e sobretudo é facilitadora do acesso à mesma, conformando aquilo que já vinham sendo práticas não previstas, mas que já vinham sendo adotadas pelos serviços.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM votará favoravelmente a iniciativa, assim como as propostas de alteração que foram apresentadas conjuntamente pelo Partido Socialista e pelo Bloco Esquerda nesta matéria.

Penso que é um equilíbrio justo a que se chega e nós juntamo-nos num propósito político e também na solução concreta que foi encontrada que significa cedência de muitas partes, mas que significa também um avanço significativo nesta matéria.

Portanto, votamos favoravelmente e juntamo-nos obviamente também à iniciativa e ao seu propósito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo, vamos então passar à votação na generalidade deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de DLR foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então votar a proposta de alteração subscrita pelo PS e pelo Bloco de Esquerda a este artigo 1.º do Projeto de DLR que propõe alterar o artigo 8.º do diploma em vigor.

Está então à votação a proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 1.º do projeto com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o artigo 2.º deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A iniciativa anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

Deputado António Lima (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação.

Deputado António Lima (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Eu peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, foi solicitado à Mesa um intervalo regimental, que é regimental e considerando o nosso horário foi decidido também encerrar os trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Uma boa noite a todos.

Eram 19 horas.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

João Vasco Pereira da Costa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Iasalde Fraga **Nunes**

Documentos entrados

1 – Projetos de Lei:

Assunto: Regulamentação do *Lobbying*– n.º 1053/XIII/4.^a (PSD) n.º 219/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 12 – 26

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2019 – 01 – 15;

Assunto: Lei de Bases da Habitação – n.º 1057/XIII/4.^a (BE) n.º 220/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 01 – 03

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 01 – 23;

Assunto: Lei de Bases da Saúde – n.º 1065/XIII/4.^a (PSD) n.º 221/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 01 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 01 – 14;

Assunto: Lei de Bases da Saúde – n.º 1066/XIII/4.^a (CDS-PP) n.º 222/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 01 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 01 – 14;

Assunto: Cria um Observatório na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens para monitorização do cumprimento das obrigações impostas pela Convenção dos Direitos da Criança – n.º 1064/XIII/4.^a (PAN) n.º 223/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2019 – 01 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 01 – 14.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: Lei de Bases da Saúde – n.º 171/XIII/4.^a (GOV) n.º 215/XI-AR

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 12 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2019 – 01 – 07.

3 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto – Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário – n.º 26/XI](#)

Proveniência: CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2019 – 01 – 08

Comissão: Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

4 – Antepropostas de Lei:

Assunto: [Alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – n.º 8/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 01 – 02

Comissão: CEVERA

Data Limite de Parecer:

Assunto: [Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – n.º 9/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 01 – 02

Comissão: CEVERA

Data Limite de Parecer:

5 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Revisão Constitucional – n.º 122/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 01 – 02

Comissão: CEVERA

Data Limite de Parecer:

6 – Petição:

Assunto: Atribuição ao cagarro (*Calonectris borealis*) do estatuto simbólico de Ave Regional dos Açores- n.º 36XI

Proveniência: José Pedro Machado Medeiros

Data de Entrada: 2018 –12– 18

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Aguarda admissibilidade;

7 – Requerimentos:

Assunto: [Órgão de Tubos](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 12 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 554/XI;

Assunto: [Habitação degradada](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 12 – 18

Referência: 54.06.02 – N.º 555/XI;

Assunto: [Intervenção do Governo dos Açores no setor leiteiro da ilha Terceira](#)

Autores: António Almeida, Mónica Seidi, César Toste e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 12 – 18

Referência: 54.06.03 – N.º 556/XI;

Assunto: [Obras no Porto do Topo – ilha de São Jorge](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2018 – 12 – 20

Referência: 54.06.05 – N.º 557/XI;

Assunto: [Integração profissional das pessoas portadoras de deficiência](#)

Autores: Artur Lima e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 12 – 20

Referência: 54.01.00 – N.º 558/XI;

Assunto: [POSEI só é uma vitória com mais apoios da União Europeia](#)

Autor: António Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 12 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 559/XI;

Assunto: [Governo faz corte brutal nos serviços prestados nas Casas do Povo na ilha de São Jorge](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 12 – 27

Referência: 54.03.05 – N.º 560/XI;

Assunto: [Redução de atendimento ao público nas Casas do Povo na ilha de São Jorge](#)

Autor: Jorge Paiva (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 01 – 02

Referência: 54.01.05 – N.º 561/XI;

Assunto: [Porto da Horta: Estudos sobre a 3.ª versão do projeto de reordenamento](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 01 – 07

Referência: 54.03.07 – N.º 562/XI;

Assunto: [Processo de acreditação internacional do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira](#)

Autores: Artur Lima e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2019 – 01 – 09

Referência: 54.01.03 – N.º 563/XI;

Assunto: [Estudo sobre a problemática da toxicodependência](#)

Autores: António Lima e Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2019 – 01 – 09

Referência: 54.06.00 – N.º 564/XI.

8 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Infiltrações nas EBS de Velas e Calheta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 12 – 17

Referência: 54.01.05 – N.º 548/XI;

Assunto: [Atraso no pagamento às IPSS e Misericórdias com Jardins-de-Infância](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 12 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 542/XI;

Assunto: [Porque não há operação noturna no aeroporto da Horta pela AZORES AIRLINES?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 01 – 04

Referência: 54.03.07 – N.º 471/XI;

Assunto: [Denúncia Hospital da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 01 – 04

Referência: 54.06.07 – N.º 552/XI.

9 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar a retirada do Projeto de Resolução n.º 120/XI - Implementar, com urgência, medidas de combate à atual situação de escassez de água para consumo humano e para o uso agrícola na ilha do Corvo; realizar um levantamento rigoroso do estado em que se encontram as reservas de água existentes para o abastecimento da população da ilha do Corvo e realizar uma ação inspetiva, referente aos anos de 2017 e 2018, com vista à verificação do cumprimento de normas legais e regulamentares em matéria da gestão dos recursos hídricos direcionados para o abastecimento da população da ilha do Corvo por parte das entidades públicas competentes

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2018 – 12 – 17;

Assunto: Ofício a remeter o Relatório no âmbito do n.º 5 da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 27/2014/A, de 28 de novembro

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2018 – 12 – 17;

Assunto: Ofício a remeter um exemplar do Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano económico de 2017

Proveniência: Vítor Caldeira, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 12 – 18;

Assunto: Ofício a remeter um exemplar do Parecer sobre a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2017

Proveniência: Vítor Caldeira, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 12 – 18;

Assunto: Ofício com a referência JAM/1743/2018, de 11 de dezembro de 2018, a remeter um Voto de Congratulação à Filarmónica Imaculada Conceição pelo seu 125.º aniversário, aprovado por unanimidade

Proveniência: António Miguel Soares, Presidente da Câmara Municipal de Nordeste

Data de Entrada: 2018 – 12 – 18

Assunto: Ofício com a referência JAM/1746/2018, de 11 de dezembro de 2018, a remeter um Voto de Congratulação ao Achada Futebol Clube e à equipa de

iniciados pela conquista da Taça de Honra de São Miguel em Futsal da época 2018/2019, aprovado por unanimidade

Proveniência: António Miguel Soares, Presidente da Câmara Municipal de Nordeste

Data de Entrada: 2018 – 12 – 18

Assunto: Ofício solicitando o agendamento de uma interpelação ao Governo Regional sobre Pobreza e Exclusão Social

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 12 – 20;

Assunto: Ofício 2159-ST, de 27 de dezembro de 2018, a enviar remessa de Relatório aprovado n.º 09/2018-FS/SRATC (Ação n.º 17-216FS3) – Auditoria à falta de prestação de contas pela Empresa de Transportes Coletivos de Santa Maria, Lda.

Proveniência: António Afonso Arruda, Auditor-Chefe, em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 12 – 27

Assunto: Ofício com a referência S2018000019919, de 18 de dezembro de 2018, a remeter um Voto de Protesto “Pela tentativa de discriminação do poder local democrático”, aprovado por maioria, com os votos contra do PSD e abstenção do CDS-PP

Proveniência: Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Vice-Presidente do Município do Funchal

Data de Entrada: 2018 – 12 – 28

Assunto: Ofício com a referência P13464/2018, de 19 de dezembro de 2018, a enviar a Ata da reunião do CAPF, em cumprimento do estabelecido no n.º 8 do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, dando conta do despacho de Sua Excelência o Ministro das Finanças, elegendo a signatária presidente do CAPF

Proveniência: Patrícia Semião, Presidente do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras (CAPF)

Data de Entrada: 2018 – 12 – 28

Assunto: Ofício com a referência SAI-DREPA/2018/2642, de 26 de dezembro de 2018, a remeter um exemplar da publicação Situação Socioeconómica 2017

Proveniência: Rui von Amann, Diretor Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Data de Entrada: 2019 – 01 – 02

Assunto: Ofício a remeter o Relatório de Execução Financeira relativo ao 3.º trimestre de 2018 das empresas do Setor Público Empresarial Regional

Proveniência: Lina Maria Cabral de Freitas, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2019 – 01 – 03;

Assunto: Ofício a remeter à ALRAA os Decretos Legislativos n.ºs 13 e 14/2018, devidamente assinados e que foram enviados para publicação em Diário da República a 27 de dezembro de 2018

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 01 – 04

Assunto: Ofício a remeter à ALRAA o Decreto Legislativo n.º 15/2018, devidamente assinado e enviado para publicação em Diário da República a 18 de dezembro de 2018

Proveniência: António de Almeida da Costa Coelho, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2019 – 01 – 04

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução da ALRAA n.º 41/2018 sobre o tema “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Reforço de profissionais da polícia de Segurança Pública na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Assessora Patrícia Melo e Castro, do Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal

Data de Entrada: 2019 – 01 – 07;

Assunto: Ofício 56-ST, de 8 de janeiro de 2019, a enviar remessa de Relatório aprovado n.º 10/2018-FS/SRATC (Ação n.º 18-206FS1) – Auditoria à execução da empreitada de reparação de imóvel de habitação social, contratada pelo Município do Nordeste

Proveniência: Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2019 – 01 – 08;

Assunto: Ofício com a referência 135, de 4 de janeiro de 2019, a remeter um Voto de Congratulação à Filarmónica Imaculada Conceição pelo seu 125.º aniversário, aprovado por unanimidade

Proveniência: Rogério Cabral de Frias, Presidente da Assembleia Municipal de Nordeste

Data de Entrada: 2019 – 01 – 09;

Assunto: Ofício com a referência 137, de 4 de janeiro de 2019, a remeter um Voto de Congratulação ao Achada Futebol Clube e à equipa de iniciados pela conquista da Taça de Honra de São Miguel em Futsal da época 2018/2019, aprovado por unanimidade

Proveniência: Rogério Cabral de Frias, Presidente da Assembleia Municipal de Nordeste

Data de Entrada: 2019 – 01 – 09.

10 – Relatórios:

Assunto: [Sobre o pedido de autorização para que o Deputado Paulo Jorge Abraços Estêvão possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 13/15.8FBSCF](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 01 – 09;

Assunto: [Sobre a Anteproposta de Lei n.º 3/XI que altera a Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 01 – 10;

Assunto: [Sobre a Anteproposta de Lei n.º 4/XI que altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 01 – 10;

Assunto: [Audição n.º 89/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que Altera o Estatuto da Aposentação, permitindo o acesso à aposentação antecipada por ex-subscritor – MTSSS - \(Reg. DL 253/2018\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 01 – 10;

Assunto: [Audição n.º 90/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que Alarga o âmbito pessoal do regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice aos beneficiários que iniciaram a carreira contributiva com 16 anos ou menos - MTSS \(Reg. DL 302/2018\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 01 – 10;

Assunto: [Audição n.º 96/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que Cria o Sistema Nacional de Alerta e Aviso no âmbito da proteção civil - MAI – \(Reg. DL 409/2018\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 01 – 10;

Assunto: [Audição n.º 99/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil - MAI - \(Reg. DL 398/2018\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 01 – 10;

Assunto: [Audição n.º 100/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que Cria as carreiras especiais de sapador bombeiro e de oficial sapador bombeiro da administração](#)

[central, regional e local, e estabelece o respetivo regime jurídico - MAI - \(Reg 424/2018\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 01 – 10;

Assunto: [Audição n.º 214/XI-AR - Proposta de Lei n.º 165/XIII/4.ª \(ALRAM\) - Nona alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 01 – 10;

Assunto: [Audição n.º 216/XI-AR - Projeto de Lei n.º 1044- Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2015 de 10 de agosto para atribuição de um subsídio para o arrendamento para famílias numerosas e monoparentais](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 01 – 10;

Assunto: [Audição n.º 217/XI-AR - Projeto de Lei n.º 1042- Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto, para redefinição dos termos de funcionamento da Comissão Nacional da Habitação](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 01 – 10;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 110/XI \(PPM\) – Melhoria das condições de funcionamento do Serviço de Desporto da ilha do Corvo](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 01 – 10;

Assunto: [Audição n.º 101/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que – Altera o Decreto-Lei n.º 251/98, de 1 de agosto, aplicável aos transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros, dando a possibilidade de suspensão do exercício da atividade por parte de detentores de licença de táxi por um período de um ano e sendo clarificada a possibilidade de colocação do taxímetro no espelho retrovisor – MATE – \(Reg. DL 402/2018\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 12 – 18;

Assunto: [Audição n.º 102/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que – Altera o regime de proteção dos animais utilizados para fins científicos – MAFDR – \(Reg. DL 376/2018\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 12 – 20;

Assunto: [Audição n.º 103/XI-GR - Projeto de Decreto Regulamentar que – Define e regulamenta a atualização extraordinária das pensões em 2019 – MTSSS – \(Reg. DL 487/2018\)](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 12 – 20;

Assunto: [Audição n.º 104/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que – Cria o Complemento Extraordinário para pensões de mínimos – MTSSS – \(Reg. DL 488/2018\)](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 12 – 20;

Assunto: [Audição n.º 105/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que – Cria o novo regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice – MTSSS – \(Reg. DL 489/2018\)](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 12 – 20;

Assunto: [Audição n.º 106/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que – Estabelece as regras para a verificação da situação de insuficiência económica a ter em conta na atribuição e manutenção dos apoios sociais ou subsídios sujeitos a condições de recursos – MTSSS – \(Reg. DL 490/2018\)](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 12 – 20;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XI - “Décima segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs. 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, de 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril e de 1/2018/A, de 3 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 01 – 04;

Assunto: [Petição n.º 27/XI – Proibição da pesca das embarcações costeiras a menos de seis milhas da costa ao largo do Grupo Ocidental](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 01 – 11.

11 – Diários:

Está presente nesta Sessão Plenária a Separata n.º 12/XI.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 71, 72 e 73

As Redatoras, Ana Machado e Sara Azevedo